



CRÍTICA DA ECONOMIA

# Sem Finanças

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

© Blog Cidadania & Cultura – 2024

COSTA, Fernando Nogueira da

*Crítica da Economia Sem Finanças.*

Campinas, SP: Blog Cidadania & Cultura, 2024. 177p.

1. Política. 2. Sociologia. 3. Finanças.

4. Política Industrial.

I. Título.

330  
C837a

## Sumário

<i>Prefácio</i> .....	5
<b>Capítulo 1. Crise de Identidade da Esquerda</b> .....	7
Introdução.....	7
Extrema-Direita e Neofascismo.....	9
Organização Política.....	13
Revolução ou Re-Evolução Sistêmica? .....	16
Sistema Político-Partidário Ideal .....	20
Representação Política ou Mercenarismo?.....	25
Necessidade de Fiscalização Cidadã das Emendas Parlamentares.....	29
<b>Capítulo 2. Política para Economistas</b> .....	34
Maquiavelismo: Real Politik, Pragmatismo e Amoralismo .....	34
Evolução de Ideias e Ações Políticas.....	38
O Idealismo e o Materialismo .....	42
<b>Capítulo 3. Sociologia para Economistas</b> .....	47
Classes Sociais .....	47
Variedades de Capitalismo.....	51
Existem pessoas pobres porque existem pessoas ricas? .....	55
Panfleto Progressista da OXFAM .....	60
Juro Capitaliza a Riqueza e Prejudica a Renda Produtiva.....	64
<b>Capítulo 4. Finanças Para Todos</b> .....	69
As Fábulas e Os Humanos .....	69
As Fábulas e As Finanças .....	73
A Gata contra As Finanças.....	77
Produtivo versus Improdutivo: Fonte de Confusão Semântica .....	82
Teoria do Valor Financeiro.....	86
Capital Fictício versus Capital Produtivo: Falso Dilema .....	91
Aspectos Financeiros de O Capital.....	95
Circulação do Dinheiro .....	99
<b>Capítulo 5. Autocríticas quanto à “Financeirização” e Outros Equívocos</b> .....	105
Autocrítica: A Gata contra a “Financeirização” .....	105
Valor Adicionado em lugar de apenas Valor Apropriado.....	110
Economia Normativa: Esperança para Cumprir Missões .....	115

Consultoria: Grande Trapaça .....	119
Indústria de Consultoria: Tá Tudo Dominado!.....	123
Desconfiança diante das Grandes Consultorias.....	128
<b>Capítulo 6. Críticas sem Autocríticas Neoliberais .....</b>	<b>133</b>
Consultoria da Mazzucato ao Governo Brasileiro.....	133
Nova Estratégia Industrial Brasileira .....	139
Detalhamento da Nova Política Industrial .....	143
Neoliberais sem Autocrítica .....	146
Financiamento da Nova Política Industrial.....	150
<b>Considerações Finais: Estratégia de Combate à Pobreza .....</b>	<b>164</b>
<b>Fontes de Referência .....</b>	<b>169</b>
<b>Obras do Autor com links para download.....</b>	<b>170</b>
<b>Sobre o Autor.....</b>	<b>177</b>

## Prefácio

Norberto Bobbio, em seu livro "*Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*" (São Paulo, Editora da UNESP, 1995, 129 páginas) levanta quais são os critérios para classificar alguém de direita ou de esquerda. Embora eu abomine a "patrulha ideológica" (como um rótulo indicasse alguém ser de moral superior) vale relembrar seus ensinamentos.

Parte da constatação de os seres humanos, por definição, serem todos iguais entre si, mas cada indivíduo é diferente dos demais. Quem considera mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum entre eles, para se unir em uma coletividade altruísta e solidária, estaria à esquerda e se considera um(a) igualitário(a). Quem acha relevante, para a melhor convivência, uma pressuposta superioridade e a competitividade, se coloca à *direita* e se considera um(a) meritocrata.

As pessoas à esquerda defendem a eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na convicção de as desigualdades serem naturais e, enquanto tal, não são elimináveis.

Pessoalmente, há 50 anos exercendo a profissão de economista e lidando com fatos e dados estatísticos, para juntar conceitos e fazer análise socioeconômica e política, não vejo muita possibilidade de a desigualdade diminuir dentro dos marcos do sistema capitalista. Como deixei de acreditar em *revolução*, desde quando tomei conhecimento dos totalitarismos advindos dos golpes súbitos com luta armada, reconheço apenas uma *re-evolução sistêmica* ocorrer em muito longo prazo.

Daí levanto a hipótese, mas adiante exposta e questionada em maior profundidade, de ser mais realista *priorizar as políticas públicas para acabar com a pobreza*. Esta seria a meta exequível. É frustrante esperar, durante toda uma vida, a queda da desigualdade na apropriação e acumulação da riqueza de maneira expressiva – e nada acontecer nesse sentido.

A ameaça contra as fortunas cria hostilidade em lugar de cooperação dos mais poderosos. Isso não significa medidas paliativas

como *tributação progressiva*, para pagar as políticas sociais ativas contra a pobreza, inclusive propostas pelos bilionários em um pacto social.

Dedico-me a levantar aqui algumas ideias cujas verbalizações pelos companheiros de esquerda muitas vezes são (auto)censuradas. Viso cooperar para um *debate público aberto*, no sentido de rever conceitos dogmáticos da esquerda, já ultrapassados pela realidade contemporânea, além de criticar os da direita neoliberal.

Em especial, tentarei colaborar mais na minha área de especialização: *Finanças*. Ela é comumente satanizada com o rótulo "financeirização"... Quem faz isso demonstra pouco conhecimento de causa, isto é, de conhecimento real do funcionamento do sistema econômico-financeiro capitalista.

Para tanto, reverei criticamente não só conceitos de origem marxista, como também comentarei reflexões econômicas, sociais e políticas de autores contemporâneos de esquerda. Buscarei sempre fazer uma crítica construtiva ao colocar uma *alternativa progressista* no lugar do superado.

À propósito da Nova Política Industrial, farei uma crítica aos críticos contumazes do governo social-desenvolvimentista. Estão sempre na imprensa brasileira sem contraponto às suas ideias neoliberais.

Sempre abominei "pedidos e/ou cobranças de *autocrítica*". Quem é muito criticado não precisa fazer autocrítica.

Aqui, minha autocrítica é voluntária ou "não estalinista"... Ousaria até dizer *libertária do pensamento* - sem ser "libertarianismo" de direita. ☺

# Capítulo 1.

## Crise de Identidade da Esquerda

### Introdução

A *crise de identidade* é um fenômeno psicológico no qual uma pessoa enfrenta dúvidas significativas sobre quem ela é, o que valoriza e qual é seu propósito na vida. Essa crise pode ocorrer em diferentes estágios da vida, mas é frequentemente associada à adolescência e ao início da vida adulta.

Nessas transições entre fases de vida, também conhecidas como "crises de desenvolvimento", é comum a pessoa questionar suas crenças, valores e escolhas de vida, levando a uma reavaliação profunda. Na chamada "crise de meia-idade", entre 40 e 45 anos, o sujeito já bem-sucedido profissionalmente, mas com a esposa voltada para a criação dos filhos, questiona-se a respeito da realização de seus sonhos juvenis...

Troca sua mulher de 40 anos, a qual namorou desde a adolescência, por duas de 20. Muda de trabalho e/ou cidade, compra "o carrão" sonhado etc.

Durante essa crise, é comum a pessoa explorar diferentes aspectos de sua identidade. Duvida da carreira, dos relacionamentos, das convicções religiosas e dos papéis sociais.

A *crise de identidade* costuma ser acompanhada de desconforto emocional, ansiedade e sentimentos de confusão. A pessoa sente uma necessidade intensificada de encontrar significado em outro propósito, para sua vida, buscando respostas para perguntas fundamentais sobre sua existência.

Essa crise coincide com vários perigos psicológicos, emocionais e sociais. Variam de pessoa para pessoa, dependendo da intensidade da crise, das circunstâncias individuais e de fatores de apoio disponíveis.

A incerteza sobre quem se é e qual é o propósito na vida costuma levar a sentimentos de ansiedade e estresse. Especialmente,

ocorrem quando há uma pressão para tomar decisões importantes ou fazer escolhas significativas.

A falta de clareza sobre a própria identidade pode contribuir para uma *autoimagem negativa*, resultando em baixa autoestima e autoconfiança. Em casos mais graves, a crise de identidade está associada a sintomas depressivos, especialmente se a pessoa se sente perdida, sem propósito ou desconectada de sua própria identidade.

Daí, essa instabilidade emocional, associada à crise de identidade, afeta as relações interpessoais. Resulta em conflitos, isolamento social ou dificuldades de comunicação.

Socialmente, hoje, muitos ativistas de esquerda questionam-se a respeito de sua identidade. A luta de classes acabou ou foi superada pelos conflitos entre identidades?

Esse é um tema complexo por ser multifatorial e sujeito a interpretações variadas. A *luta de classes* é um conceito associado à teoria marxista. Postulava a história da sociedade ser eternamente (antes do paraíso do comunismo) marcada por conflitos entre classes sociais, principalmente entre a classe trabalhadora (proletariado) e a classe proprietária dos meios de produção (burguesia).

Hoje, os *conflitos baseados em identidades* referem-se a disputas surgidas devido a diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero ou outras formas de identificação social. Esses conflitos envolvem grupos em busca de reconhecimento, igualdade e o respeito de sua identidade.

No debate público contemporâneo, ainda os esquerdistas idosos argumentam: a luta de classes continua a ser uma força significativa na dinâmica social e econômica, especialmente, em contextos nos quais há desigualdades econômicas marcantes. Os jovens ativistas contra-argumentam: os conflitos identitários a sobrepujaram, com movimentos sociais focados em questões específicas de identidade e justiça social.

Na verdade, essas duas perspectivas não são mutuamente exclusivas, porque as interações entre *luta de classes* e *conflitos identitários* variam em diferentes contextos e sociedades. Em alguns

casos, os conflitos identitários são exacerbados por desigualdades econômicas e sociais, enquanto em outros contextos, as questões de identidade podem se sobrepor às divisões puramente de renda e riqueza.

## Extrema-Direita e Neofascismo

A análise do perfil psicológico de um indivíduo, incluindo quem adota ideologias políticas específicas, é complexa e não pode ser generalizada. O *fascismo* é uma ideologia política com capacidade de envolver indivíduos com características autoritárias, nacionalistas e antiliberais, mas não há um “perfil psicológico típico” aplicável a todos os seus adeptos.

A adesão a ideologias autoritárias, como o fascismo, é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo predisposições psicológicas individuais, experiências de vida e o contexto sociopolítico. Geralmente, indivíduos com tendência a se inclinar à direita, para ideologias exclusivistas, foram educados (ou forçados a sentir) necessidade de *ordem e segurança*.

Essas pessoas costumam se amparar em um forte controle social e ordem segura, muitas vezes em resposta a ansiedades percebidas diante das dificuldades de segurança pessoal. Daí são atraídas por ideologias ordeiras com imposições ditatoriais.

Com baixo nível escolar, ou adotam um conformismo com a própria ignorância ou têm tendência a aderir a normas sociais estabelecidas e oferecer resistência à diversidade de opiniões. Sem serem dotados de conceitos científicos, ficam a um passo de adoção de preconceitos e atitudes discriminatórias em relação a grupos considerados diferentes, alimentando uma visão hierárquica da sociedade a partir do macho hétero branco.

Demonstram tremenda intolerância à ambiguidade, dadas suas dificuldades em lidar com situações complexas multifatoriais. Buscam soluções simplistas: “matar o inimigo”.

No caso brasileiro, têm identificação com alguma autoridade forte, armada como os militares ou os milicianos, vindos de Polícia

Militar. A tendência é seguir líderes armados e autoritários, em busca de direção “certa” e segurança.

“Patriotários” justificam tudo isso com demonstração de um *nacionalismo extremo*: vestir a camisa-amarela (da corrupta CBF) e sair por aí, inclusive vandalizando os três Poderes da República... O discurso de forte identificação com a própria nação brasileira está associado a uma *visão exclusivista e/ou xenofóbica* a ponto de polarizar Sul-Centro-Oeste contra Nordeste.

Como já dito, estas são tendências gerais e não características definitivas de todos os direitistas, mesmo porque muitos não sabem sequer serem de *extrema-direita* ao considerar os seres humanos desiguais – e quem não for parecido consigo merecer o extermínio. Além desses valores, o contexto sociopolítico, experiências de vida e outros fatores desempenham papéis significativos nas crenças e comportamentos das pessoas.

A análise do comportamento humano e das motivações políticas é complexa por ser multifatorial. A compreensão de indivíduos deve levar em consideração a diversidade e as nuances da psicologia humana. Qualquer generalização excessiva arrisca a levar a estigmatização e uma simplificação indevida de questões individuais complexas.

Seria social e politicamente saudável, quem se diz seguidor de um sujeito desqualificado para ser um líder admirável saber mais a respeito do *neofascismo*. Ele é a herança maldita dos “órfãos (admiradores) do nazifascismo”, porque é uma ideologia pós-Segunda Guerra Mundial, a qual *recorre ao voto para ascender e, depois, não aceita a derrota eleitoral*.

O *neofascismo*, geralmente, inclui nacionalismo, nativismo, anticomunismo e oposição à República com Três Poderes e à democracia. É uma manifestação do extremismo de direita, sendo esse um termo coletivo para ideologias e atividades políticas fascistas, neonazistas ou ultranacionalistas.

Todos esses sujeitos se orientam pela filiação étnica e representam uma compreensão antipluralista, antidemocrática e autoritária da sociedade. Os “neofascistas” aderem a movimentos, ideias ou comportamentos com muitas semelhanças com o fascismo

original, mas surgidos em contextos contemporâneos, após a Grande Crise Financeira (GCF) de 2008, em reação a movimentos sociais identitários contra seus valores.

O termo, portanto, é usado para descrever elementos políticos, ideológicos ou sociais com compartilhamento de características ou traços comuns ao *fascismo histórico*, mas manifestados em contextos mais recentes. O *fascismo original*, especialmente associado aos regimes liderados por figuras como Benito Mussolini na Itália e Adolf Hitler na Alemanha, durante a primeira metade do século XX, era uma ideologia autoritária, nacionalista, antidemocrática e caracterizada por tendências totalitárias, ultranacionalistas e antiliberais.

O prefixo “neo” em “neofascista” indica uma forma contemporânea ou uma ressurgência de características semelhantes, mas não necessariamente idênticas, a esse *fascismo histórico*. Os movimentos ou ideias neofascistas se manifestam de maneiras diversas, entre as quais, com nacionalismo extremo, autoritarismo, xenofobia, intolerância – e a rejeição de valores democráticos e liberais.

Evidentemente, algumas pessoas interpretam os eventos ou movimentos políticos recentes de maneira diferente. A aplicação do termo varia de acordo com o contexto político, cultural e histórico específico. Há semelhanças discerníveis com o *fascismo*, mas não implica uma cópia exata dele, apesar de haver de comum com Hitler e Mussolini o fato de ser eleito – e depois não aceitar nenhuma derrota ou alternância de poder.

A *polarização política* no Brasil envolve muitos fatores. Porém, os valores morais e religiosos têm desempenhado um papel proeminente nesse fenômeno.

A sociedade brasileira é diversa em termos de *crenças, valores culturais e religiosos*. Logo, a ignorância dos esnobes conservadores destaca as divergências nessas áreas e tem contribuído para uma polarização acentuada.

Disputas sobre questões morais e valores culturais, especialmente, relacionadas a temas como aborto, casamento LGBT+, educação sexual, entre outros, têm gerado divisões

significativas. Pior, muito disso se deve à *intolerância religiosa*: tensões entre diferentes grupos religiosos têm sido observadas, especialmente quando se trata de discussões sobre liberdades individuais e direitos civis.

Por exemplo, na recente pesquisa *Quaest* (19/12/23), a amostra era composta por 46% católicos, 30% evangélicos e 18% sem religião, somando outros 6%. Na nota atribuída ao primeiro ano do governo Lula III, pelos diferentes perfis, a média mais baixa (5,2) é dada por evangélicos, moradores do Sul e acima de 5 salários-mínimos de renda.

A *polarização política*, além de valores, também está associada a diferenças ideológicas, econômicas e sociais, com diferentes grupos políticos defendendo abordagens distintas para questões fundamentais. Como exemplo, a desconfiança nas instituições políticas e a percepção de corrupção ainda têm alimentado a polarização, com diferentes grupos continuando a atribuir responsabilidades a partidos políticos específicos – e não ao *lavarjato* ilegal. Assim, cultivam os contrapontos entre o antipetismo e o antifascismo.

O papel dos meios de comunicação e das redes sociais, na disseminação de falsas informações e na formação de bolhas/câmaras de econômico, amplia as divisões. Criam ambientes onde opiniões são reforçadas sem exposição adequada ao contraditório.

A história política e social do Brasil, incluindo eventos como *impeachment*/golpe semiparlamentarista, crises econômicas e escândalos políticos, ainda contribui para a polarização. Moldam a forma como diferentes grupos percebem o ambiente político.

A polarização política é multifacetada. Diferentes regiões do Brasil forçam polarizações, porque habitantes de algumas se acham superiores, ao se imaginarem *self-made-men*: sem EMBRAPA-BB-BNDES?! O diálogo construtivo, o respeito às diferenças e a busca por consensos são importantes, em um contexto polarizado, para construir uma sociedade brasileira mais coesa e inclusiva.

*Extremismo de direita* é um termo coletivo para designar uma ideologia nefasta, cujo núcleo comum é a supervalorização da etnia, o questionamento da igualdade de todas as pessoas e uma

compreensão não plural e autoritária da sociedade. O uso de *teorias da conspiração* substitui, em grupos de rede social com compartilhamento da ignorância comum, uma análise racional das mazelas sociais.

Elas servem tanto para aliviar quanto para integrar grupos de extremistas de direita. Além disso, as teorias da conspiração são usadas para criar ligações históricas ao fascismo e ao nazismo, com base no chamado *revisionismo histórico*.

O anacrônico *anticomunismo*, sem justificativa desde 1991, é repaginado pelos militares e familiares. Afinal, foram doutrinados durante a Guerra Fria até o fim da URSS, daí transpõem esse sentimento ao *antipetismo* por o PT ser adepto do *igualitarismo social*.

Os neofascistas ou os extremistas-de-direita não aceitam a democracia eleitoral com a alternância de poder decidida pelos votos. Tampouco aceitam a mobilidade social com um reformismo gradualista, propiciado por políticas públicas afirmativas e compensatórias da *dívida social*, acumulada com os descendentes dos escravos e os nativos desde a colonização pelo homem branco de origem europeia. Só.

## Organização Política

Rodrigo Nunes é Professor de Filosofia Moderna e Contemporânea na PUC-Rio. Publicou, em 2021, primeiro em inglês, *Nem Vertical Nem Horizontal: Uma Teoria da Organização Política*. Antes, no Brasil, tinha publicado *Do Transe À Vertigem – Ensaios Sobre Bolsonarismo e Um Mundo em Transição*.

O primeiro livro é uma resposta ao ciclo de lutas, iniciado em 2011, e seus impactos. Ofereceram esperança, mas também depararam com limites para cumprir essa promessa. Nunes trata, acima de tudo, desses limites: como podemos superar os padrões de pensamento e comportamento por trás dessas mobilizações sociais, cuja filosofia espontânea é conhecida como “horizontalismo” ou “basismo”.

Obviamente, não nega a magnitude dos *obstáculos externos* encontrados: a repressão policial, o apagão e a deturpação dos meios de comunicação social, a falta de resposta das instituições e das elites políticas, e muito menos a inércia das estruturas econômicas existentes. Mas o foco deste livro é a superação de *limites internos*.

Divide a última década em dois momentos díspares, cada um respondendo à sua maneira às crises sobrepostas do nosso tempo: primeiro, a Grande Crise Financeira (GCF), iniciada em 2008, e a crise de legitimidade política decorrente das reações governamentais a ela; segundo, a crise das instituições democráticas liberais.

Esse impulso transformador foi apropriado por uma extrema direita ressurgente. Serviu para reforçar o enraizamento de estruturas desiguais e *identitarismos regressivos* de todos os tipos (nacionalismo, supremacia branca, patriarcalismo, xenofobia, homofobia etc.). Nunes denuncia um capitalismo cada vez mais exclusivo, orientado para proteger apenas os muito poucos do crescente excedente populacional e do colapso ambiental.

Paralelamente a esta viragem à direita, contudo, a segunda metade da década passada assistiu a algo impensável quando a noção de "horizontalismo" ganhou popularidade. Movimentos em rede reuniram-se em torno de partidos políticos e discutiram abertamente a necessidade de construir as suas próprias alternativas eleitorais.

Finalmente, os movimentos sociais estão a redescobrir a importância da *organização*, o problema da *política*, isto é, ação coletiva eficaz, por excelência. Ou exigem uma busca por *novas formas*, mas frustrantemente reticentes quanto a explicar quais poderiam ser; ou fazem apenas apelos ao regresso a *uma noção redefinida de partido*.

Deveriam, primeiro, tentar definir *o que é a organização política*, nos seus termos mais gerais, para qual tarefa serve, o que pode e o que não pode ser. Há a tendência de reduzir "organização" a "partido". Nega a novidade e o desenvolvimento histórico à natureza e restringe à engenhosidade dos humanos a capacidade de produzir o novo.

Mesmo quando a *espontaneidade* recebe um valor positivo, ela ainda não consegue se livrar de associações à velha noção de *partido*.

Nunes prega não transformar a organização política intencional como imperativa, mas concebê-la como parte e em continuidade fundamental com a natural organização a partir da espontaneidade.

Fornece um relato da auto-organização não como *visto de cima* – de uma perspectiva supostamente objetiva – mas como *visto de dentro*. Traça as principais formas pelas quais *a ideia de revolução* mudou desde o século XVIII. Questiona se abandonamos totalmente *o determinismo histórico*, ou se apenas trocamos a sua forma positivista do século XIX por teleologias – propósito, objetivo ou finalidade – condicionais mais suaves.

Usa o conceito de *ecologia organizacional* junto aos conceitos de liderança distribuída, funções de vanguarda, plataformas e núcleos organizadores. Discute também de qual forma uma ecologia pode, na ausência de quaisquer mecanismos de responsabilização formal, exercer algum grau de controle sobre os elementos componentes.

Investiga o atual debate sobre o populismo, contrapondo-o com o “leninismo em rede”. Os “horizontalistas” teriam vencido o argumento contra os “verticalistas”: as redes estão de fato por todo o lado, incluindo dentro e em torno dos *partidos de vanguarda*.

Eram constituídos por *nós* locais com uma capacidade cada vez mais limitada para tomar qualquer tipo de ação, para além dos grandes protestos localizados e datados, ou seja, ultrapassados sem deixar vestígios... Só se esses eventos locais crescessem em organização e capacidade de produzir efeitos as redes de esquerda começariam a produzir a recompensa esperada.

Nunes ambiciona uma explicação da *auto-organização* vista de dentro. Sua intenção é escapar do pensamento binário: ser crítico do *horizontalismo* sem se tornar um *verticalista*. O “terceiro incluído” entre esse binarismo é ser preciso trabalho de campo (e intelectual) para fazer as coisas funcionarem no rumo desejado.

O livro peca pelo *excesso de erudição*. O autor usa palavras em demasia ao escrever. Não sintetiza o pensamento. Por ser prolixo, é cansativo ao estender-se demais no tempo de leitura, a qual tende a arrastar-se. O conteúdo é importante. Não apreciei a forma.

## Revolução ou Re-Evolução Sistêmica?

No livro *Nem Vertical Nem Horizontal: Uma Teoria da Organização Política*, publicado em 2021, Rodrigo Nunes afirma: “a melhor forma de fortalecer a atividade local não é focar na construção de organizações por si só, sem um propósito claro, mas partir de apostas estratégicas concretas e deixar o trabalho envolvido na sua execução ditar as necessidades organizacionais”.

Isso coloca a ênfase mais na estratégia em vez de ser nas estruturas organizacionais, para alcançar suas metas. Promove a fidelidade a uma base social, uma análise e um plano geral de ação sobre a identidade do grupo.

*O importante é o trabalho ser feito, não quem o faz.* A força de um núcleo organizador não reside no tamanho dos seus membros em si, mas naquilo capaz de ele realizar.

Uma meta estratégica é parcial não no sentido de se restringir a uma pequena escala ou a uma única questão local, mas no sentido de não saber como todas as mudanças acontecem. Em parte, trata-se de *processamento de informações*: há um limite de assuntos ser mantidos em foco a qualquer momento.

É preciso saber por onde começar. Desenvolver uma compreensão mais apurada de partes específicas do “quebra-cabeça” social tem também a ver com *a capacidade de agir*: dividir o objetivo sistêmico mais amplo em intervenções específicas possíveis de planejar, organizar e desenvolver.

O leitor atento percebe a Ciência da Complexidade apoiar a Ciência Política utilizada pela análise de Nunes (2021). Ela é uma abordagem transdisciplinar capaz de explorar sistemas complexos e dinâmicos e oferecer *insights* valiosos para a Ciência Política.

A Ciência da Complexidade permite a construção de modelos de análise, considerando a interconexão e a interdependência de diferentes elementos em sistemas políticos. Esses modelos podem capturar *dinâmicas não-lineares e emergentes*, melhorando a compreensão de como mudanças em uma parte do sistema afetam o todo.

Também é útil na análise de redes sociais, identificando padrões de interconexão entre atores políticos, partidos, organizações e cidadãos. Isso ajuda a compreender melhor as relações de poder, alianças e influências, as quais configuram o cenário político de maneira dinâmica, isto é, variável ao longo do tempo.

Abordagens complexas podem ser aplicadas ao estudo do comportamento eleitoral, considerando as influências mutáveis e inter-relacionadas capazes de moldar as escolhas dos eleitores. Inclui fatores como opiniões públicas, redes sociais e influências culturais.

O método da Ciência da Complexidade auxilia a elaborar estratégias para a resolução de conflitos, considerando a natureza dinâmica e adaptativa dos sistemas sociais e políticos. Abordagens mais flexíveis são desenvolvidas para lidar com situações complexas.

A compreensão de sistemas políticos como sistemas complexos permite desenvolver políticas mais adaptáveis e resilientes. Isso é crucial em um mundo onde as mudanças rápidas e imprevisíveis são comuns.

A Ciência da Complexidade oferece *insights* sobre como melhorar a tomada de decisão política, considerando a incerteza, a variedade de agentes e os efeitos não-lineares possíveis de surgir de diferentes cursos de ação. Ao analisar movimentos sociais e ativismo político como *sistemas complexos*, entende-se como as ideias se espalham, como os grupos se formam e como as mudanças políticas surgem de maneira orgânica.

Integrar os princípios da Ciência da Complexidade na Ciência Política, como está nas entrelinhas do livro de Nunes (2021) enriquece a compreensão dos fenômenos políticos, proporcionando *uma visão mais holística e dinâmica*. Essa abordagem é útil em um mundo onde as mudanças rápidas e a interconexão global desempenham um papel significativo na dinâmica política.

Ele também examina as transformações pelas quais a ideia de *revolução* passou, desde o século XVIII, para trazer à tona três características: *contingência, composição, complexidade*. Dominam a forma como a concebemos hoje.

Uma Teoria da Revolução é necessária para uma Teoria da Organização? A grande desilusão do Socialismo Realmente Existente (SOREX) deixou claro: os países ditos socialistas não estiveram, de fato, em transição para o comunismo, conforme Karl Marx.

Para alguns marxistas dogmáticos, desconhecendo a Teoria de Evolução Sistêmica, *a revolução será imediata ou jamais acontecerá*. Porém, “o comunismo não será alcançado em um piscar de olhos”, logo, exige uma transição plena de toda a sociedade.

No seu sentido geral de passagem entre estados de coisas, “transição” é um conceito mais amplo diante de “revolução”. Portanto, a transição não deve ser uma parte da revolução da qual se parte, mas, ao contrário, uma revolução talvez atue na *transição*.

Uma *mudança sistêmica* exige uma combinação de lógicas reformistas, de construção alternativa intersticial e de revolucionárias ou disruptivas, ou seja, é um processo de “transição”. Diferentemente da tradição marxista, ela é *não linear, desigual e conflituosa*, em vez de ser contínua, homogênea e gerida a partir de cima por um único Partido.

O *reformismo gradualista* modifica o sistema capitalista mais apropriadamente, em lugar de enfrentar uma reação negativa, provocada por um choque revolucionário. As *iniciativas intersticiais* produzem uma alternativa funcional aos circuitos existentes de produção e reprodução. Uma *onda de ruptura* institui formas sociais totalmente novas em vez de uma ruptura da vida cotidiana se tornar insuportável.

A alternativa, proposta por Nunes, é conceber um processo no qual a destruição, a construção e o reaproveitamento aconteçam em paralelo. A ruptura, bem como a mediação, ocorram em diferentes escalas ao mesmo tempo.

Uma “sociedade transitória” é entendida como uma formação social instituída na sequência de um grande evento perturbador para mediar entre a formação social a ser *destruída* e aquela a ser *criada* pela combinação de características de ambas.

Se o desafio da *transição* é essencialmente o de gerir a velocidade da transformação – não tão *lenta* sem escapar da mera

reprodução das formas sociais existentes, nem tão *rápida* a ponto de a reprodução social ser completamente destruída – a questão chave é coordenar múltiplas temporalidades de ritmos de mudança em velocidades variáveis. Exige um esforço constante e deliberado para jogar *continuidades* e *descontinuidades* em apoio a (para reforçar) e contra (para corrigir o curso de) o outro.

Portanto, Nunes (2021) propõe a noção de “diversidade de estratégias”. É difícil imaginar, a partir da situação atual, qualquer tática ou estratégia única poder, por si só, evitar alterações climáticas catastróficas e criar um sistema global igualitário no processo.

Em vez de multiplicar incessantemente a ação em inúmeras decisões individualizadas e iniciativas apenas locais, a aposta mais razoável parece ser maximizar o impacto estrutural das limitadas capacidades de ação. Buscar a combinação de ação direta, intervenção estatal e construção de infraestruturas autônomas.

Já há algum tempo a esquerda reduziu artificialmente as suas próprias opções, insistindo em tratar novos problemas empíricos como existissem a priori e rejeitando impensadamente possibilidades não com base em avaliações situadas do possível de funcionar, mas por *razões meramente identitárias*. Nunes (2021) sugere este ser um *sintoma melancólico*, associado às derrotas do século XX, as quais dividiu a esquerda em dois amplos campos incapazes de aprender alguma coisa com o fracasso, exceto a confirmação interminável das falhas inerentes à abordagem do outro campo.

Em última análise, não importa se algum dia conseguiremos realmente acabar com essa *melancolia antirrevolucionária*. Bastará termos feito o suficiente para continuar com o trabalho de investir recursos finitos para dar aos projetos importantes para nós a melhor oportunidade possível de vencer.

Em síntese de minha leitura do citado livro, *organizar politicamente movimentos sociais* com manifestações de certas ideias requer estratégia, comunicação eficaz e engajamento da comunidade. Exige:

1. estabelecer metas e objetivos específicos para o movimento;

2. ter clareza sobre o que se quer alcançar para orientar ações e mobilizar o apoio;
3. desenvolver uma mensagem clara e acessível para transmitir os objetivos do movimento;
4. aproveitar as redes sociais e outras plataformas *online* para mobilizar apoiadores, compartilhar informações e criar conscientização sobre as questões em pauta;
5. colaborar com organizações afins, grupos comunitários e outros movimentos sociais;
6. engajar a comunidade através de reuniões, fóruns, *workshops* e outros eventos;
7. ter líderes capacitados pode fortalecer a capacidade do movimento de articular suas ideias de maneira eficaz;
8. o movimento deve ser inclusivo e representativo da diversidade da comunidade para fortalecer sua legitimidade e sua representatividade;
9. planejar manifestações e protestos pacíficos porque a presença física em eventos públicos atrai a atenção da mídia e da opinião pública;
10. dialogar com partes interessadas, incluindo representantes governamentais.

### Sistema Político-Partidário Ideal

Quando eu (“independente”) e mais dois colegas (“organizados”) tomamos a iniciativa espontânea de criar o Núcleo de Economistas do Rio de Janeiro, era meados de 1979, logo quando foi divulgada, nacionalmente, a ideia de criação do Partido dos Trabalhadores, originária do sindicalismo do ABC paulista, sob liderança do Lula. Foi anterior à sua fundação oficial, em fevereiro de 1980, em processo de transição diante da ditadura militar com vistas à democracia.

Os militares pregavam uma “abertura lenta, gradual e segura”, para eles se protegerem contra a acusação de quebra do Estado de Direito e tortura sistemática, sob o manto da “anistia ampla, geral e irrestrita”. Jamais foram julgados em tribunais.

Mas foram julgados, e liminarmente condenados, pela *opinião pública*, durante a campanha nacional pelas Diretas Já. Unificou a oposição em uma Frente Ampla contra a ditadura militar, mas a emenda para garantir a realização de eleições presidenciais diretas, em 1985, não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Apesar dessa derrota, as eleições indiretas de 1985 foram vencidas por Tancredo Neves (governador de Minas Gerais), no Colégio Eleitoral, por pressão social sobre os congressistas.

O movimento político realizou campanhas em várias cidades brasileiras, por meio de comícios em praças públicas, reunindo milhares de pessoas. Não foi apenas “espontâneo”, pois contou com lideranças político-partidárias, inclusive os governadores do Sudeste. Os núcleos de base do Partido dos Trabalhadores, em conjunto com os demais movimentos identitários, religiosos e sindicais-corporativos, deram muita contribuição na mobilização de suas bases sociais para configurar a opinião pública.

A partir desse histórico movimento social, com a adoção da democracia eleitoral pela Constituinte de 1988 e a primeira eleição direta para presidente da República, no ano seguinte, na campanha eleitoral brotou uma questão-chave: qual deve ser o relacionamento dos núcleos de base social ou corporativa com a cúpula do partido? “Horizontal” com outros núcleos ou “vertical” com ela, isto é, “de baixo para cima – e vice-versa”? A esquerda deveria abandonar o “centralismo democrático”?

O *centralismo democrático* é um princípio de organização na qual se combina a democracia eleitoral e a discussão livre, com a disciplina política e uma direção executiva centralizada. O conceito foi divulgado no livro *Que Fazer?* de Vladimir Lenin.

O relacionamento entre os núcleos de base e a cúpula de um partido político desempenha um papel crucial na eficácia e coesão da organização. Para esse relacionamento ser estruturado, é essencial promover uma comunicação aberta e transparente.

A cúpula do partido deve compartilhar informações relevantes com os núcleos de base – e vice-versa. Isso ajuda a manter todos os membros informados sobre as estratégias, metas e decisões, tomadas pelos votos das representações no congresso do partido.

Incentivar a participação dos núcleos de base nas decisões do partido é vital para *uma representação democrática*. Mecanismos como assembleias, fóruns ou representantes dos núcleos devem ser estabelecidos para permitir as vozes da base serem ouvidas nas decisões do partido de âmbito nacional – e não de “aluguel” para ganhar dinheiro.

Fornecer capacitação e formação contínuas para os membros dos núcleos de base fortalece a base do partido. Ajuda a criar uma compreensão mais profunda das questões políticas e das suas estratégias.

Estabelecer canais eficazes de *retroalimentação* também é importante. Os membros dos núcleos de base devem ter meios para expressar suas preocupações, sugestões e *feedback* à cúpula do partido, e a cúpula deve estar receptiva a essas contribuições.

É fundamental garantir a representação nos órgãos decisórios do partido ser proporcional à diversidade de membros, incluindo diferentes corporações profissionais, identidades e regiões. Isso ajuda a evitar a concentração excessiva de poder na cúpula e promove a representatividade.

Os *núcleos de base* costumam ter uma compreensão mais direta das questões locais e das necessidades de cada comunidade. Integrar essas perspectivas nas discussões e decisões do partido fortalece a abordagem política em níveis mais amplos até nacionais.

Ao oferecer incentivos para a participação ativa nos núcleos de base, como reconhecimento, oportunidades de liderança e envolvimento em campanhas locais, motiva os membros a contribuir de maneira significativa e criar lideranças.

Respeitar e valorizar as diferentes perspectivas dentro do partido é fundamental. Isso cria um *ambiente inclusivo*, onde diversas opiniões são consideradas na formulação de políticas e estratégias.

Para tanto, cabe realizar avaliações periódicas do relacionamento entre os núcleos de base e a cúpula do partido de modo a ajudar a identificar *áreas de melhoria*. A adaptação contínua é fundamental para fortalecer a coesão e a eficácia do partido.

Um relacionamento equilibrado e colaborativo entre os núcleos de base e a cúpula do partido contribui para a vitalidade e a representatividade da organização política. Propicia-o enfrentar outras questões-chaves mais amplas em termos nacionais.

Por exemplo, qual condição é mais adequada para a democracia: *bipartidarismo* à americana ou *fragmentação partidária* com presidencialismo de coalizão à brasileira?

A adequação do sistema político para a democracia não pode ser determinada apenas pela presença de um número específico de partidos ou pela estrutura do sistema de partidos. Ambos os modelos mencionados podem ser compatíveis com a democracia – e a eficácia de cada modelo depende de vários fatores contextuais.

O *bipartidarismo* facilita a tomada de decisões, pois há menos divergências políticas fundamentais. Cria estabilidade política e governabilidade, pois um partido pode obter maiorias claras.

Porém, oferece menos diversidade de opiniões e representação política. Tem tendência a *polarizações extremas*, com menos espaço para vozes moderadas.

A *fragmentação partidária* com Presidencialismo de Coalizão reflete melhor a diversidade de opiniões na sociedade. Estimula o comprometimento e a negociação política através de coalizões.

No entanto, resulta em governos instáveis e frequentes mudanças de coalizões. Negociações muito prolongadas levam a atrasos na tomada de decisões.

O que é crucial para a democracia é a capacidade do sistema de garantir representação efetiva, proteger os direitos individuais, promover a responsabilidade do governo perante os cidadãos e garantir processos eleitorais justos e transparentes. A eficácia desses modelos depende da capacidade do sistema político em lidar com sua estrutura.

Os sistemas políticos devem evoluir e se adaptar. A experiência democrática bem-sucedida envolve um equilíbrio dinâmico entre a estabilidade proporcionada por sistemas bipartidários e a representatividade e negociação oferecidas por sistemas mais fragmentados de acordo com o contexto cultural, social e histórico de cada país.

Daí surge nova pergunta: entre a *república presidencialista*, como nas Américas, ou a *república parlamentarista* à europeia, qual sistema político é mais eficaz?

A eficácia de um sistema político, seja ele presidencialista ou parlamentarista, depende de vários fatores, inclusive a cultura política, a estabilidade institucional, a história do país e as características da sociedade. Ambos os sistemas têm vantagens e desvantagens – e o possível de ser mais eficaz em um contexto pode não ser o melhor em outro.

Na *República Presidencialista*, o presidente é eleito diretamente pelo povo e tem poderes executivos consideráveis. O poder legislativo e o poder executivo são independentes e derivam sua legitimidade diretamente das eleições.

Há clareza na responsabilidade do presidente perante os eleitores e estabilidade do mandato presidencial para promover políticas consistentes. Porém, dificuldades na formação de coalizões e conflitos entre o presidente e o legislativo levam a impasses.

Na *República Parlamentarista*, o primeiro-ministro (chefe de governo, mas não chefe de Estado) emerge do parlamento e é responsável perante ele. O parlamento pode destituir o governo por meio de votos de desconfiança.

Há flexibilidade para mudanças no governo sem eleições antecipadas e possibilidade de formar coalizões mais facilmente. Porém, há menos clareza na responsabilidade do governo perante os eleitores e muita instabilidade se partidos não conseguirem formar coalizões estáveis.

## Representação Política ou Mercenarismo?

A eficácia de cada sistema político depende de como essas características se alinham com as necessidades e características específicas de um país. Países diferentes adotam diferentes sistemas de governo com base em sua história, cultura e circunstâncias únicas.

O sucesso de um sistema político também está ligado à qualidade das instituições, à independência do Poder Judiciário, ao respeito pelo Estado de Direito e à participação ativa da sociedade civil. Portanto, não é apenas a estrutura do sistema político, mas também a qualidade e o funcionamento dessas instituições os fatores influentes na eficácia do governo.

Sem *accountability* da gestão pública, isto é, a responsabilidade do governante ou do gestor público de prestar contas de suas ações, sobre *o que faz, como faz e por que faz*, os eleitores brasileiros sem acesso às informações pensam com preconceitos. Questionam-se: os candidatos a deputados não visam só a verba de representação e as emendas parlamentares para suas bases eleitorais no Brasil?

Embora seja inadequado generalizar o comportamento de todos os candidatos a deputados no Brasil, essa *busca por dinheiro* é uma consideração importante para muitos “políticos profissionais”. É uma “carreira”, principalmente, em regiões subdesenvolvidas, porque esses recursos desempenham um papel significativo na capacidade dos parlamentares de atender às demandas de suas bases eleitorais e realizar projetos de modo a beneficiar suas regiões, caso contrário esquecidas.

A “verba de representação” refere-se a uma quantia disponibilizada para cobrir despesas relacionadas ao exercício do mandato parlamentar, enquanto as “emendas parlamentares” são recursos alocados para projetos específicos em suas bases eleitorais. Ambos podem ser instrumentos valiosos para os legisladores atenderem às demandas locais e construir apoio político.

No entanto, o envolvimento político de deputados não se limita apenas à busca por recursos. Muitos candidatos buscam cargos públicos com a intenção de representar seus eleitores, influenciar políticas públicas e contribuir para o desenvolvimento do país.

A atuação de um parlamentar pode envolver debates legislativos, participação em comissões, apresentação de propostas de lei, além do acompanhamento e fiscalização do Executivo.

Como em qualquer sistema político, a motivação e as prioridades dos candidatos variam amplamente. Alguns estão mais focados em questões locais e na busca por recursos para suas bases, enquanto outros têm uma visão mais abrangente e se envolvem em questões políticas de âmbito nacional.

A diversidade de motivações e abordagens é característica intrínseca ao ambiente político. Alguns congressistas são vistos como *ideológicos*, outros como *paroquiais*.

Então, surge outra dúvida na mente do eleitor: no Brasil, criar um partido político não visa apenas *o acesso ao dinheiro do fundo partidário*?

A resposta é *sim*, sem dúvida, uma das motivações para a criação de muitos partidos políticos no Brasil está relacionada ao acesso aos recursos do Fundo Partidário. Ele é um instrumento de financiamento público destinado aos partidos políticos para apoiar suas atividades, como a manutenção da estrutura partidária, despesas administrativas, campanhas eleitorais e programas de promoção da participação política das mulheres.

Ao criar um partido, os fundadores têm a expectativa de obter um percentual desse fundo, distribuído entre os partidos com base em critérios estabelecidos pela legislação eleitoral como "cláusulas de barreiras". Esses critérios incluem a votação obtida nas eleições e a representação na Câmara dos Deputados, além da participação no Congresso Nacional considerando também o Senado Federal.

Nas eleições de 2022, a *cláusula de barreira* passou a exigir 2% dos votos válidos, com 1% dos votos válidos em pelo menos um terço das unidades da Federação ou eleger pelo menos 11 deputados federais distribuídos em nove unidades da Federação.

Mesmo assim, naquele ano, 15 dos 28 partidos (ou federações), ou seja, mais da metade, não atingiram a cláusula de barreira. Foram: PSC, Solidariedade, PROS, Patriota, NOVO e PTB. Elegeram representantes para o Congresso, em 2022, mas não superaram a

cláusula de barreira. Outros como PMN, Agir, DC, PRTB, PMB, PSTU, PCB, PCO e UP não superaram a cláusula de barreira e sequer elegeram representantes para o Congresso Nacional.

Além do Fundo Partidário, os partidos também buscam outras fontes de financiamento, como doações de pessoas físicas, doações de pessoas jurídicas (com as limitações estabelecidas pela legislação), e recursos provenientes do Fundo Eleitoral. Este é destinado ao financiamento das campanhas eleitorais.

A criação de um partido envolve um processo burocrático, com requisitos estabelecidos pela legislação eleitoral, incluindo a coleta de certo número de assinaturas de eleitores em apoio à formação do partido. Siglas, em fase de formação, precisam ter o apoio de pelo menos 547.455 eleitores, distribuídos em nove unidades da federação.

Quando o partido é reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele se torna elegível para receber recursos do Fundo Partidário, sujeito às regras estabelecidas pela legislação vigente. *A raposa cuida do galinheiro...*

A *semiparlamentarismo na prática* (de fato, não de direito) do Congresso Nacional visa ter mais controle do Orçamento. Foi além de dobrar o valor disponível para parlamentares indicarem a seus redutos eleitorais nos últimos dez anos.

Em 2014, último ano antes do golpismo das “pautas-bombas” contra o governo reeleito de Dilma Rousseff, quando as emendas não precisavam ser obrigatoriamente pagas pelo governo, congressistas tinham direito a R\$ 26 milhões, em valores corrigidos pela inflação. No ano de 2024, cada um terá direito, em média, a R\$ 58 milhões.

Assim, a cifra em poder de apenas um deputado, por exemplo, será acima da recebida por 79% das prefeituras do país no ano passado, segundo levantamento feito pelo O Globo (18/12/2023), considerando todas as transferências da União para as cidades.

O aumento do poder do Parlamento de definir o destino dos recursos públicos diverge, em larga medida, do adotado em outros lugares do mundo. O Brasil é um dos países onde o Legislativo mais realiza alterações no Orçamento.

Em 2022, 24% da receita foram emendados pelos deputados e senadores, índice superior a dados semelhantes de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No Brasil, em 2022, foram submetidas 7.014 emendas e aprovadas 6.522. Em comparação, em Portugal, em 2021, foram submetidas 1.547 emendas e aprovadas 291.

Comparando o classificado como “*pork barrel*” nos Estados Unidos – emendas sem relação com o Orçamento em benefício apenas a área de origem do legislador –, lá o percentual dessas despesas em relação aos gastos primários (excluindo o orçamento com Defesa) foi de apenas 2,3% nos anos de 2019 e 2021. No Brasil, em 2022, as emendas de investimento direcionadas a localidades específicas representaram 11,6% das despesas discricionárias, portanto, um ‘*pork*’ cinco vezes maior diante o dos EUA.

Deputados e senadores argumentam serem eles quem conhecem as necessidades imediatas da população de suas cidades, por meio do contato direto com prefeitos e lideranças locais. Essa argumentação é “meia-verdade”, porque leva a uma excessiva “municipalização” das políticas públicas.

Uma estratégia nacional de segurança pública, de saúde, requer planejamento e organização, dependente da capacidade do governo federal de definir, por exemplo, onde é melhor e mais eficiente ter um hospital de alta complexidade. Mas com as emendas, acontece uma pulverização desse recurso necessário à sua construção.

Os R\$ 58 milhões aos quais cada parlamentar terá direito levam em conta apenas as chamadas *emendas impositivas*, cujo governo é obrigado a pagar. A conta seria ainda maior se o Congresso tivesse levado adiante a ideia de também impor esta condição às chamadas *emendas de comissão*. Porque a quantia reservada a elas é de R\$ 11 bilhões, elevaria a média de recursos para cada deputado e senador a R\$ 81 milhões!

Em 2015, por exemplo, uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tornou o pagamento das emendas individuais *impositivo* e garantiu 1,2% de toda a receita corrente do governo ser destinada à indicação dos deputados e senadores. Em 2019, uma nova PEC aumentou a obrigação para 2,2% ao incluir nesse rol as emendas de bancadas estaduais. Por fim, em 2023, a chamada PEC

da Transição aumentou os recursos disponíveis a deputados e senadores para 3% da receita do governo.

### Necessidade de Fiscalização Cidadã das Emendas Parlamentares

Como funciona o sistema de alocação de recursos com emendas parlamentares no Brasil? Esta é uma pergunta-chave para os eleitores entenderem o funcionamento de O Governo, considerando-o como um todo interrelacionando Executivo e Legislativo.

Na prática, o sistema de alocação de recursos por meio das chamadas “emendas parlamentares”, no Brasil, permite aos congressistas (*parlamentares* seriam caso o regime fosse *parlamentarista*) destinarem recursos do orçamento federal para a *execução de obras e projetos em suas bases eleitorais*. Elas são instrumentos importantes para a implementação de políticas públicas locais e regionais, atribuindo a deputados e senadores direcionarem investimentos para atender demandas específicas de suas comunidades.

A alocação de recursos por meio dessas emendas se dá por meio das seguintes etapas.

Primeiro, os parlamentares têm a prerrogativa de apresentar *emendas ao projeto de lei orçamentária anual*. Essas emendas podem ser individuais, quando propostas por um único parlamentar, ou coletivas, quando apresentadas por grupos de parlamentares.

Depois, as emendas passam por análise nas comissões temáticas e no plenário das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal). Após essa análise, as emendas são votadas e aprovadas como parte do orçamento.

Emendas parlamentares podem ser destinadas a diferentes áreas, como saúde, educação, infraestrutura, entre outras. Cada parlamentar define as prioridades de suas emendas com base nas demandas de suas bases eleitorais.

Com a Emenda Constitucional 105/2019, o *orçamento impositivo* foi estabelecido no Brasil. Isso significa uma parcela do orçamento da União ser de *execução obrigatória*, garantindo as emendas parlamentares individuais serem efetivamente pagas.

Uma vez aprovado o orçamento com as emendas, os recursos são liberados para execução dos projetos indicados. A fiscalização do uso desses recursos é uma responsabilidade dos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

As *emendas parlamentares* desempenham um papel chave no processo democrático brasileiro, permitindo os representantes locais contribuírem para as políticas públicas e atenderem às necessidades específicas de suas regiões. No entanto, essa descentralização pode ser excessiva diante das prioridades da maior parcela da população.

Além disso, é essencial garantir a transparência e a fiscalização adequada para evitar possíveis desvios ou irregularidades na execução desses recursos. Não é raro o desvio de dinheiro público para bolsos privados...

Como se fiscaliza as emendas parlamentares no Brasil? Essa fiscalização envolve diversos órgãos e mecanismos de controle para garantir a transparência e a correta execução dos recursos destinados a projetos específicos. A cidadania exige conhecer esses processos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) é responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos federais, incluindo as emendas parlamentares. O órgão avalia a legalidade, a economicidade, a eficiência e a eficácia dos gastos públicos, contribuindo para garantir a correta execução das emendas.

O TCU mantém o Sistema de Acompanhamento de Obras (SisObras), cuja plataforma permite o acompanhamento da execução de obras públicas, incluindo aquelas decorrentes de emendas parlamentares. Essa ferramenta contribui para a transparência e a fiscalização.

Congressistas e executores dos projetos financiados por emendas são obrigados a prestar contas de forma transparente. Isso inclui a divulgação detalhada dos gastos, dos resultados alcançados e de eventuais desvios em portais específicos e meios de comunicação oficiais.

Além do TCU, os órgãos de controle interno dos estados e municípios também desempenham um papel fundamental na

fiscalização das emendas parlamentares. Eles verificam a aplicação dos recursos nas esferas estadual e municipal.

Sem o acompanhamento pelos Órgãos de Controle Externo, como o TCU e os Tribunais de Contas Estaduais (TCEs) monitorarem, periodicamente, a execução de obras e serviços financiados por emendas parlamentares pode ter verbas desviadas. Auditorias e inspeções são realizadas para verificar a conformidade com as normas e as leis aplicáveis.

A sociedade civil, por meio de organizações não governamentais e cidadãos, deveria também desempenhar um papel crucial na fiscalização. A participação ativa dela contribuiria para a identificação de irregularidades e a promoção da transparência.

Existem canais específicos para denúncias de irregularidades, como a Ouvidoria da Controladoria-Geral da União (CGU) e canais de denúncias locais nos estados e municípios. A população necessita aprender a fazer uso deles.

O conjunto desses mecanismos, caso fossem bem usados, assegurariam os recursos das emendas parlamentares serem aplicados de maneira eficiente, transparente e em conformidade com as leis e normas vigentes. O aprimoramento desses processos é uma busca constante para fortalecer a integridade e a responsabilidade na execução dos recursos públicos.

Mas ainda resta uma pergunta-chave nesse processo: *quais são os destinos típicos das emendas parlamentares no Brasil?*

As emendas parlamentares no Brasil podem ter diversos destinos, porque são direcionadas para atender demandas específicas das bases eleitorais dos parlamentares. Alguns dos destinos típicos das emendas parlamentares incluem construção, ampliação ou melhoria de obras de infraestrutura, como estradas, pontes, escolas, postos de saúde, praças e outros projetos de modo a beneficiarem diretamente a comunidade local.

Investimentos em equipamentos e estruturas de saúde, construção ou reforma de unidades de saúde, aquisição de ambulâncias e suporte para programas de prevenção e tratamento também são destinados. Do mesmo modo como a saúde pública, a

educação pública requer construção ou reforma de escolas, aquisição de equipamentos educacionais, apoio a programas educacionais e culturais.

Mas as emendas da bancada ruralista atendem igualmente projetos voltados para o desenvolvimento da agricultura, como aquisição de maquinário, construção de estruturas para armazenamento e processamento de alimentos, apoio a cooperativas agrícolas.

A bancada da bala prioriza com suas emendas os investimentos em segurança, como construção ou reforma de delegacias, aquisição de viaturas policiais, implementação de programas de prevenção à violência. A casta dos militares tem valores como esportistas e dão mais incentivo a eventos esportivos e programas de esporte para a comunidade, em vez de apoio a projetos culturais, construção ou reforma de espaços culturais.

Quantos projetos visam melhorar as condições de vida da população mais vulnerável, como construção de centros de assistência social, apoio a programas de combate à pobreza e vulnerabilidade social? Há "bancada verde" com financiamento de projetos capazes de contribuir para a preservação ambiental, como aquisição de equipamentos para fiscalização, implantação de programas de reflorestamento e conservação?

Quantos deputados atendem os investimentos em pesquisa científica, aquisição de equipamentos para instituições de pesquisa, apoio a projetos tecnológicos?

Certamente, a casta dos mercadores dá incentivos para o desenvolvimento econômico local, como apoio a micro e pequenas empresas, aquisição de maquinário para setores produtivos, entre outros.

Esses são exemplos gerais. A diversidade de destinos reflete as diferentes prioridades e necessidades das regiões representadas pelos parlamentares. Mas sem transparência na execução e fiscalização desses recursos não há como assegurar eles atenderem efetivamente às demandas da comunidade.

Deputados destinarem recursos públicos para o caixa de prefeituras aliadas não é, por si só, um problema. Em curto prazo, há melhoria em indicadores de qualidade de vida da população nos municípios mais agraciados.

Entretanto, sem uma estratégia definida, esses avanços vão se dissipando com o tempo. Quando as localidades vão acumulando benefícios, eles vão ficando menos eficientes sem serem o “salto inicial”. É preciso tirar a carga negativa das emendas como um fator de barganha e tratá-las como mecanismo para políticas públicas com resultados consistentes e abrangentes em longo prazo.

## Capítulo 2. Política para Economistas

### Maquiavelismo: *Real Politik*, Pragmatismo e Amoralismo

Maquiavel (1469-1527), ao meditar sobre assuntos políticos, alia o diálogo com autores antigos à longa experiência governamental, adquirida em uma vida dedicada aos negócios públicos. Seu pequeno “grande” livro, *O Príncipe*, contém ensinamentos de como conquistar Estados e conservá-los sob domínio.

É um manual para governantes. Por seu interesse, para a boa *formação interdisciplinar* de economistas, vou resumir a introdução à obra, escrita por Carlos Estevam Martins.

Falsamente, espoliações de governantes têm sido atribuídas à inspiração da leitura de *O Príncipe*. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o governante.

Esmagar ou reduzir à impotência a oposição interna, atemorizar os súditos para evitar a subversão e realizar alianças com outros principados constituiriam o eixo da administração pública. Como o poder se funda exclusivamente em atos de força, é previsível pela força ser deslocado, deste para aquele senhor.

Nem a religião, nem a vontade popular legitimam o soberano e ele tem de contar exclusivamente com sua energia criativa. Especialistas na técnica militar, mercenários vendiam serviços de segurança e conquista ao príncipe com melhor pagamento.

Ainda sem mercado de títulos de dívida pública, os pequenos Estados não tinham recursos para financiar tropas regulares e não é politicamente recomendável a criação de exército com a entrega de armas ao povo, fato perigoso para governantes.

A Itália, na virada para o século XVI, era ainda um país dividido em múltiplas Cidades-Estados, contrastando com a situação da maior parte da Europa ocidental. Nela, alguns governos encarnavam todo o

poder e o povo sofria as consequências de um permanente intervencionismo.

O capitalismo comercial já tinha quase dois séculos na Itália quando surgiu nos demais países e fundamentou as monarquias absolutistas. Mas seu desenvolvimento na península se deu sob a forma de uma expansão bem-sucedida do *capital mercantil e financeiro*.

A clientela era constituída pela Igreja, Estados feudais, grandes senhores de terras, cortes aristocráticas e camadas superiores da burguesia, assim como pelas coroas representativas dos interesses dos novos Estados nacionais europeus. O mercantilismo italiano atendia às necessidades de consumo desses aparelhos de Estado monarquistas.

A produção manufatureira, instalada nos territórios dos antigos clientes italianos procura ampliar mercados, abaixando os preços dos produtos e estabelecendo medidas de política protecionista. A decadência italiana acentua-se, depois da queda de Constantinopla para os turcos, em 1453, e da descoberta do caminho marítimo para as Índias, em 1494, privilegiando aos portugueses e espanhóis no comércio com o Oriente.

A Itália é, assim, desarmada política, militar e institucionalmente pelo anacronismo da organização das Cidades-estados e pela ausência de uma liderança central incontestável. Neste ambiente, brota um dos temas permanentes da obra de Maquiavel: a necessidade de organização de uma milícia nacional, formada por soldados locais disciplinados.

A soberania política dependeria de exército próprio, constituído por soldados leais e convictos de lutarem pela causa da pátria. Na intrincada política italiana da Renascença, Maquiavel se torna assessor de monarcas e eminência parda do regime.

Maquiavel afirma ser a história a mestra dos atos humanos, especialmente dos governantes. Como o mundo sempre foi habitado por homens com as mesmas paixões, sempre existiram governantes e governados, bons e maus súditos.

Outro tema típico de Maquiavel é o da *religião como ideologia*. Dá ênfase à necessidade de os soldados receberem cuidadosa doutrinação religiosa, a fim de tornarem-se mais obedientes.

Revolucionou a história das teorias políticas, constituindo um marco divisor em duas fases distintas. Até então, a teoria do Estado e da sociedade não ultrapassava os limites da especulação filosófica. O estudo desses assuntos vinculava-se à moral e constituía-se como teoria de ideais de organização política e social

Na base de um humanismo abstrato e descarnado de matéria concreta, os filósofos construía modelos ideais do bom governante de uma sociedade justa. O universo mental de Maquiavel é completamente diverso.

Distancia-se dos tratados sistemáticos da escolástica medieval e, à semelhança dos renascentistas preocupados em fundar uma nova Ciência Física, rompe com o pensamento anterior, através da defesa do método de investigação empírica. Maquiavel propõe estudar a sociedade pela *análise da verdade efetiva dos fatos humanos*, sem perder-se em vãs especulações.

O objeto de suas reflexões é *a realidade política*, pensada em termos de prática humana concreta. O centro maior de seu interesse é o fenômeno do poder formalizado na instituição do Estado.

Esse exame puramente empírico depende de duas coordenadas teóricas básicas: uma Filosofia da História e uma explicação da Psicologia Humana. Conclui os homens serem todos egoístas e ambiciosos, só recuando da prática do mal quando coagidos pela força da lei.

Os desejos e as paixões seriam os mesmos em todas as cidades e em todos os povos. A história e a psicologia, assim entendidas, não são apenas *instrumentos teóricos*, mas também *guias para a ação*, possibilitando a elaboração de um conjunto de técnicas e procedimentos para elaboração de uma arte de governar.

Ao analisar os fatos do passado se pode prever o futuro ao imaginar novos tratamentos, de acordo com a semelhança de circunstâncias entre o passado e o presente.

Para Maquiavel, a psicologia desenvolvida em torno do poder fundamenta o conhecimento secular e autônomo do político. Isso o separa radicalmente da Ética e do Direito.

Às mesmas causas correspondem os mesmos efeitos. Isso não significa, porém, o método empírico-comparativo fornecer uma tipologia de situações-chaves, no estilo de um manual dogmático. A teoria científica, estruturada em suposição de repetibilidade da história e falta de variações do comportamento humano, deve ser completada pela investigação das peculiaridades da circunstância sobre a qual se pretende agir.

A ciência do fenômeno político cede lugar à arte de bem governar. Assim, o saber político triunfaria sobre a teoria da história e a ação humana não estaria condenada a seguir um curso determinado pelo destino. A Ciência Política, enquanto prática, supera então a concepção de um universo fechado e a de uma história construída por periódicos e inevitáveis retornos.

A *fortuna* (sorte, acaso ou o imponderável) proporciona chaves para o êxito da ação política e constitui o lado da vida não possível de ser governada pelo indivíduo. Para ser eficaz, a iniciativa política deve ajustar-se às circunstâncias.

O necessário é manter-se à frente dos acontecimentos, procurando imprimir-lhes rumo e alternativas diante da *fortuna*. A vontade criativa não passa, assim, de um método para a ação, pois o agir humano está condicionado pela necessidade.

O carisma da *virtu*, habilidade no agir, é próprio daquele capaz de se conformar à natureza de seu tempo. Apreende o sentido de sua passagem e se capacita a realizar praticamente a necessidade latente nas circunstâncias.

O homem político deve estar sempre atento aos sinais da *fortuna*, pois conhecerá a ruína se, mudando o tempo e as coisas, não alterar seu comportamento. Os políticos maquiavélicos, acolhidos pela *fortuna*, tiveram tirocínio para antecipar-se ao tempo e firmeza para realizar novas obras na oportunidade exata.

O homem de *virtu* tem poderes para ser o *inventor do possível* em uma dada situação concreta. Para Maquiavel, essencial em uma

Nação é os conflitos originados em seu interior serem controlados e regulados pelo Estado.

Não existiria uma ordem ideal, com validade absoluta, independente da organização social concreta dos povos. O povo é, para Maquiavel, uma matéria no aguardo de sua forma e a engenharia da ordem parte da análise da situação social.

Maquiavel ensina a energia criadora de uma sociedade livre não ser dádiva dos “heróis fundadores” ou dos políticos de *virtu*. Ela advém do sistema de oposição entre os poderosos e o povo e, assim, os conflitos sociais são necessários porque são próprios à natureza da liberdade.

### Evolução de Ideias e Ações Políticas

Maquiavel, um pensador político renascentista, é conhecido por suas ideias apresentadas na obra *O Príncipe*, publicada em 1513. Suas principais ideias incluem a separação da moral da política, a ênfase na necessidade de um governante ser pragmático e astuto, e a importância de manter o poder e estabilidade do Estado, mesmo isso envolvendo ações consideradas imorais, ou seja, o Estado deve ser *amoral*.

Ele também discutiu a natureza humana como intrinsecamente egoísta e orientada para a autopreservação, influenciando sua visão sobre a liderança e o governo.

A semelhança entre o amoralismo maquiavélico e o pragmatismo político reside na abordagem realista e utilitária em relação à Política, isto é, ação coletiva. Tanto o amoralismo maquiavélico quanto o pragmatismo político sugerem as decisões políticas serem tomadas com base na eficácia e na preservação do poder, muitas vezes sem estrita adesão a padrões éticos ou morais convencionais.

Ambas as abordagens enfatizam a necessidade de os líderes agirem de maneira flexível e adaptável para alcançar objetivos políticos, mesmo caso isso envolva ações percebidas como moralmente questionáveis. Maquiavel percebia a natureza humana

como intrinsecamente egoísta e orientada para a autopreservação, influenciando sua visão sobre a liderança e o governo.

Ele é conhecido por suas contribuições à “Arte de Governar” com base em sua interpretação pragmática e realista da experiência histórica. Em *O Príncipe*, ele explora as dinâmicas do poder, a natureza humana e as estratégias políticas observadas ao longo da história.

Maquiavel enfatiza a importância da experiência e da compreensão das circunstâncias concretas ao tomar decisões políticas. Sua abordagem se distancia das teorias políticas abstratas, procurando extrair lições práticas da história para orientar os governantes na tomada de decisões eficazes e na manutenção do poder.

Um filósofo com contraposição significativa às ideias de Maquiavel é Jean-Jacques Rousseau no século XVIII. Enquanto Maquiavel adota uma *abordagem realista e pragmática*, defendendo a separação da moral da política e enfatizando a necessidade de ações astutas para manter o poder, Rousseau, em obras como *O Contrato Social*, destaca *a importância da virtude cívica, da participação popular e da busca do bem comum na organização política*.

Rousseau critica a visão maquiavélica de a política ser guiada pela eficácia a qualquer custo. Defende uma abordagem mais ética e centrada nos valores.

É necessário destacar as ideias de Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau terem surgido em contextos históricos distintos.

Maquiavel (1469-1527) viveu durante o Renascimento italiano, uma época de intensa atividade cultural e artística. Ele testemunhou as instabilidades políticas na Itália e serviu como diplomata. Essas experiências influenciaram suas reflexões sobre o poder político.

Hobbes (1588-1679) viveu durante o século XVII, um período marcado por conflitos políticos, como a Guerra Civil Inglesa. Suas ideias, expressas principalmente em *Leviatã* (1651), foram moldadas por essas tensões políticas e buscavam justificar *a autoridade absoluta para evitar o caos social*.

Locke (1632-1704) também viveu no século XVII, testemunhando a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688). Suas visões políticas, expressas em obras como *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1690), foram influenciadas pelo objetivo de limitar o poder monárquico.

Rousseau (1712-1778) viveu durante o Iluminismo e a transição para o período pré-revolucionário na França. Suas ideias, especialmente apresentadas em *O Contrato Social* (1762), foram influenciadas pela busca de uma ordem política mais justa e igualitária.

Thomas Hobbes, filósofo político do século XVII, desenvolveu ideias-chave, como a do *Contrato Social Autoritário*. Nele, as pessoas concordariam em transferir seus direitos individuais a um soberano absoluto em troca de proteção e ordem social.

Descreveu o *estado de natureza* como um cenário caótico e violento, onde a competição por recursos levaria à guerra de todos contra todos. Introduziu a metáfora do "Leviatã", representando o poder centralizado do Estado, necessário para manter a ordem e evitar o caos.

Hobbes acreditava na *natureza egoísta e competitiva do ser humano*, porque as pessoas agiriam apenas em seu próprio interesse, mesmo caso isso resultasse em conflitos. Defendeu a necessidade de um governo forte e soberano, com autoridade absoluta, para evitar o colapso social.

John Locke, filósofo do Iluminismo, contrapôs com a ideia dos *Direitos Naturais*. Todos os indivíduos possuiriam direitos naturais inalienáveis, como vida, liberdade e propriedade, independentemente de qualquer governo.

Diferentemente de Hobbes, Locke via o *estado de natureza* como razoavelmente pacífico, embora reconhecesse dificuldades na execução dos direitos naturais. Defendeu um *Contrato Social Limitado*, no qual as pessoas consentem com o governo para proteger seus direitos, mas têm o direito de resistir se o governo falhar nessa proteção.

Contribuiu para a teoria da separação de poderes, influenciando a ideia de os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário serem distribuídos para evitar abusos. Locke defendeu a tolerância religiosa e a liberdade de consciência, sem o Estado impor uma religião específica aos cidadãos, ou seja, deveria ser laico.

Jean-Jacques Rousseau, outro filósofo iluminista, enfatizou a importância do *Contrato Social*. Os indivíduos, ao entrarem em sociedade, estabelecem um contrato social voluntário para formar um governo baseado na vontade geral.

Defendeu a ideia de uma *vontade geral* como a expressão do bem comum, destacando a importância da *participação democrática* para alcançar o interesse coletivo. Acreditava na igualdade natural entre os seres humanos e criticava as desigualdades sociais, econômicas e políticas presentes em sua época.

Introduziu a ideia do *estado de natureza*, um cenário hipotético no qual as pessoas viviam antes da sociedade, buscando entender a origem das instituições sociais. Rousseau enfatizou a importância da *educação natural*, a qual respeita o desenvolvimento espontâneo da criança, em contraste com métodos formais e rígidos.

As *ideias liberais* surgiram principalmente durante o período conhecido como *Iluminismo*. Ocorreu principalmente nos séculos XVII e XVIII na Europa.

Locke é considerado um precursor do liberalismo. Suas ideias sobre direitos naturais, contrato social e governo limitado influenciaram significativamente o pensamento liberal posterior.

De forma semelhante, Voltaire (1694-1778), um filósofo francês, foi um crítico da intolerância religiosa e da tirania. Ele defendeu a liberdade de expressão e a separação entre Estado e Igreja, contribuindo para as ideias liberais.

Montesquieu (1689-1755), também francês, destacou a importância da separação de poderes no governo para evitar abusos de autoridade. Sua obra *O Espírito das Leis* (1748) influenciou as futuras constituições liberais.

Já Rousseau, embora associado ao *liberalismo*, contribuiu para as ideias democráticas e para o pensamento sobre a soberania popular. Plantou a semente do *romantismo*.

O contexto histórico do *Iluminismo* foi marcado por avanços científicos, críticas à autoridade absoluta, e uma ênfase na razão e no conhecimento. Essas ideias iluministas desempenharam um papel crucial na formação dos princípios fundamentais do *liberalismo político* influentes sobre as revoluções democráticas.

Após a Revolução Americana (1775-1783) e a Revolução Francesa (1789-1799), diferentes regimes políticos foram estabelecidos nos dois países. Após a Guerra de Independência, os Estados Unidos adotaram uma República Federativa. Sua Constituição, ratificada em 1788, estabeleceu um sistema federal com um governo central limitado e uma divisão clara de poderes entre legislativo, executivo e judiciário.

A Revolução Francesa levou à queda da monarquia e à instauração da Primeira República Francesa em 1792. No entanto, a Revolução passou por várias fases turbulentas, inclusive o Reinado do Terror. Em 1799, Napoleão Bonaparte ascendeu ao poder e se proclamou Imperador, estabelecendo o Primeiro Império Francês em 1804. Esses eventos inspiraram movimentos e debates sobre *governos representativos*.

## O Idealismo e o Materialismo

A Revolução Inglesa (principalmente a *Revolução Gloriosa* de 1688) teve um impacto significativo no sistema político do Reino Unido. Após esse evento, houve o estabelecimento de uma monarquia constitucional e o desenvolvimento de um sistema parlamentar.

A Revolução Gloriosa resultou na ascensão de Guilherme III e Maria II ao trono, em 1689, com a aceitação da Declaração de Direitos. Limitava os poderes do monarca e reforçava as liberdades parlamentares. Estabeleceu as bases para uma Monarquia Constitucionalista e Parlamentarismo no Reino Unido.

Ao longo do século XVIII, o Reino Unido consolidou seu sistema parlamentar, no qual o poder executivo (o governo) é derivado do

Parlamento. Desenvolveu um sistema de governo representativo com o poder concentrado no Parlamento eleito.

A Monarquia permaneceu como uma instituição simbólica com funções cerimoniais, enquanto o poder político efetivo estava nas mãos do Parlamento. Nesse regime, o governo liderado pelo Primeiro-Ministro.

Essa evolução política na Inglaterra e, posteriormente, no Reino Unido, influenciou outros países ao longo do tempo. Por exemplo, a Suécia com elevado IDH, resultante de sua socialdemocracia, é uma Monarquia Parlamentar, onde o rei é o chefe de Estado, mas o Poder Executivo está nas mãos do governo liderado pelo Primeiro-Ministro.

Os Estados Unidos é um exemplo clássico de Presidencialismo, onde o presidente é simultaneamente chefe de Estado e chefe de governo, sendo eleito de forma independente do legislativo, praticamente, por um bipartidarismo.

O Brasil adota um sistema presidencialista, onde o Presidente é o chefe de Estado e de governo, sendo eleito separadamente do Congresso. Porém, dada a fragmentação do sistema partidário e a alienação dos eleitores, o Centrão o comanda e impõe suas vontades em um *regime semi-parlamentarista* inexistente de direito, mas sim de fato...

Ambos os sistemas parlamentarismo e presidencialismo têm vantagens e desvantagens. Os problemas associados a cada um podem variar.

É comum, no Parlamentarismo, a *instabilidade governamental*, na qual mudanças frequentes no governo podem ocorrer. Em especial, se houver fragmentação partidária ou falta de uma maioria clara no Parlamento, levando a coalizões instáveis.

Em um sistema parlamentar com monarquia, há a separação entre o chefe de Estado (monarca) e o chefe de governo (Primeiro-Ministro). Isto pode levar a *ambiguidades*.

O presidencialismo seria mais rígido, com o Presidente sendo eleito separadamente do Poder Legislativo. No entanto, isso resulta em impasses se o Presidente e a maioria do Congresso forem de diferentes partidos e/ou coalizões partidárias.

Em sistemas presidencialistas, o *impeachment* pode se tornar uma ferramenta política, às vezes utilizada mais por razões partidárias em vez de ser por violações graves. Foi o caso do *golpe semi-parlamentarista* contra a presidenta reeleita, Dilma Rousseff.

O presidencialismo pode levar à concentração de poder nas mãos do Presidente. Seria problemático caso não houvesse sistemas adequados de *freios e contrapesos*.

Ambos os sistemas têm suas nuances e eficácia dependerá da cultura política, tradições institucionais e contexto específico de cada país. Muitos países implementam modificações e adaptações para lidar com os desafios específicos surgidos em seus sistemas de governo. O Brasil precisa enfrentar o problema da fragmentação partidária!

Seria uma condição para melhor governança econômica. Caberia uma reflexão sobre as relações entre o mercantilismo, o liberalismo político e o neoliberalismo econômico, compreendidas em termos de suas abordagens econômicas e políticas ao longo do tempo.

Caracterizado pelo protecionismo, o *Mercantilismo* (séculos XVI-XVIII) buscava acumular riqueza nacional por meio do controle estatal do comércio e das políticas de exportação-importação. Preconizava a acumulação de ouro e prata como símbolos de riqueza, em um contexto político de forte intervenção do Estado na economia, controle mercantil, monopólios coloniais e a busca por um excedente comercial.

Em contraponto, o *Liberalismo Político* (séculos XVIII-XIX) se associou a ideias econômicas como o *liberalismo clássico*. Defendia a liberdade econômica, livre comércio, propriedade privada e a redução da intervenção estatal na economia.

Enfatizava a proteção dos direitos individuais, o Estado de Direito, a democracia representativa e limitações ao poder do Estado. Mas não era o *Neoliberalismo Econômico* (século XX em diante).

O neoliberalismo é uma corrente mais recente, embora retome algumas ideias liberais clássicas, promovendo a minimização da intervenção estatal na economia, defesa do livre mercado,

privatizações e redução do Estado de Bem-Estar Social. É associado a políticas pró-mercado, redução do papel do Estado na economia, abertura econômica e ênfase na eficiência do mercado.

Embora cada um desses sistemas tenha suas características específicas, há uma evolução ao longo do tempo. O neoliberalismo econômico representa uma revitalização de certas ideias liberais clássicas, mas adaptadas ao contexto contemporâneo.

Na realidade, foi uma reação contra o Estado de Bem-estar social implantado pela social-democracia. Enquanto o Estado de Bem-Estar Social buscou uma intervenção mais intensa do Estado na economia para fornecer serviços sociais, seguridade social e reduzir as desigualdades, o neoliberalismo defende uma abordagem oposta.

O neoliberalismo preconiza a minimização da intervenção do Estado na economia. Isso inclui redução de regulamentações, privatizações de empresas estatais e promoção de mercados mais livres.

Os neoliberais defendem a primazia do livre mercado como meio eficaz de alocar recursos e gerar eficiência econômica. Sugerem a intervenção estatal distorcer o funcionamento natural do mercado com base em preços relativos livres.

Contrariamente ao Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo defende a redução dos gastos públicos, particularmente em programas sociais, buscando equilibrar os orçamentos governamentais. Está associado à desregulamentação financeira, permitindo maior autonomia para os mercados financeiros operarem.

Antes do *desenvolvimentismo social-democrata*, muitos países experimentaram diferentes formas de governo e políticas econômicas. O Liberalismo Clássico (séculos XVIII e XIX) defendia princípios como livre mercado, propriedade privada e limitada intervenção estatal na economia. No âmbito político, buscava a proteção dos direitos individuais, democracia representativa e limitação do poder do Estado.

No período Pós-Segunda Guerra Mundial (meados do século XX), algumas economias adotaram políticas keynesianas. Envolviam

intervenção estatal para gerenciar a demanda agregada e estabilizar a economia. Em alguns casos, surgiram governos de coalizão e partidos centristas, visando reconciliar interesses diversos.

O *Nacional-Desenvolvimentismo* (a partir de meados do século XX), em alguns países subdesenvolvidos, houve uma ênfase no desenvolvimento industrial e na promoção da economia nacional, com intervenção estatal direta, protecionismo e investimentos em infraestrutura. Tiveram muitos governos centralizados e autoritários, visando implementar estratégias de desenvolvimento econômico.

O desenvolvimentismo social-democrata emergiu, especialmente, a partir das décadas de 1950 e 1960, combinando elementos do Estado de Bem-Estar Social com políticas de desenvolvimento econômico. Isso incluiu a busca por uma economia mista, com o Estado desempenhando um papel ativo na regulação e no fornecimento de serviços sociais, enquanto ainda mantinha uma economia de mercado. Esse modelo foi adotado por diversos países europeus e influenciou políticas em outras partes do mundo.

O idealismo e o materialismo são duas correntes filosóficas com perspectivas distintas sobre a natureza da realidade, a origem do conhecimento e a relação entre mente e matéria. Filósofos idealistas diziam “ser é ser percebido por uma mente”.

No *idealismo*, a realidade é considerada fundamentalmente mental ou espiritual. A existência e a natureza das coisas dependem da mente ou da consciência. A mente é vista como a fonte primária da existência e da significância das coisas.

No *materialismo*, a matéria é vista como a substância primária da existência, e as propriedades da mente são consideradas produtos da atividade material do cérebro. A mente é um produto da matéria, e não o contrário em determinismo causal. Na verdade, há complexidade e interconexão dos aspectos mentais e materiais da realidade.

## Capítulo 3. Sociologia para Economistas

### Classes Sociais

A leitura do livro de Anthony Giddens e Philip W. Sutton, *Conceitos Essenciais da Sociologia* (São Paulo: Editora da UNESP, 2015), ajuda bastante a um leigo como eu. Minhas noções vagas se tornam mais precisas, por exemplo, a definição prática de *classe* é a posição econômica relativa de grandes grupos sociais, definida em relação à ocupação, posse de propriedades e riqueza ou escolhas de estilo de vida.

Há discordância entre sociólogos sobre classe social. Para os marxistas, define-se *classe* como um grupo de pessoas possuidoras (ou não) de uma relação proprietária com os meios de produção.

Nas *sociedades pré-industriais*, as duas principais classes eram a de proprietários de terras (aristocratas, nobres ou donos de escravos) e a de trabalhadores na terra (servos, escravos e camponeses livres). Já nas *sociedades capitalistas*, fábricas, escritórios, equipamentos e o capital financeiro necessário para comprá-los se tornaram mais importantes diante da terra.

Para weberianos, divisões de classe resultam não só da *propriedade* ou ausência dela, mas também de *habilidades e qualificações*, as quais afetam os tipos de trabalho capazes de serem assumidos pelas pessoas. As ocupações gerenciais e profissionais trazem salários mais elevados, melhores condições de trabalho e mais “regalias”.

Profissionais capacitados são, em geral, mais bem pagos se comparados aos fazedores de trabalhos com pouca exigência de qualificação. Assim, *posição de classe* não pode ser reduzida à mera propriedade dos meios de produção, principalmente, levando em conta a distinção entre *classe* e *status*, sendo este formado a partir das percepções de outras pessoas e não da situação econômica objetiva de um indivíduo.

Portanto, *classes* são grandes grupos de pessoas com compartilhamento de recursos econômico-financeiros semelhantes.

Estes, por sua vez, influenciam totalmente o tipo de estilo de vida levado por elas. A *posse de riqueza* e a *ocupação* são as principais bases das diferenças de classes.

Diferentemente da estratificação por *castas*, a posição de *classe* de nascença até limita, mas não impede o movimento das pessoas pelos *sistemas de classe*. Estes são impessoais, porque a posição individual de classe é objetiva, não relacionada às suas relações pessoais, embora estas costumem formar uma área da vida bastante distinta.

Há conexões entre posição de classe e outras dimensões da vida social, como padrões de voto, saúde e conhecimento educacional. Os sociólogos costumam usar a ocupação como amplo indicador de classe social porque os indivíduos com a mesma ocupação tendem a vivenciar estilos de vida parecidos e ter oportunidades de vida semelhantes.

Uma representação da natureza "relacional" da estrutura contemporânea de classes identificou a localização da classe com base na situação do mercado e do trabalho. A *situação do mercado* está ligada aos níveis salariais, segurança do emprego e perspectivas de progresso, enquanto a *situação do trabalho* se concentra em questões como controle, poder e autoridade.

A globalização da economia produziu uma divisão internacional do trabalho na qual as principais desigualdades ocorrem entre um país e outro, e não dentro dos Estados-nação. Os países desenvolvidos se tornaram sociedades pós-industriais, baseadas em *ocupações na área de serviços* e na *crescente individualização do trabalho*. Daí surgiu o convencionalismo do *status*, um sistema de desigualdade baseado no *consumismo* e nas *escolhas de estilo de vida* em lugar de classe social.

Com a 4ª. Revolução Tecnológica, a expansão da Educação Superior e a ampliação das oportunidades proporcionadas por ela, além de muitos outros empreendimentos bem-sucedidos, em serviços urbanos, alguns deles usando novas tecnologias como a internet, levaram a mais mobilidade social. Surgiu um *movimento fluido* entre as classes.

De maneira subjetiva, muitas pessoas não se veem como pertencentes à classe trabalhadora, à classe média ou à classe alta. No entanto, a classe na qual nascemos, isto é, a dos nossos pais, é um forte determinante de nossas oportunidades de vida.

Não podemos abandonar o foco no caráter objetivo da classe social se quisermos entender como e por qual razão as desigualdades se perpetuam. Na verdade, as desigualdades entre ricos e pobres se acentuaram em muitos países *desenvolvidos* (e *em desenvolvimento* também), na Era do Neoliberalismo, ou seja, desde 1980.

A posição econômica e as oportunidades de vida continuam sendo estratificadas por classe social, bem como as atitudes políticas esquerda-direita e as preferências eleitorais. Entretanto, os padrões de consumo cultural e a probabilidade de adotar atitudes libertárias ou autoritárias são influenciados mais por status social e/ou valores morais e religiosos em vez de ser por classe. O *status social* e o *afeto* influenciam fortemente as atitudes das pessoas sobre “questões ligadas a ideais”.

Na realidade, *classe social* se mantém como um importante indicador objetivo das oportunidades de vida. Um bom *capital social* (apoio de amigos e família), bem como *capital cultural* (credenciais educacionais) e *capital humano* (capacidade pessoal de ganho) facilita a vida na sociedade capitalista.

No entanto, é possível a *mobilidade social*. É o movimento de indivíduos ou grupos entre posições socioeconômicas, ascendente ou descendente, em uma hierarquia formada por sistemas de estratificação, particularmente, sistemas de classe social.

Economistas ortodoxos defendiam, a partir dos baixos níveis de desigualdade antes da industrialização, a guinada no contínuo crescimento econômico teria resultado em um aumento da desigualdade. Porém, com o tempo e o livre-mercado, haveria aumento da mobilidade social, a desigualdade se equalizaria e a situação se inverteria.

Na verdade, os empregos especializados e administrativos cresceram muito mais em relação aos empregos do operariado. Seus filhos passaram da linha de montagem para a mesa de escritório ou a oferta de outros serviços urbanos.

As sociedades industrializadas passaram por uma expansão paralela de trabalhos administrativos, os quais promoviam a mobilidade ascendente. Os sociólogos estudam dois aspectos principais da mobilidade social: na *intrageneracional* analisam o quanto as pessoas sobem ou descem na escala social ao longo de sua vida; na *intergeracional* se aprofundam na questão referente a *se e como* os filhos sobem ou descem na escala social em comparação com seus pais ou avós.

Se os *níveis de mobilidade social ascendente* se mantêm baixos, então supõem a classe continuar exercendo uma forte influência nas oportunidades de vida das pessoas. Porém, se há maior mobilidade social hoje, levantam a hipótese de a classe estar perdendo lugar e as sociedades estarem mais *meritocráticas* e menos *desiguais*.

Hoje, a globalização e a desregulamentação dos mercados estão alargando ainda mais a distância entre ricos e pobres e “solidificando” as desigualdades de classe. Tudo isso resulta em *menos oportunidades de mobilidade*, embora as nossas atividades nunca sejam completamente determinadas por divisões de classe.

Filhos de pais com nível educacional inferior sofreram um declínio absoluto na retenção educacional média e uma concomitante redução na mobilidade social intergeracional. Os principais motivos desse declínio são os cortes em investimentos com educação, aumento de desemprego e o distanciamento do neoliberalismo diante da antiga política pública em defesa de posições igualitárias.

*Pobreza* é a condição de falta de acesso ao considerado “básico” ou “normal” dentro de uma *sociedade*. Em pesquisas quantitativas, sociólogos desejam saber quantas pessoas vivem em condições de pobreza a fim de criar medidas para reduzi-la.

Um método alternativo de medir a pobreza se baseia em um *conceito relacional de pobreza*, baseado em estilos de vida. A partir disso, extrai itens recorrentes, como “casa não possui certos bens de consumo duráveis”, para um índice de pobreza ou escassez.

Uma “linha de pobreza” se baseia no nível de renda da família em relação à renda média nacional, normalmente 50% ou 60%, para

identificar aqueles sobreviventes na pobreza. A *pobreza absoluta* se baseia na ideia de subsistência material.

A maioria dos sociólogos hoje emprega o conceito alternativo de *pobreza relativa*. Relaciona a pobreza ao padrão geral de vida em uma sociedade. Compreendem pobreza como algo definido culturalmente e não possível de ser mensurado de acordo com um padrão universal. As coisas essenciais em uma sociedade podem ser luxos em outra... No entanto, o conceito de *pobreza relativa* desvia a atenção do fato de os membros mais pobres da sociedade estarem em condição muito melhor diante dos pobres no passado.

Enfim, o que não mudou na sociedade é as explicações sobre pobreza se concentrarem no indivíduo ou na organização da sociedade. A direita e a esquerda se dividem, respectivamente, entre teorias do tipo "culpem a vítima" ou "culpem o sistema".

## Variedades de Capitalismo

A leitura do livro de Anthony Giddens e Philip W. Sutton, *Conceitos Essenciais da Sociologia*, ajuda ao economista a precisar inclusive um conceito amplamente conhecido e utilizado: *capitalismo*. Eles o definem como "sistema econômico, originado no Ocidente, baseado no intercâmbio comercial e na geração de lucro, visando ao reinvestimento e crescimento dos negócios".

Uma análise do sistema exige *visão holista* – de "holos" ou o todo – para verificar como a complexidade de suas configurações dinâmicas emerge de interações variáveis ao longo do tempo de múltiplos fatores. O reducionismo binário da luta de classes tipo "nós (pobres) contra eles (ricos)" não explica suas transformações.

Ironicamente, *Marx e Engels inventaram o capitalismo!* Esse termo não foi criado pelo guru dos defensores do livre-mercado, Adam Smith, mas surgiu sim em meados do século XIX, quando eles discutiam o modo capitalista de produção.

Para os marxistas, o *capitalismo* é um sistema econômico explorador dos trabalhadores livres, cuja alternativa é apenas vender sua única posse (a força de trabalho livre) ao capital-dinheiro. Este os pagaria apenas o suficiente para a sua subsistência (e reprodução) e

os usaria na produção de mercadorias, gerar maior valor (*mais-valia*) ou lucros para os proprietários: uma burguesia ou a classe capitalista.

Uma concepção alternativa ao grande esquema histórico de Marx foi apresentada por Max Weber ao colocar o *espírito do capitalismo na ética protestante*. Para Weber, o capitalismo não resultou de mudança revolucionária, tampouco resultaria em uma revolução comunista no futuro.

De acordo com sua linha de argumentação, o futuro da classe trabalhadora está no desenvolvimento – e não no fim do capitalismo. De fato, a robotização, a automação e/ou a digitalização do trabalho estão dando “adeus ao proletariado” e produzindo trabalhadores autônomos, no Brasil, chamados de “pejotizados”: com CNPJ e sem direitos trabalhistas.

Weber, como também Schumpeter, sugere o capitalismo incentivar a competição e a inovação. Mitigariam os efeitos repressores da dominação do antigo Estado do mercantilismo, dando liberdade para experimentar novas ideias e transformar o sistema.

Por exemplo, trabalhadores com ensino técnico ou a formação universitária propiciaram inovações tecnológicas, além de criarem áreas de negócios em serviços, publicidade, economia criativa etc. Com maior poder de barganha, alcançaram um varejo de alta renda para obter Provisão Complementar em suas aposentadorias.

Antes de Weber, Marx tinha delineado os estágios progressivos de modos de produção. Começaram com as sociedades comunistas primitivas dos caçadores e coletores e passaram pelos antigos sistemas de propriedade de escravos e sistemas feudais, baseados na divisão entre servos e proprietários de terra.

O surgimento de mercadores e artesãos marcou o início de uma classe capitalista para produzir e vender mercadorias. Substituiria a nobreza fundiária ou arrendatária como nova classe dominante.

Um problema é muitos marxistas verem os ensinamentos de Marx como dogmas invioláveis e não fazerem um uso de seus conceitos de maneira adequada às mudanças do sistema capitalista. Por exemplo, Marx identificou dois elementos principais no capitalismo.

O primeiro, *o capital*, seria qualquer ativo, portanto, uma forma de manutenção de riqueza, incluindo máquinas ou até fábricas, mas com atributo de liquidez ou conversão em dinheiro. Nem sempre é usado de imediato, sendo deixado para ser investido e produzir ativos futuros no tempo adequado. Os dogmáticos criticam essa “financeirização”.

O segundo, *a mão de obra assalariada*, um conjunto de trabalhadores sem serem donos dos meios de produção, antes dependiam apenas de empregos remunerados. Muitos, sem os encontrar, tornaram-se microempreendedores por conta própria e bem-sucedidos para cuidar de si e suas famílias.

Não se confirmaram as previsões de Marx como um determinismo histórico. Nem todos os trabalhadores e capitalistas são mutuamente dependentes, os operários da indústria geral são uma minoria.

A maioria dos trabalhadores está ocupada em comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, transporte, armazenagem e correio, alojamento e alimentação, tecnologia de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais. Isso sem citar outros serviços e serviços domésticos. *A classe trabalhadora está dispersa e desunida!*

Falhou o argumento de o conflito de classes viria a se intensificar por terem uma relação de exploração. Marx imaginava, com o tempo, todas as outras classes encolheriam, mantendo-se apenas as duas classes principais, cujos interesses estariam em conflito direto. Sua previsão de *revolução* fracassou na prática política totalitária dos poucos casos, em situações totalmente distintas das imaginadas, ou seja, *em países atrasados*.

Não é claro se acertou em outra previsão: devido ao capitalismo ser produtivo, libertaria as pessoas da desnecessária opressão da autoridade religiosa e da “estupidez da vida rural”. No Brasil, não parece isso ter acontecido...

Tampouco a humanidade teve poder para formar seu próprio futuro em vez de ficar à mercê de forças naturais. As relações sociais

(e nacionais) competitivas se tornariam um obstáculo à cooperação necessária para as pessoas controlarem o próprio destino.

É necessário reconhecer: houve mudanças significativas no desenvolvimento do capitalismo, desde o *capitalismo industrial* da época de Marx, passando pelo *capitalismo gerencial*, desenvolvido conforme as empresas cresceram tanto a ponto de fazer fusões e aquisições, superar o controle por membros de uma família e alcançar o *capitalismo mega corporativo transnacional*. Mas a melhor variedade é o *capitalismo assistencialista* com conquistas sociais de direitos universais da cidadania.

O debate entre os pontos de vista weberianos e marxistas envolve julgamentos morais. Para os marxistas, o capitalismo é um sistema econômico capaz de *prosperar com a desigualdade*. Para os weberianos, o capitalismo, apesar de ser explorador, oferece possibilidade de democracia e exercício da liberdade pessoal, podendo até mesmo *diminuir a desigualdade social*. Só aconteceu isso entreguerras e no pós-guerra.

Outro debate público se dá entre neoliberais e socialdemocratas (na Europa) ou social-desenvolvimentistas (nas Américas) sobre as variedades do capitalismo. Para os primeiros, as economias capitalistas “funcionam” com mais eficácia com o mínimo de regulamentação econômica, baixa tributação e um Estado pouco assistencialista.

Os segundos contra-argumentam: os países nórdicos socialdemocratas desafiam esse receituário. Sua versão de capitalismo se fundamenta em impostos relativamente altos, enorme orçamento estatal, altos níveis de regulamentações e economia aberta ao exterior. Desse modo, compete e supera o modelo neoliberal de baixa regulamentação.

Suas empresas obtêm vantagens das instituições do país, as quais coordenam os mercados de trabalho, gerenciam treinamentos vocacionais e capacitadores profissionais, e adotam uma política industrial. Esse conjunto de instituições prova haver mais de uma forma de ter sucesso nos mercados globais. Posse de recursos naturais, educação, ciência e tecnologia, além de uma pequena população é chave do sucesso!

Não devemos nos esquecer: a divisão (local e internacional) do trabalho leva à separação das tarefas e ocupações do trabalho em um processo de produção, circulação e “financeirização”, criador de uma abrangente interdependência econômica. Ao contrário do esperado pelos marxistas, não houve um maior conflito devido ao estímulo ao individualismo e à destruição de qualquer solidariedade social.

Uma “solidariedade orgânica” surgiu como resultado da ampla divisão do trabalho. A especialização de funções fortaleceu a solidariedade social, em comunidades maiores, criando vínculos por meio da *dependência mútua*. Todos nós dependemos de outras pessoas, inclusive em escala mundial, para obter produtos e serviços capazes de sustentar a nossa vida.

A divisão internacional do trabalho resultou na interdependência econômica global entre os países. Nesse sentido, os povos do mundo necessitam do contato comercial e da cooperação pacífica nessa nova variedade de *capitalismo globalizado*.

Mudanças no mercado de trabalho, em escala planetária, levaram ao crescimento das ocupações no setor de serviços nos países desenvolvidos para as novas gerações dos países em desenvolvimento. Está ocorrendo também o *offshoring* – o movimento sistemático de um número crescente de tarefas para o exterior – e o *home-office* no plano internacional. O maior nível das remunerações e uma moeda nacional depreciada incentiva isso para os “cérebros” do Terceiro Mundo.

### Existem pessoas pobres porque existem pessoas ricas?

A relação entre a existência de pessoas pobres e pessoas ricas é multifacetada, isto é, complexa por emergir de interações entre uma variedade de fatores econômicos, sociais, políticos e históricos. A pobreza não é simplesmente causada pela existência de pessoas ricas, mas sim por uma combinação de sistemas econômicos e políticos, além de estruturas sociais influentes na distribuição de recursos e oportunidades.

*A presença de pessoas ricas por si só não gera pobreza – inclusive, caso forem investidoras em empresas não-financeiras produtivas, geram renda e emprego para os pobres. No entanto, se*

houver desigualdade extrema na distribuição de renda e oportunidades, isso contribui para *a perpetuação da pobreza*.

A pobreza está ligada à falta de acesso a recursos essenciais, como educação, saúde, emprego e serviços básicos. A distribuição desigual desses recursos resulta em disparidades econômicas.

Sistemas econômicos e políticos desempenham um papel crucial na determinação da distribuição de riqueza e oportunidades. Estruturas em economia de mercado favoráveis apenas a certos grupos em detrimento de outros, sejam ricos ou pobres, contribuem para a persistência da pobreza.

Barreiras sistêmicas, como discriminação, falta de mobilidade social e acesso limitado a oportunidades, mantem as pessoas em situações de pobreza. Por isso, surgiram as lutas identitárias.

Países subdesenvolvidos, por serem ex-colonizados, sofrem *ciclos de pobreza*. A falta de recursos básicos à sua população descendente de escravos perpetua condições desfavoráveis ao progresso econômico. Resultam de fatores históricos e sociais.

Por isso, políticas públicas, destacadamente aquelas relacionadas à tributação progressiva, assistência social, educação e saúde públicas, têm um impacto significativo na distribuição de recursos e na redução da pobreza. Apesar disso, não necessariamente diminuem a desigualdade social.

Na verdade, a coexistência de pessoas ricas e pobres não é por si só negativa. A criação de riqueza motiva o crescimento econômico, cria empregos e contribui para o desenvolvimento de uma sociedade. A questão central é como essa riqueza é distribuída e se há estruturas e políticas em vigor para garantir as oportunidades e os benefícios se estenderem a uma parcela mais ampla da população.

Portanto, *a relação entre pobreza e desigualdade social é bidirecional*. Ambos os fenômenos estão interconectados e influenciam um ao outro.

De imediato, sem maior reflexão, a desigualdade social é identificada como a causa subjacente da pobreza. Se houver uma distribuição desigual de recursos, oportunidades e acesso a serviços

básicos, certos grupos enfrentarão condições de vida mais precárias, com menos acesso à educação, saúde e empregos bem remunerados.

Ao mesmo tempo, a pobreza generalizada contribui para o aumento da desigualdade social. Quando há uma concentração significativa de pessoas em situações de extrema pobreza, a falta de acesso a recursos e oportunidades perpetua ciclos de desigualdade ao longo do tempo.

Ambos os fenômenos criam um *ciclo vicioso* no qual a desigualdade contribui para a pobreza, e a pobreza, por sua vez, contribui para a desigualdade. O desafio é abordar tanto a pobreza quanto a desigualdade como parte de estratégias para promover a equidade social e o desenvolvimento sustentável ao longo do tempo futuro.

Políticas públicas em busca de reduzir a desigualdade social envolvem a criação de oportunidades mais equitativas para todos os membros da sociedade, garantindo acesso a serviços essenciais, educação de qualidade e programas sociais para romper os ciclos de pobreza. Abordar essas questões requer uma *abordagem holística* capaz de considerar tanto os fatores estruturais quanto as necessidades imediatas das populações em situação de vulnerabilidade. Há *raízes sistêmicas* nas disparidades socioeconômicas.

Priorizar o combate à pobreza em vez de ter como meta a *inalcançável diminuição da desigualdade*, em uma economia global de mercado de capitais, depende dos objetivos específicos de uma sociedade, escolhidos pelos voláteis votos da maioria. Ambas as questões estão inter-relacionadas, mas os enfoques variam inclusive pelas circunstâncias históricas, por exemplo, foram ultrapassadas a *Era das Revoluções Comunistas* e a *Era da Socialdemocracia Reformista* e houve o ingresso na *Era da Economia Globalizada* com nova divisão internacional do trabalho e a 4ª. Revolução Tecnológica com digitalização geral e automação nas linhas de produção industrial.

O foco na redução das condições de pobreza extrema concentra-se em elevar o padrão de vida das pessoas vivendo em condições de extrema pobreza. Envolve programas e políticas

públicas para atender às necessidades imediatas, como acesso à alimentação, saúde, educação e habitação.

Medidas para *combater a pobreza* têm como objetivo melhorar indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Inclui não apenas a renda, mas também a saúde e a educação.

Por sua vez, o foco na distribuição equitativa de recursos está mais centrada na distribuição justa de oportunidades, renda e recursos em uma sociedade. Busca reduzir as disparidades entre diferentes grupos socioeconômicos.

Ao abordar *a desigualdade*, o objetivo é promover uma sociedade mais equitativa, garantindo a todos os membros o acesso a oportunidades similares, de maneira independente de sua origem socioeconômica. Usa-se *políticas afirmativas e de cotas*.

Na prática, as estratégias de governos social-desenvolvimentistas buscam *abordar simultaneamente a pobreza e a desigualdade*, reconhecendo ambas as questões serem interligadas. A abordagem eficaz geralmente envolve medidas para aliviar as condições de pobreza imediata enquanto implementam mudanças estruturais para reduzir desigualdades em longo prazo. Poderá até reduzir, mas não acabará com elas...

A dúvida é: em uma economia globalizada de mercado de capitais e com paraísos fiscais é possível redistribuir renda e/ou riqueza? Uma tributação progressiva, inclusive com Imposto sobre Grande Fortuna (IGF), não provoca fuga de capitais do Estado nacional?

A presença de paraísos fiscais se interpõe contra os esforços de redistribuição de renda e riqueza em uma economia globalizada. *Paraísos fiscais* são países ou territórios com oferta de vantagens fiscais, confidencialidade e regulamentação mínima para atrair investidores e empresas. Isso resulta em práticas de evasão fiscal, elisão fiscal e ocultação de ativos.

Em *paraísos fiscais*, indivíduos e empresas ocultam ativos (formas de manutenção de riqueza), reduzem sua carga tributária e evitam a redistribuição de riqueza. Isso dificulta a eficácia das políticas de tributação progressiva se visam apenas uma distribuição

mais equitativa dos recursos em lugar de uma correta política de colocar fim à pobreza.

Empresas e indivíduos sobretaxados transferem recursos para paraísos fiscais, resultando em uma fuga de capitais dos países onde a atividade econômica ocorre. Prejudica a capacidade dos governos de arrecadar receitas e financiar programas sociais.

Ao contrário, a concorrência entre países, para atrair investimentos, leva a uma corrida para reduzir as alíquotas fiscais, especialmente em paraísos fiscais. Resulta em uma erosão da base tributária e dificulta a implementação de políticas redistributivas.

Portanto, a existência de paraísos fiscais contribui para uma desigualdade global crescente, onde uma parcela significativa de riqueza está concentrada em locais com regras fiscais mais favoráveis. Para os enfrentar, a cooperação internacional é crucial. Acordos internacionais e iniciativas para troca de informações fiscais, como o *Common Reporting Standard* (CRS), buscam aumentar a transparência e combater a evasão fiscal em nível global.

Apesar dessas *barreiras quase inexpugnáveis*, os críticos contumazes (fora do governo) argumentam ser fácil implementar políticas de redistribuição de riqueza e combater práticas fiscais nocivas. Envolveria a promoção de maior transparência, cooperação internacional, reformas fiscais progressivas e a criação de mecanismos para prevenir a evasão fiscal. Só...

Segundo dados do Banco Central, em 2021, o investimento no exterior foram divididos entre os seguintes países: Holanda (regras de Direito Societário muito mais flexíveis); Ilhas Cayman; Ilhas Virgens Britânicas; Bahamas; Luxemburgo; Mônaco.

Como obter a colaboração entre países competitivos entre si (e dependentes das grandes fortunas) e desenvolver políticas contra a desigualdade diante da globalização e dos paraísos fiscais?! Será mais bem-sucedido o combate à pobreza...

## Panfleto Progressista da OXFAM

*Panfleto* é um texto curto, violento e sensacionalista, geralmente sobre assuntos políticos, no passado impresso em folheto e de distribuição limitada. Hoje é digital e circula em grande escala internacional, na rede social de todo o mundo, especialmente, se for traduzido.

A Oxfam é uma confederação internacional de 21 organizações, operando em rede de 65 países, como parte de um movimento global pela mudança social. Visa construir um futuro livre da injustiça causada por pobreza.

Nesse sentido, merece todo o nosso apoio. Mas isso não a isenta de críticas conceituais e/ou metodológicas, *em termos construtivos*, isto é, oferecendo uma alternativa para aperfeiçoar seus argumentos em favor de sua causa progressista.

Por exemplo, em sua Nota Metodológica do documento distribuído em Davos, no primeiro mês de 2024, entre outros erros conceituais, para “denunciar o capitalismo”, afirma: “as cinco maiores empresas do mundo, juntas, são avaliadas em mais do que o PIB combinado de todas as economias da África Subsaariana, da América Latina e do Caribe.” *Oh!*, espanta-se o leigo em Economia.

A Oxfam expõe suas fontes para fazer tal afirmativa. As cinco principais empresas globais por capitalização de mercado de ações, de acordo com o ranking global 2000 da *Forbes* sobre as maiores empresas do mundo, publicado em 8 de junho de 2023, eram: Apple (US\$ 2,746 trilhões), Microsoft (US\$ 2,310 trilhões), Saudi Aramco (US\$ 2,055 trilhões), Alfabet/Google (US\$ 1,341 trilhão) e Amazon (US\$ 1,084 trilhão). Suas capitalizações somavam US\$ 9,5 trilhões.

Fora a companhia petrolífera estatal com sede na Arábia Saudita, a maior companhia do ramo do mundo em termos de reservas de óleo cru e de produção, as demais são conhecidas *big techs*, cujos aplicativos/programas são usados comumente. Mas cabe comparar esse *estoque de riqueza*, acumulada ao longo de anos, com os *fluxos de renda* em um ano dos diversos países de continentes mais pobres?

De acordo com a previsão do *World Economic Outlook* de outubro de 2023 do FMI, o PIB combinado das economias da África seria de US\$ 2,867 trilhões, e o das economias da América Latina e do Caribe somaria US\$ 6,517 trilhões. Isso representaria um total de US\$ 9,4 trilhões. Seria, portanto, um valor inferior à capitalização de mercado das cinco maiores empresas do mundo.

Um leigo poderia deduzir: os acionistas dessas cinco empresas vendem todas suas ações e compram todos os países dos continentes citados: 54 da África, 13 da América do Sul e 25 do Caribe! Como sete das dez maiores cotadas em bolsa do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas, somando o valor total de capitalização de mercado US\$ 10,2 trilhões, poderiam combinar e comprar mais uma boa parte do mundo!

Ora, aí está a importância de entendimento dos conceitos da Ciência Econômica para os leigos não serem enganados. Quais são os problemas de comparar o Produto Interno Bruto (PIB) nominal de países com estoque de riqueza dos bilionários?

Comparar o fluxo de renda anual de países com o estoque de riqueza dos bilionários apresenta sérios problemas. Essas métricas refletem aspectos diferentes da economia e não são diretamente comparáveis.

O PIB mede a produção total de bens e serviços em um país em um determinado período, no caso, *um ano*. Ele reflete o valor adicionado na atividade econômica, mas não indica *como esse fluxo vira riqueza*, distribuída entre os diversos estratos sociais.

Por sua vez, o *estoque de riqueza* dos bilionários representa a acumulação de ativos financeiros e patrimônio líquido *ao longo de anos*, no caso, desde quando suas empresas abriram o capital em bolsa de valores para capturar dinheiro de novos associados. Evidentemente, não está diretamente ligado à produção anual, embora a distribuição de lucros e dividendos possa ser relacionada ao valor adicionado na empresa em foco.

A especulação sobre o ganho de capital – comprar a ação mais barata em relação à possível cotação de venda – é a grande motivação dos investidores no mercado secundário de ações. A informação da *Forbes* diz a respeito do *sobe-e-desce dos seus valores*

*de mercado*, ou seja, das expectativas incertas sobre os preços futuros.

Caso esses bilionários resolvessem vender todas suas ações para comprar os países, a notícia se espalharia e haveria um *crash* na bolsa de valores de NYC! Espalharia pelas demais do resto do mundo e a fortuna do “pobre” bilionário se desmilinguiria...

O estoque de riqueza acionária dos bilionários costuma ser altamente volátil e sujeito a mudanças rápidas devido a flutuações nos mercados financeiros. Comparar isso com o PIB anual, uma medida mais estável de agregado macroeconômico, leva a interpretações equivocadas sobre a saúde econômica em longo prazo de um país – ou de continentes!

A comparação entre o PIB e a riqueza dos bilionários não aborda diretamente a desigualdade econômica dentro de um país. Um país com um alto PIB, mas com uma distribuição de renda desigual, tem sua transformação em riqueza, como em saldos financeiros, cada vez mais concentrada em uma pequena porcentagem da população.

Países com grandes populações, como o Brasil, têm PIBs elevados, devido ao tamanho da sua força de trabalho e mercado consumidor, mas isso não implica em uma alta *renda per capita*. Da mesma forma, um bilionário, ao habitar em um paraíso fiscal com uma população pequena, tem um impacto significativo no seu estoque total de riqueza, mas isso não reflete a situação da maioria da população. Veja o caso de Mônaco...

O estoque de riqueza dos bilionários é influenciado também por fatores não estritamente econômicos, como *herança*, *investimentos imobiliários* e *flutuações nos mercados de ações*. Já o PIB reflete, principalmente, a produção econômica.

Em resumo, embora ambos os indicadores forneçam informações valiosas sobre a economia de um país, eles abordam *dimensões diferentes*. Para uma avaliação mais completa, é útil considerar uma variedade de indicadores econômicos e sociais capazes abordem tanto a produção e originação de renda quanto a distribuição de riqueza, bem como a qualidade de vida da população.

O PIB representa um *fluxo*, pois quantifica a produção e a renda gerada em um período específico. Por ser uma medida anualizada ou trimestral, reflete a *dinâmica econômica*, isto é, as variações ao longo de certo tempo.

A riqueza tem como indicador um *estoque*, representando a acumulação ao longo de vários períodos. Reflete a riqueza total detida em um determinado momento.

Além disso, o PIB nominal e o PIB por Paridade do Poder de Compra (PPC) são duas formas diferentes de medir a produção econômica de um país, e cada uma aborda as comparações internacionais de maneiras distintas. No ranking mundial do primeiro, os Estados Unidos ainda é a maior potência econômica, do segundo, a China o ultrapassou.

O PIB nominal refere-se ao valor total de bens e serviços produzidos por um país em termos de sua moeda nacional corrente. Não ajusta os valores para as diferenças nos preços de bens e serviços entre os países. O PIB por Paridade do Poder de Compra (PPC) leva em consideração essas diferenças, convertendo as moedas locais para uma moeda comum (geralmente o dólar dos EUA) de modo a equalizar o poder de compra.

Portanto, o primeiro, influenciado pelas flutuações cambiais, subestima ou superestima o verdadeiro poder de compra em diferentes nações. O segundo permite uma comparação mais precisa do poder de compra real entre os países. Expõe as diferenças reais no padrão de vida ou bem-estar social.

Mudanças nas taxas de câmbio distorcem a verdadeira variação na produção econômica através do PIB nominal. A apreciação da moeda nacional eleva a posição no *ranking*. O ranking do PIB por Paridade do Poder de Compra reduz a influência das flutuações cambiais, pois converte as moedas locais para uma moeda comum com base no poder de compra relativo.

O PIB por Paridade do Poder de Compra oferece uma perspectiva mais precisa do padrão de vida da população ao considerar o custo relativo dos bens e serviços, por exemplo, da diferença entre aluguéis. É melhor indicador de desenvolvimento econômico.

Portanto, a Oxfam não deveria usar o PIB nominal para comparar economias africanas, latino-americanas e caribenhas com as fortunas dos maiores bilionários em ações de cotações voláteis, “acumuladas por toda uma vida”. Se fosse o caso – mas não é –, o PIB por PPC seria mais bem empregado para comparar essa riqueza e o poder de compra e conseqüente padrão de vida das populações desses países.

Ambas as medidas – *fluxo* e *estoque* – têm aplicações específicas e fornecem *insights* diferentes sobre a economia de um país e a riqueza pessoal de bilionários. Literalmente, os ricos não podem “comprar” toda a economia de uma Nação soberana...

### Juro Capitaliza a Riqueza e Prejudica a Renda Produtiva

O Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira, elaborado pela SPE-MINFAZ, a partir dos dados das DIRPF 2022-AC 2021, faz o cálculo da riqueza, considerando a soma de Bens e Direitos declarados subtraída de Dívidas e Ônus. A agregação de contribuintes por centis está realizada de acordo com a renda total, descontadas as transferências de patrimônio, herança e doações.

De forma geral, indivíduos com maior renda possuem também o maior patrimônio. Em 2022, a concentração de riqueza foi ainda mais desigual entre os declarantes de IRPF diante da de renda. O centil 100, sozinho, apropria 32,2%. Somando os 5 centis superiores possuem 49,8%, ou seja, os centis de 95 a 99 possuem 17,6% do total. Os 10 centis superiores concentram 58,6% da riqueza nacional, logo, os centis de 90 a 94 possuem 8,8% do total.

Em termos absolutos, os bens e direitos declarados por todos são divididos em bens financeiros (49,15%), imóveis (34,62%), outros bens e direitos (8,92%) e móveis como automotores e aeronaves (7,30%). Esta estrutura se mantém estável ao longo dos anos.

O fluxo de renda impacta mais o consumo diante do estoque da riqueza imobilizada em ativos financeiros e imobiliários. Esta, em geral, possui menor liquidez em comparação com ativos mais facilmente convertíveis em dinheiro.

A liquidez refere-se à facilidade com a qual um ativo pode ser comprado ou vendido no mercado sem afetar significativamente seu preço. Por exemplo, ações e títulos, seja títulos de dívida pública, seja títulos de dívida direta das empresas, são considerados ativos financeiros.

Sua liquidez varia bem. Ações de empresas listadas em bolsa, geralmente, têm boa liquidez por poderem ser compradas ou vendidas facilmente no mercado. No entanto, títulos de longo prazo para vencimento ou investimentos em imóveis menos líquidos levam muito mais tempo para serem convertidos em dinheiro.

Os imóveis, como casas e propriedades comerciais, são ativos não financeiros com liquidez mais baixa. A venda de propriedades leva mais tempo, diante dos resgates de aplicações financeiras, por envolver processos burocráticos e estar sujeita a condições conjunturais de mercado.

Certos fundos de investimento, especialmente aqueles com prazos de resgate mais longos, também limitam a liquidez dos investidores. Outros instrumentos financeiros derivativos não considerados em termos de liquidez, mas sim de proteção de valores.

Embora esses ativos possuídos por ricos representem uma riqueza substancial, sua conversão em poder de compra imediato costuma ser demorada. Em emergências ou necessidade imediata de liquidez, a venda desses ativos não é a opção mais rápida.

Além disso, vender grandes quantidades de ativos financeiros ou imobiliários de uma vez impactar os seus valores de mercado, reduzindo a liquidez desses ativos. Geralmente, os investidores Pessoas Físicas, planejadores de sua aposentadoria, retém sua riqueza financeira para ser capitalizada, seja com juros compostos, seja com valorização das ações possuídas. É "intocável"...

Por isso, é importante para os investidores considerarem a liquidez ao construir seus portfólios, equilibrando ativos mais líquidos com aqueles menos líquidos, mas oferecendo rentabilidade e segurança, dado o potencial de crescimento em longo prazo. Diversificar os investimentos, balanceando periodicamente o portfólio, ajuda a gerenciar os riscos associados à liquidez e às perdas e

ganhos. Os investidores necessitam planejar suas Finanças Pessoais para contingências e necessidades de curto prazo.

Em termos macroeconômicos, riqueza geralmente não resulta em choque de demanda inflacionário. A relação entre riqueza e inflação não é uma relação direta ou simples.

A riqueza geralmente se refere à acumulação e/ou capitalização de estoque de ativos. Seu impacto na demanda inflacionária depende de como esses ativos são utilizados.

Raramente a riqueza leva a um aumento no consumo, criando pressões inflacionárias, devido ao aumento da demanda por bens e serviços. Pelo contrário, se a riqueza resultar em investimentos produtivos capazes de aumentam a capacidade de produção, essa expansão da oferta agregada não gera inflação imediata. Será necessário o Banco Central controlar perenemente a demanda agregada, capitalizando ainda mais a riqueza financeira com juros elevados?

A composição da riqueza, incluindo se é predominantemente em ativos financeiros, imobiliários ou outros, influencia seu impacto na inflação. Por exemplo, um aumento no valor das propriedades imobiliárias tem efeitos diferentes em relação à inflação diante de um aumento no valor das ações. Nenhum imóvel é vendido para fazer o supermercado!

Se a riqueza estiver concentrada em uma pequena parte da população, o impacto inflacionário é muito limitado, pois a maioria das pessoas não tem recursos adicionais para aumentar significativamente seu consumo. As políticas monetárias e fiscais adotadas pelos governos também são determinantes de estimular ou não o consumo e o gasto, aumentando a demanda agregada e potencialmente gerar inflação.

As expectativas dos consumidores, em caso de não serem investidores, em relação ao futuro econômico, influenciam o comportamento de gastos. Será realista achar quando as pessoas acreditarem em crescimento contínuo de sua riqueza, estarão mais propensas a gastar e contribuir para a demanda inflacionária? Pelo contrário...

A capacidade da economia de aumentar a produção de bens e serviços também é crucial. Se a oferta não conseguir acompanhar o aumento da demanda, ocorre uma inflação.

O contexto econômico, políticas governamentais, comportamento do consumidor e a natureza da riqueza acumulada todos são fatores capazes de provocar ou evitar pressões inflacionárias excessivas ou deflação. A riqueza não parece pressionar o consumo.

O cálculo do custo de vida se concentra em despesas essenciais, como moradia, alimentação, saúde, transporte, educação e outros itens básicos. Consumo de supérfluos e bens de luxo, por definição, não faz parte das necessidades básicas para manter um padrão de vida aceitável. Portanto, esses são excluídos dos cálculos do custo de vida.

Índices de custo de vida, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) se concentram em itens capazes de refletirem os gastos típicos de uma família média. Itens de luxo têm uma ponderação mínima ou nula diante de despesas essenciais para a subsistência.

O custo de vida é altamente influenciado pelo estilo de vida e pelas escolhas individuais. Algumas pessoas consumistas em busca de status gastam uma parte significativa de sua renda em bens de luxo, mas isso não é refletido nas métricas do custo de vida.

Diante de tudo isso, conclui-se: a elevação da taxa de juros desestimula a tomada de empréstimos, mas capitaliza a renda fixa e descapitaliza a renda variável. Os custos de financiamento se tornam menos atrativos e provocam uma desalavancagem financeira, impactando o crescimento econômico ao aumentar o custo do capital.

Investimentos de renda fixa, como títulos de dívida pública e certificados de depósito bancário, se beneficiam com o aumento das taxas de juros e conseqüente capitalização.

A renda variável, representada principalmente por ações, costuma ser afetada negativamente pelo aumento das taxas de juros. Os investidores encontram alternativas mais atrativas em ativos de renda fixa, considerados mais seguros, quando as taxas de juros

estão em alta. Além disso, o aumento dos custos de empréstimos impacta negativamente as empresas, reduzindo seus lucros e, conseqüentemente, o valor de suas ações pela queda dos lucros e dividendos.

A elevação das taxas de juros altera as preferências dos investidores, levando a realocações em suas carteiras. Setores sensíveis a taxas de juros, como o financiamento imobiliário, são impactados negativamente, enquanto a renda fixa se beneficia.

Taxas de juros disparatadas atraem fluxos de capitais estrangeiros, apreciando a moeda nacional. Isso barateia as importações, reduzindo a "inflação importada".

Porém, a taxa de juros elevada não controla a inflação de preços administrados e a inflação de alimentos por quebra de oferta. Muitos preços administrados, como tarifas de serviços públicos, são fixados pelo governo. Se o custo do capital para empresas aumenta, elas repassam esses custos adicionais para os consumidores.

Choques de oferta, como quebras na produção de alimentos, devido a condições climáticas adversas, levam a aumentos temporários nos preços. O controle da demanda agregada não equilibra a oferta e a demanda, nos mercados de alimentos, exceto caso provoque fome nas parcelas mais pobres da sociedade. Mas recebe o apoio dos ricos por capitalizar ainda mais sua riqueza financeira com juros compostos!

## Capítulo 4. Finanças Para Todos

### As Fábulas e Os Humanos

*Animais inteligentes e falantes ensinam aos animais humanos* como nos devemos comportar em diferentes situações ao longo da vida. As fábulas escritas sobre eles são narrativas curtas seguidas de uma moral existente desde a Antiguidade grega.

Por exemplo, Esopo contou: um cavalo luxuosamente adornado com seda e ouro encontrou um burro carregado no caminho e, cheio de arrogância, pediu-lhe para se desviar e ceder o caminho. O pobre burro ficou em silêncio e suportou a ofensa.

Alguns dias depois, o cavalo machucou a pata e começou a mancar. Seu dono retirou seus arreios valiosos e colocou uma sela nele para ser usada como animal de carga. O burro encontrou o cavalo carregando esterco e disse-lhe: "Onde está sua arrogância agora? Por qual razão não me pede para me desviar, como fazia antes?"

A moral social é: ninguém deve desprezar os menos favorecidos só porque está bem alimentado, bem-vestido ou tem honras e privilégios. As fortunas e posições podem mudar – e o orgulho passado só serve para trazer vergonha e insulto no presente.

Uma questão do nosso tempo – ascensão do neofascismo da extrema-direita armamentista – pode ser ilustrada pela fábula de *O Lobo e o Cordeiro*.

Em um córrego, um lobo estava bebendo água quando um cordeiro chegou mais abaixo e começou a beber também. O lobo olhou com olhos sanguinários e mostrou os dentes, dizendo: "Como ousas roubar a água onde bebemos?"

O cordeiro respondeu humildemente: "Eu estou abaixo de onde você bebe, não poderia sujar a sua água." O lobo, ainda mais furioso, continuou: "Por que você está insultando a minha inteligência como fazia também seu pai há anos?"

O cordeiro respondeu: "Há um engano, eu nasci apenas três meses atrás, então, eu ainda não existia e não tenho culpa do dito pelo meu pai." O lobo retrucou: "Você é culpado pelo estrago feito ao pastar no meu campo."

O cordeiro disse: "Isso não é possível, pois ainda não tenho dentes." Sem mais argumentos, o lobo pulou sobre o cordeiro e o devorou.

A seguinte moral é deduzida. Quem está disposto a usar a força física e machucar o outro, não responde a nenhum tipo de lógica ou argumentação, senão à força oposta.

Aprendemos também com outra fábula, *O Vento e o Sol*: "a simpatia é um sinal de força. Com agressividade nunca conseguimos persuadir outra pessoa".

O Vento e o Sol estavam discutindo sobre qual deles era o mais forte, quando um caminhante apareceu usando um casaco quente. Eles concordaram de maneira amistosa: quem conseguisse fazer o viajante tirar o manto seria considerado o mais forte. Depois do teste, sem dúvida, o Vento admitiu com simpatia o Sol ser mais forte...

A famosa fábula *O Leão e o Rato*, com a retribuição de um favor deste animalzinho àquele animalzão, ensina: "ninguém deve ser subestimado e todos os atos de gentileza são importantes".

Na realidade, quando estamos em situações de sufoco, precisamos usar a imaginação e encontrar um jeito de resolver o problema. Foi o caso de *O Corvo e o Jarro*. O pássaro sedento encontrou um jarro com um pouco de água, mas seu bico era muito curto.

Ele decidiu pegar pedras e, uma por uma, colocou-as dentro do jarro. Ao fazer isso, o nível da água subiu e, finalmente, ficou ao alcance do seu bico. Assim, ele conseguiu saciar sua sede e salvar sua vida.

A fábula *O Galo e a Pérola* narra: ele, ao ciscar no terreiro, acabou encontrando uma pérola preciosa. Então, disse-lhe: - "Linda e preciosa pedra, reluzente seja com o sol, seja com a lua, ainda estando em um lugar sujo, se te encontrasse um humano, ele te

aprisionaria em uma joia, mas a mim você nada presta, pois é mais importante uma migalha, um verme ou um grão para me servir de sustento". Dito isto, ele a deixou e seguiu ciscando em busca de algum alimento.

Portanto, a moral é *o valor das coisas ser subjetivo*. Algo para alguns muito importante e valioso, para outros pode ser completamente inútil!

A corrida desenfreada por *status social* com base na aparência *instagramável*, caso seja bem-sucedida, muitas vezes leva apenas ao *esnobismo*. Este é o comportamento típico de quem despreza o convívio com quem é humilde, geralmente, copiando os costumes daqueles considerados da "alta sociedade" por possuírem riqueza ou da "alta cultura" por terem prestígio social. Este sentimento de superioridade, diante os demais, busca superar, inadequadamente, algum atávico complexo de inferioridade.

*O Cão e a Máscara* mostra a sabedoria. Procurando um osso para roer, um cão encontrou uma bela máscara. O cão a farejou e, reconhecendo-a, desviou-se com desdém. – "A face é bonita, mas não tem miolo..."

Assim como a máscara, muitas pessoas têm beleza, mas parecem ser vazias por dentro. Não têm substância mental e/ou cultural.

Quem se acha "esperto", e sempre inventa formas de tirar vantagem de uma situação, acaba virando vítima dos próprios truques.

Foi o caso de um burro: estava atravessando um rio carregando sal. Ao escorregar e cair na água, o sal se dissolveu e tornou a sua carga mais leve.

Feliz com essa descoberta, o burro pensou: caso caísse novamente no rio, enquanto carregasse peso, a carga ficaria igualmente mais leve. Então, ao carregar esponjas, ele escorregou de propósito. As esponjas absorveram a água e o burro não conseguiu mais se levantar, acabando por se afogar!

Um grande touro estava pastando perto da água. Ao vê-lo, a rã sentiu inveja. A rã começou a comer muito e inflar-se ao perguntar

às outras se já estava tão grande quanto o touro. Elas responderam negativamente.

A rã tentou novamente, inflando-se com mais força, mas percebeu ainda estar muito longe de ser igual ao touro. Na terceira tentativa, ela inflou tão intensamente a ponto de acabar explodindo por causa da sua ganância de ser grande...

Novamente, a moral é o fato de competirmos e nos compararmos com os outros, ao invés de nos aceitarmos, sempre acaba nos prejudicando. *Quem compara perde!*

A ganância é a nossa perdição, se arriscarmos aquilo seguro por algo ilusório aparentemente melhor. Isso descobriu um cão, quando carregava na boca um pedaço de carne e, ao passar por um riacho, viu no espelho da água a sombra da carne maior. Soltou aquela entre seus dentes para tentar pegar a vista na água. O riacho levou com a correnteza a verdadeira carne e a sua sombra. No fim, o cão acabou ficando sem nada.

Embora todas essas fábulas deem a impressão de pregar o conformismo ou a inércia, isso é contradito pela famosa *A Raposa e as Uvas*. Uma raposa se aproximou de uma parreira e viu ela estar carregada de uvas apetitosas. Com água na boca, a raposa desejou comer as uvas e, para tanto, começou a fazer esforços para subir até elas.

No entanto, as uvas estavam em uma altura inalcançável. A Raposa disse então: – “Estas uvas estão muito azedas. Não quero colhê-las, agora, porque não gosto de uvas sem estarem maduras...” Dito isso, ela se foi embora.

A moral apontada por Esopo é: por vezes, quando não conseguimos ter uma coisa, tendemos a desvalorizá-la. É, simplesmente, para não assumirmos a nossa falha.

Persistência e esforço aumentam as nossas capacidades e a probabilidade de vencermos. A negligência e o excesso de confiança, ao contrário, nos prejudicam.

Isso é demonstrado pela seguinte fábula. Uma tartaruga e uma lebre discutiam sobre qual era a mais rápida entre as duas. Então, marcaram um dia e um lugar para uma corrida. A lebre, confiando

em sua rapidez natural, não se apressou em correr, se deitou no caminho e dormiu. Mas a tartaruga, consciente de sua lentidão, não parou de caminhar e, assim, ultrapassou a lebre dorminhoca e alcançou a meta, obtendo a vitória.

A *ética do trabalho* é ensinada. A cigarra passou o verão cantando, enquanto a formiga juntava seus grãos. Quando chegou o inverno, a cigarra veio à casa da formiga para pedir algo para comer. A formiga então perguntou a ela: — O que foi feito por você durante todo o verão? — Durante o verão, eu cantei — disse a cigarra. — Então, agora, dance!

Temos de nos esforçar desde cedo, para podermos colher os frutos do nosso estudo e trabalho mais tarde. Se não o fizermos, ficaremos dependentes da ajuda das outras pessoas. Esta é uma sabedoria humana espalhada pelas fábulas desde os primórdios.

## As Fábulas e As Finanças

Associada a Esopo (VI a.C.), a fábula é ainda mais antiga, encontrando paralelos em diversas histórias de características semelhantes, anônimas de origem popular, em toda a Antiguidade. Mas o Esopo é considerado seu “pai” e a Grécia é sua “pátria”.

É uma narrativa breve, normalmente em prosa, protagonizada por *animais falantes*, embora não exclusivamente. É contada para deduzir uma máxima moral.

O conhecimento das fábulas era esperado de todo o cidadão educado. Deveria citá-las em festas e reuniões políticas para impressionar os demais convidados e reforçar seu ponto de vista.

Antes transmitidas oralmente, a primeira edição impressa das Fábulas é de 1474, data anterior à publicação da Bíblia em 1455. Escutam-nas ainda na infância, devido a serem narrativas breves, de estilo simples e fundo moral em leitura apropriada para crianças.

No entanto, o gênero literário diz respeito a toda a sociedade, constituindo um meio de transmissão de valores de qualquer *agrupamento humano*. Enraizado na cultura popular, acompanha provérbios e máximas, inseridos em obras educativas.

O objetivo é o de convencer o receptor da validade de um determinado juízo. Embora nem toda a fábula tenha *moral explícita*, a lição proposta costuma estar nas entrelinhas do discurso de um dos protagonistas. Mas, depois de certa época, a moral extraída da estória passou a ser ou antecedente à narrativa ou em seu fim. É tipo “a fábula mostra...”.

Uma mesma situação ilustra *valores diversos*. A fábula é sempre atualizada com uma interpretação dependente das circunstâncias nas quais se dá a comunicação.

A expressão francesa *‘avant la lettre’* significa “antes de o termo existir”. Para entender o moralismo dos denunciadores da “financeirização”, colocando-a como um comportamento típico da nossa Era, é divertido fazer um exercício intelectual com perguntas-chaves.

*Quais as melhores fábulas sobre riqueza?* Algumas delas abordam temas relacionados à riqueza, oferecendo ensinamentos sobre a *importância da moderação, da honestidade e de outros valores associados à prosperidade*. Há pelo menos duas fábulas notáveis sobre riqueza.

A moral de “A Galinha dos Ovos de Ouro” enfatiza a importância da *gratidão* e da *moderação*. O fazendeiro ganha um ovo de ouro por dia de sua galinha especial. No entanto, sua ganância o leva a matar a galinha, pensando encontrar dentro dela todas as riquezas de uma vez. A lição é a ganância e a impaciência levarem à perda da segurança de algo valioso já possuído.

No Brasil, país de juro reais disparatados em relação ao resto do mundo, é o caso de abandonar a segura renda fixa em busca da ambição da renda variável para enriquecimento mais rápido?

A moral de “O Rato do Campo e o Rato da Cidade” é a fábula destacar as diferenças entre a vida simples e a vida luxuosa. O rato do campo vive uma vida tranquila, enquanto o rato da cidade leva uma vida opulenta. No entanto, quando o rato do campo visita a cidade, percebe a vida luxuosa ter seus próprios perigos. A moral é a segurança e a paz podem superar as vantagens materiais.

No Brasil, país de aluguéis e preços de imóveis disparatados nas duas maiores metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro), é o caso de pagar o dobro para morar quando é possível encontrar, em suas cercanias, cidades metropolitanas com boas oportunidades profissionais? Ou morar no interior em sítios ou fazendas (ou no litoral) e trabalhar por meio de *home office*? O custo de vida pode cair pela metade e o poder aquisitivo dobrar!

Quais as melhores fábulas sobre pobreza? Como as fábulas abordam temas universais, incluem questões relacionadas à pobreza, oferecendo *lições sobre gratidão, humildade e contentamento*.

“O Leão e o Rato” é uma fábula cuja moral destaca a *importância da gratidão e da empatia*. Um leão poupa a vida de um pequeno rato. Mais adiante, quando o leão fica preso em uma armadilha, o rato retribui o favor ao roer as cordas. A moral é até mesmo os desfavorecidos pela força ou riqueza serem de grande ajuda, pois *a gratidão transcende as diferenças de tamanho ou posição social*.

A democracia brasileira resistiu ao neofascismo muito devido aos votos dos eleitores na faixa de renda abaixo de 2 salários-mínimos e aos habitantes da região mais pobre do país. O Nordeste possui cerca de 28% do eleitorado brasileiro e se aliou aos lúcidos.

Na fábula “O Pescador e o Peixe Dourado”, um pescador pesca um peixe dourado e ele alega ser um príncipe transformado. O pescador o liberta, e o peixe dourado recompensa sua bondade, concedendo-lhe desejos. A história enfatiza a importância de ser grato por aquilo possuído, pois a ganância pode levar à perda.

Essas fábulas ilustram a importância da gratidão, empatia e humildade, independentemente da situação financeira. A cooperação tolerante ajudará a todos.

Quais são as lições das fábulas para as finanças? Como elas incorporam lições morais possíveis de ser aplicadas a várias áreas da vida, inclui *“avant la lettre”* as finanças.

As lições extraídas das citadas fábulas têm relevância para a gestão financeira. “A Galinha dos Ovos de Ouro” ilustra a ganância levar a decisões precipitadas e prejudiciais. A importância de ser

grato e paciente com investimentos em longo prazo e rendimentos financeiros cumulativos com juros compostos é uma lição valiosa.

“O Rato do Campo e o Rato da Cidade” destaca a importância de viver dentro de seus meios. Optar por uma vida simples e financeiramente sustentável pode proporcionar mais segurança e satisfação em lugar de buscar constantemente luxos e extravagâncias com consumismo desenfreado em busca de status *instamigrável*, ou seja, para *instagramar* ou publicar na rede social Instagram.

“O Leão e o Rato” enfatiza empatia e a gratidão serem fundamentais nas finanças. Relacionamentos positivos e a reputação de ser uma pessoa justa podem ser ativos valiosos ao longo do tempo. Além disso, mesmo pequenos gestos financeiros, como aplicar um montante de dinheiro todos os meses, podem ter um grande impacto final.

Na fábula “O Pescador e o Peixe Dourado” a importância da gratidão e da moderação nas finanças é destacada. Buscar “sempre mais” sem reconhecer e apreciar o já possuído pode levar a consequências negativas. É crucial estar satisfeito com as conquistas financeiras alcançadas, por exemplo, estar de acordo com o algoritmo 1-3-6-9-12: múltiplos de salários anuais acumulados a cada 10 anos a partir dos 35 anos.

Essas lições das fábulas servem como lembretes valiosos sobre princípios financeiros fundamentais, como *paciência*, *moderação*, *gratidão* e *empatia*. São cruciais para uma gestão financeira bem-sucedida e equilibrada na convivência com os demais humanos.

Deve-se lembrar: Finanças Pessoais e Finanças Corporativas são duas disciplinas distintas, ambas envolvem a *gestão de recursos financeiros*, mas diferem em escopo, objetivos e práticas. Finanças Pessoais focaliza a gestão das finanças de indivíduos ou famílias, abrangendo receitas, despesas, orçamento, investimentos e planejamento para objetivos financeiros focados nas necessidades e metas financeiras individuais, como compra de casa, educação dos filhos, aposentadoria e construção de patrimônio pessoal.

Nelas, as decisões financeiras são tomadas por *indivíduos* para atender às suas necessidades e aspirações pessoais. As fontes de

renda e financiamento incluem salários, investimentos acumulados e empréstimos bancários como crédito imobiliário.

As Finanças Corporativas, por sua vez, lidam com as finanças de empresas e grandes organizações, incluindo planejamento financeiro, captação de recursos, investimentos, análise de riscos e gestão do capital de giro. São orientadas para a maximização do valor para os acionistas, crescimento sustentável da empresa, eficiência operacional e garantia dela alcançar seus objetivos estratégicos.

Nelas, as decisões financeiras são tomadas por uma *equipe de gestão*, considerando o impacto nas operações comerciais e na saúde financeira da empresa. Buscam obter financiamento por meio de ações, títulos, empréstimos bancários, financiamento de projetos e outras estratégias corporativas. O segredo do negócio é a *alavancagem financeira* com uso de capital de terceiros, para propiciar maior lucro operacional, em escala superior, elevando a rentabilidade patrimonial em relação ao capital próprio.

De um lado, o indivíduo é responsável por suas próprias finanças, fazendo escolhas relacionadas diretamente à sua situação financeira. De outro, a gestão financeira em empresas envolve as necessidades e as expectativas de acionistas, credores, clientes e outros *stakeholders*. O conhecimento das Fábulas contribui para ambas as Finanças.

## A Gata contra As Finanças

Mariana Mazzucato é uma economista ítalo-americana-britânica e musa de muitos desenvolvimentistas. Infelizmente, em seu livro *O Valor de Tudo: Produção e Apropriação na Economia Global* (2018), ela se rebaixa ao nível dos autores denunciadores da “financeirização” do capitalismo contemporâneo, em uma *visão reacionária*, isto é, reagindo contra o avanço da história. *O tempo não é reversível...*

Coloca-se em suposta defesa da conservação da Teoria do Valor-Trabalho marxista. Está em via de extinção, devido ao *adeus ao proletariado* com a robotização e/ou a automação das linhas de montagens na indústria.

Demonstrando *desconhecimento de causa*, ela insiste em falar em "setor financeiro". Deveria sim tratar de "sistema financeiro", porque todos os agentes econômicos fazem parte dele, seja como clientes, seja como entidades participantes, porque é útil!

Em sua defesa, argumenta-se a terminologia "setor financeiro" ser utilizada para se referir coletivamente às instituições e atividades financeiras dentro de uma economia. A escolha do termo "setor" em vez de "sistema" reflete uma distinção entre as instituições financeiras, componentes do "setor", e a infraestrutura subjacente ou "sistema" financeiro, uma rede capaz de englobar os clientes, as instituições, os mercados e os instrumentos financeiros como um todo.

O termo "setor financeiro" dá ênfase apenas nas instituições financeiras (bancos, seguradoras, corretoras etc.) e suas atividades específicas, como concessão de empréstimos, captação de recursos e prestação de serviços financeiros. Embora seja verdade todos os agentes econômicos, incluindo indivíduos, empresas e governos, fazerem parte do sistema financeiro como clientes, o termo "setor financeiro" se restringe às entidades fornecedoras dos serviços e realizadoras de atividades financeiras.

Ao usar o termo "setor financeiro", visa segmentar e analisar mais facilmente as atividades específicas realizadas por instituições financeiras. Por exemplo, pode-se falar sobre o setor bancário, o setor de seguros etc.

A divisão em setores distingue o *setor financeiro* em comparação ao *setor agrícola*, *setor industrial* ou mesmo ao *setor de serviços*, colocando-o como um componente deste. É um recurso simplório, utilizado em análises macroeconômicas, para entender e gerenciar diferentes atividades econômicas, de maneira mais especializada ou individualizada, em lugar de uma *visão holista ou sistêmica*.

O uso do termo "setor financeiro" virou uma convenção linguística sem evolução ao longo do tempo. Em muitos contextos técnicos e acadêmicos, essa terminologia é comumente aceita e compreendida por *não especialistas* em sistema financeiro.

Embora o termo “sistema financeiro” seja utilizado, especialmente por quem possui uma visão mais holista, o uso de “setor financeiro” é mais comum para economista não especialista descrever a parte da economia relacionada às atividades financeiras e às instituições envolvidas nelas. *Triste esse reducionismo, né?*

Afinal, *o sistema financeiro envolve os subsistemas de pagamentos, de gestão de dinheiro e de crédito* nos quais os demais agentes econômicos participam. Ele é, de fato, mais abrangente ao incluir não apenas as instituições financeiras, como bancos, seguradoras e corretoras, mas também os subsistemas de atividades relacionados a pagamentos, gestão de dinheiro e crédito. São funções imprescindíveis ao capitalismo.

*O subsistema de pagamentos é parte integrante do sistema financeiro.* Engloba todas as infraestruturas, instituições e processos necessários para facilitar as transações financeiras entre diferentes agentes econômicos. Isso inclui sistemas de pagamentos eletrônicos, cartões de crédito, transferências bancárias, entre outros.

*A gestão de dinheiro (meios de pagamento) é outro subsistema.* Refere-se aos diferentes instrumentos e métodos utilizados pelos agentes econômicos para gerenciar seu dinheiro. Envolve desde as contas correntes até os depósitos bancários a prazo ou de poupança, fundos de investimentos, e, recentemente, métodos digitais, como carteiras eletrônicas. Quase-tudo está digitalizado!

*O subsistema de crédito abrange todas as atividades relacionadas à concessão e utilização de crédito.* Inclui empréstimos bancários, financiamentos, emissão de títulos de dívida, hipotecas e outros instrumentos financeiros. Envolvem a transferência de recursos de terceiros com base em confiança no reembolso futuro – e remuneração.

Esses subsistemas são interligados. Configuram um sistema financeiro mais amplo capaz de desempenhar um papel crucial na facilitação e ampliação das atividades econômicas.

Mazzucato deveria reconhecer a *alavancagem financeira* ser essencial para dar maior economia de escala, rentabilidade patrimonial e geração de empregos. Logicamente, esse

endividamento também traz riscos substanciais de amplificar perdas, especialmente em períodos de instabilidade financeira.

Ao usar a alavancagem para financiar investimentos e operações, as empresas alcançam *economias de escala*. A capacidade de gerar receitas aumenta proporcionalmente acima dos custos fixos e das despesas adicionais, resultando em maior eficiência operacional.

A alavancagem financeira aumenta a *rentabilidade patrimonial*, quando os custos dos empréstimos são inferiores às taxas de retorno sobre os investimentos. É benéfico para os acionistas, porque a alavancagem amplifica lucros e dividendos: os ganhos por ação.

Ela também oferece às empresas a capacidade de financiar investimentos e expansões. De outra forma, seriam limitadas pelos recursos próprios. Permite o *crescimento mais rápido da renda e do emprego* com a entrada em novos mercados. Com empréstimos as empresas expandem suas operações produtivas e precisam de mais mão de obra.

O *risco de insolvência* é o temor, especialmente se a empresa não conseguir gerar fluxo de caixa suficiente para cobrir seus custos de empréstimos. Isso leva a dificuldades financeiras e até mesmo à falência, devido à *inadimplência*.

Assim como a alavancagem amplifica *os ganhos*, ela também pode amplificar *as perdas*. Em períodos de declínio econômico ou volatilidade financeira, empresas altamente alavancadas, ou seja, endividadas, enfrentam dificuldades financeiras severas. Aí, os custos de serviço da dívida limitam a capacidade de investir em outros aspectos do negócio, enquanto não se pagar a dívida.

Evidentemente, a alavancagem torna uma empresa mais sensível às condições do mercado e às mudanças nas taxas de juros. Afeta adversamente seu desempenho.

O problema levantado pela Mazzucato estão nos "serviços de intermediação financeira indiretamente medidos" (FISIM, na sigla em inglês). É um método utilizado por convenção, em todos os Sistemas de Contas Nacionais, para comparabilidade.

Eles se referem a uma metodologia usada na Contabilidade Nacional para medir o valor adicionado pelos serviços prestados pelos intermediários financeiros, como bancos. Facilitam o fluxo de dinheiro entre os poupadores e os tomadores de empréstimos.

A intermediação financeira é uma atividade essencial no sistema financeiro, onde as instituições financeiras recebem depósitos de indivíduos e empresas (poupadores). Empréstimos criam depósitos investidos em novos empréstimos, hipotecas, títulos, entre outros ativos, para quem precisa de financiamento (tomadores de empréstimos).

A dificuldade na Contabilidade Nacional surge porque os serviços financeiros não são bens tangíveis. O FISIM é uma maneira de calcular indiretamente o valor desses serviços. Ele mede a diferença entre os juros pagos pelos tomadores de empréstimos e os juros recebidos pelos poupadores, cobrindo os custos e margens de lucro das instituições financeiras como ocorre nos *spreads* bancários, mas não só: o valor apropriado se soma ao resultado de títulos e valores mobiliários e receitas e tarifas de serviços bancários.

Em termos simples, o FISIM procura capturar o valor adicionado pelos intermediários financeiros na facilitação do processo de intermediação financeira. Esse valor é então incluído no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) para refletir a contribuição dos serviços financeiros para a atividade econômica do país.

Mazzucato se revolta contra o FISIM por o considerar como *uma superestimativa dos bancos como produtivos*. Em argumento pueril, diz isso ter aumentado o poder de barganha deles para obter a *desregulamentação neoliberal* – “e fazer o mal à vontade”...

Na verdade, a Contabilidade Nacional não captura todo o papel crucial desempenhado pelas instituições financeiras no funcionamento da economia e nas reservas para aposentadoria de trabalhadores. Oferece apenas uma *proxy* de quanto, dentro do valor adicionado total, foi para os juros pagos pelos empréstimos alavancadores de lucros operacionais. Soma-se a esses, aos salários e aos aluguéis para cálculo de toda a renda.

O cálculo do FISIM é uma abordagem indireta e envolve estimativas. Os serviços financeiros exigem muita Tecnologia de

Informação e despesas administrativas como consumo intermediário. As instituições de estatísticas utilizam metodologias específicas.

As flutuações das participações das atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados no valor adicionado a preços básicos, de 2012 a 2022, flutuaram dentro de uma faixa de 8,6% a 10,7% com pequenas mudanças talvez correlacionadas com a taxa de juro básica fixada pelo Banco Central do Brasil. Esses percentuais no SCN brasileiro não foram muito distintos do britânico (7,2% em 2016) nem do norte-americano (7,3% idem), como a Mazzucato apresentou em seu livro.

Mas ela “briga contra os números”! Fica indignada e afirma “o setor financeiro faz, na verdade, *uma contribuição para a produção que é igual a zero, ou até negativa*. De acordo com esse critério de avaliação, *é profunda e fundamentalmente improdutivo para a sociedade*”. É lamentável a sua falta de entendimento do sistema financeiro...

### *Produtivo versus Improdutivo: Fonte de Confusão Semântica*

O critério marxista para definir *trabalho improdutivo* repousa na conceituação de *capital improdutivo*. Segundo a teoria do Livro II de *O Capital* – “As metamorfoses do capital e seu ciclo” –, o capital passa por três fases em seu processo de reprodução: *capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria*.

A primeira e a terceira fases representam *o processo de circulação do capital*: refere-se à transferência dos direitos de propriedade sobre os produtos ou “metamorfose formal do valor”. A segunda é *o processo de produção do capital*: refere-se à criação de bens materiais ou não materiais e adaptação destes bens aos fins de consumo. Para os dogmáticos, parece só essa importar para os trabalhadores!

Esquemáticamente, são representadas assim:

$D - M$  (MP meios de produção + FT força de trabalho) .....  $P$  .....  $M + m - D + d$

$K$  monetário –  $K$  mercadoria ....  $K$  produtivo ....  $K$  mercadoria –  $K$  monetário

Nesse esquema, *o capital produtivo não se opõe ao improdutivo, mas sim ao capital no processo de circulação*.

O *capital produtivo* organiza, diretamente, o processo de criação de bens e serviços. Esse processo inclui todo trabalho necessário para a adaptação de bens aos fins do consumo, por exemplo, o armazenamento, o transporte, o empacotamento etc.

O *capital no processo de circulação* organiza a “circulação genuína”. Trata-se de a compra e a venda, ou seja, a *transferência do direito de propriedade* sobre os produtos.

Esta é a base da distinção entre:

1. o trabalho empregado na produção e
2. o trabalho empregado na circulação.

Esta não é divisão do trabalho, onde um trabalho opera mudanças nos bens materiais e o outro trabalho não possui essa propriedade. Marx quer distinguir sim:

1. o trabalho explorado pelo capital produtivo ou, mais precisamente, pelo *capital na fase da produção*, e
2. o trabalho explorado pelo capital mercadoria ou o capital monetário ou, mais precisamente, pelo *capital na fase da circulação*.

Só o primeiro tipo de trabalho é o *produtivo*, não porque produza bens materiais, mas porque é *explorado pelo capital produtivo*, isto é, o capital na fase da produção.

A dedução é o *caráter produtivo do trabalho ser expressão do caráter produtivo do capital*. Deduz-se dessa teoria do valor-trabalho marxista, por exemplo, o trabalho do vendedor e/ou comerciário não ser produtivo, porque é contratado pelo capital comercial, isto é, *capital na fase da circulação*.

A função da circulação do capital consiste em *transferir o direito de propriedade* sobre determinado produto. Essa transformação da *forma mercadoria à forma dinheiro* é a fundamental *realização do valor adicionado*, originado no processo de produção. É *transição ideal ou formal*, porém não real, ou seja, não inclui os processos do transporte, o armazenamento, o empacotamento etc.

Marx, então, apresenta uma Lei Geral: todos os *gastos de circulação*, cujos propósitos respondem simplesmente à mudança da forma da mercadoria – metamorfose formal –, *não acrescenta a esta nenhum valor*.

Ele considerou todas as *funções reais* – transporte, armazenamento etc. – como processos de produção persistentes dentro do processo de circulação. Assim, o trabalho empregado nesse setor de logística, alongando o “processo de produção” até o alcance da venda/compra, é trabalho produtivo criador de valor através da extração de mais-valia.

Se o trabalho do vendedor ou comerciante consiste em levar a cabo *funções reais*, ele é produtivo. O trabalho do mesmo empregado é improdutivo se serve, exclusivamente, às metamorfoses formais do valor, isto é, à sua realização, à *transferência do direito de propriedade* sobre o produto a certo comprador.

Os gastos com equipamentos para sua loja, a manutenção dos empregados, a contabilidade etc., ao serem utilizados para a *transferência do direito de propriedade privada*, por dedução lógica, são todos gastos típicos de circulação, só relacionados com a metamorfose formal do valor. Esta exige gastos do comerciante e o emprego de trabalho por ele é improdutivo, segundo a coerência lógica dessa argumentação.

*Marx, logicamente, não negava a necessidade da fase de circulação no processo de reprodução do capital*. Para ele, as fases de produção e de circulação eram igualmente necessárias, no processo de reprodução do capital.

Porém, não eliminava as propriedades distintas dessas duas fases do movimento do capital. O trabalho contratado pelo capital na fase da produção e o trabalho contratado na fase da circulação eram ambos necessários, mas *Marx só considerava produtivo o primeiro*.

Essa concepção de Marx é diferente das concepções dominantes na Ciência Econômica. Estas se baseiam na “indispensabilidade”, “utilidade”, o caráter “material” do trabalho etc.

Ele dirigiu sua atenção a outro aspecto dos fenômenos. Em vez de utilizar o termo “produtivo”, em seu enfoque, o mais adequado

para os marxistas não negarem importância ao dito "improdutivo" teria sido classificar, simplesmente, como "trabalho na produção".

Dessa Teoria do Valor-Trabalho se depreende alguns princípios.

Primeiro, trabalho de idêntico conteúdo pode ser produtivo ou improdutivo a depender de onde está empregado.

O próprio trabalho assalariado, se não é empregado para gerar mais-valia, no processo de produção, não é produtivo, no sentido da definição dada: *todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo assalariado é produtivo.*

O trabalho produtivo, assim definido, também abrange a produção "não material" de serviços ou bens intangíveis.

Não se pode falar em *trabalho produtivo* quando se trata de relação social na qual o trabalho autônomo por conta própria, por exemplo, presta serviço ao capital comercial, inclusive de dinheiro. Nesse caso, ocorre a exploração do capital comercial com base em uma produção pré-capitalista, não em sentido histórico, mas sim informal, isto é, não formalmente capitalista como o assalariamento.

O trabalho do funcionário público (empregado do governo) não é produtivo! Isto porque está organizado sobre Princípios de Direito Público e não em forma de empresas capitalistas privadas. Ao Marx reconhecer o governo ser improdutivo, nem por isso se deve o classificar como um reles neoliberal... ☺

Dadas as tendências evolutivas do capitalismo contemporâneo, parece essa Teoria do Valor-Trabalho ter ficado anacrônica. *Anacronismo* é qualquer parecer, leitura ou julgamento sobre um elemento histórico de maneira a situá-lo em uma temporalidade distinta da sua época original.

Necessitamos de uma Teoria do Valor-Financeiro!

## Teoria do Valor Financeiro

Karl Marx, em *O Capital: Crítica da Economia Política*, faz uma crítica construtiva da Economia Política clássica de Adam Smith e David Ricardo, entre outros, apresentando uma alternativa em seu lugar. Sua compreensão se completa com a leitura de três livros.

O Livro I, *O Processo de Produção do Capital* (600 páginas), foi o único da série publicado por Marx em vida, em 1867. O Livro II, *O Processo de Circulação do Capital* (1885) com quase 400 páginas e o Livro III, *O Processo Global da Produção Capitalista* (1894), praticamente com 700 páginas, foram publicados postumamente por seu fiel companheiro Friedrich Engels a partir de seus manuscritos e suas anotações.

Em geral, apenas o primeiro volume é lido pela maioria dos marxistas. Com a preguiça de enfrentar 1700 páginas de prosa do século XIX, prolixa e repetitiva, desconhecem toda a estrutura *do abstrato ao concreto* e a metodologia *do Capital em Geral para a competição/cooperação dos Capitais em Particular* dos três volumes de "O Capital".

Marx, parte da Teoria do Valor Trabalho, para no *fim* do Livro I chegar ao *início* do capitalismo, apresentando as pré-condições para sua existência na acumulação primitiva de Capital-Dinheiro e na libertação da força de trabalho da escravidão ou da servidão. O encontro de ambos, em uma contratação de trabalho assalariado, principalmente após a Revolução Industrial, definiria sua *relação de produção*, típica em dada base técnica.

No Livro I, Marx inicia com a mercadoria, analisando a relação entre valor de uso e valor de troca. Em seguida, explora a forma do valor e a fetichização da mercadoria. Depois, desenvolve a teoria do valor-trabalho, a mais-valia e a exploração do trabalho no sistema capitalista. Passa então a abordar a acumulação de capital, as crises e o ciclo econômico. Examina a história das teorias do valor e a transição da mercadoria ao dinheiro e conclui com a transformação do dinheiro em capital e a transformação da mais-valia em lucro.

Marx utiliza o *método dialético*, analisando as contradições e transformações internas do sistema capitalista como um todo – e não

só produtivas. Emprega uma análise histórica e crítica das categorias econômicas para revelar as relações sociais subjacentes.

No Livro II, inicia com a transformação do dinheiro em capital variável e a circulação do capital. Examina, em seguida, a reprodução simples e a reprodução ampliada do capital. Explora a metamorfose do capital e o circuito global do capital. Conclui com as formas específicas de capital e suas leis.

Este volume é frequentemente considerado mais técnico, focando nas categorias econômicas introduzidas no primeiro volume. Marx aprofunda a análise do ciclo de reprodução do capital, conectando a produção ao consumo. *Os marxistas o saltam...*

O Livro III inicia-se com a transformação mais-valia em taxa de lucro. Aborda a lei da média da taxa de lucro, a renda da terra, o capital comercial e a renda do capital. Explora a divisão do lucro em juros e lucro do empresário. Conclui com *o processo global de acumulação de capital*, de maneira mais realista, embora tenha sido escrito em meados do século XIX, quando o sistema bancário ainda não tinha se espalhado em redes de agências – e poucos Bancos Centrais existiam. *Raros marxistas o leem...*

Para entender o capitalismo contemporâneo *sem pré-conceitos contra os rentistas e/ou os usurários*, como tinham os cristãos medievais, os marxistas deveriam ler com a maior atenção o Livro III. Marx expõe o papel do crédito na produção capitalista e a divisão do lucro em juro e ganho empresarial. Destaca as partes constitutivas do Capital Bancário. Distingue renda em trabalho, produtos, dinheiro e arrendamento, distinguindo entre *relações de produção* e *relações de distribuição*. Engels acrescenta um tópico sobre bolsa de valores. *O "capital fictício" (sic) não se contrapõe à economia real...*

A Teoria do Valor-Trabalho de Karl Marx busca explicar a origem do valor econômico em uma sociedade capitalista. O valor de uma mercadoria seria determinado pelo tempo médio necessário para produzi-la, utilizando o nível de habilidade e produtividade socialmente predominante. É conhecido como *trabalho socialmente necessário*.

Marx distingue entre *valor de uso* e *valor de troca* de uma mercadoria. O primeiro refere-se à utilidade prática de uma

mercadoria, enquanto o segundo representa a relação de troca dessa mercadoria com outras mercadorias no mercado.

Na esfera do valor de troca, o trabalho humano se torna *trabalho abstrato*. Isso significa que, na determinação do valor, o tipo específico de trabalho realizado é irrelevante. O importante é a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário.

Marx relaciona a Teoria do Valor-Trabalho à *exploração capitalista*. Os trabalhadores venderiam sua força de trabalho por um salário equivalente ao valor necessário para reproduzir essa força de trabalho (comida, moradia etc.). No entanto, durante o processo de produção, os trabalhadores criam mais valor (*mais-valia*) diante o valor de sua força de trabalho. Essa mais-valia é a fonte dos lucros para os capitalistas.

Destaca as contradições inerentes à produção capitalista, incluindo a *tendência à queda na taxa de lucro*, devido à pressão para aumentar a produtividade com tecnologia e a maior exploração dos trabalhadores. Para Marx, essas contradições levariam eventualmente a crises e à necessidade de transformação social.

Essa Teoria do Valor-Trabalho de Marx foi sujeita a críticas e interpretações diversas. Economistas ortodoxos discordam dela por conta do *individualismo metodológico* predominante na economia neoclássica: *o valor seria subjetivo*, atribuído pelo valor de uso pelos consumidores em negociação com os ofertantes no mercado.

A Teoria do Valor Subjetivo destaca o valor de uma mercadoria ser determinado pela utilidade subjetiva, atribuído pelos indivíduos a ela, com base em suas preferências, necessidades e circunstâncias individuais. Portanto, o valor de uma mercadoria seria derivado da utilidade marginal, isto é, a satisfação ou utilidade adicional obtida por um indivíduo ao consumir uma unidade adicional dessa mercadoria. Se o consumo vai aumentando, a utilidade marginal se torna decrescente.

No contexto de um mercado de trocas voluntárias, os preços seriam determinados pela interação entre a oferta e a demanda. Refletiriam as preferências subjetivas dos consumidores e as precificações dos produtores. As trocas voluntárias ocorrem quando

ambas as partes percebem estarem obtendo um benefício (*utilidade*) com a transação.

Os defensores da Teoria do Valor Subjetivo argumentam ela fornecer uma base mais sólida para explicar a alocação eficiente de recursos em uma economia de mercado. Os preços, derivados da utilidade subjetiva, transmitiriam informações importantes sobre escassez e demanda, orientando as decisões dos agentes econômicos.

Hoje, é necessário elaborar uma Teoria do Valor Financeiro para uma boa interpretação analítica do capitalismo contemporâneo, distante da *Falácia do Espantalho* dos denunciadores da "financeirização". Apresentam de forma caricata o argumento de especialistas em Economia Bancária, com o objetivo de atacar essa falsa ideia em vez do argumento em si de quem explica o *sistema econômico-financeiro como um todo*.

A Teoria do Valor Financeiro não é ainda uma teoria econômica consolidada com o mesmo *status* das teorias do valor clássicas ou neoclássicas. No entanto, é possível abordar o conceito explorando como o valor é percebido, avaliado e acumulado no contexto financeiro.

O *valor financeiro* é expresso em termos monetários como o Capital-Dinheiro. No contexto econômico, o dinheiro serve como uma unidade comum de medida ao facilitar a comparação e troca de diferentes bens e ativos, ou seja, funciona como unidade de conta, meio de pagamentos e reserva de valor.

Na Teoria de Portfólio, o valor de um ativo está relacionado à busca de equilíbrio entre risco e retorno. Investidores avaliam ativos com base na expectativa de retornos futuros e na tolerância ao risco de correlacionar os movimentos de seus valores.

O *valor financeiro de um ativo* (forma de manutenção de riqueza) está ligado aos seus fluxos de caixa futuros. Seja em investimentos, títulos de dívida ou ações, os investidores avaliam o valor presente dos benefícios esperados ao longo do tempo futuro.

Essa percepção subjetiva e incerta desempenha um papel crucial na Teoria do Valor Financeiro. A *valoração de ativos* é

influenciada pelas somas conflitivas das preferências individuais, expectativas e circunstâncias específicas de todos os investidores.

O valor financeiro de títulos e ações é estabelecido nos mercados financeiros, onde os preços são determinados pela oferta e demanda em mercados secundários como na bolsa de valores. Esses preços refletem as *avaliações coletivas* dos participantes do mercado sobre o valor dos diversos ativos.

A Teoria do Valor Financeiro enfoca também a *alocação eficiente de capital*. Os recursos financeiros devem ser alocados de maneira a maximizar o valor global para a economia.

O segredo do negócio capitalista é a *alavancagem financeira* com recursos de terceiros. Somar capital de terceiros ao capital próprio propicia aumento da economia de escala e maior lucro operacional, mesmo considerando as despesas financeiras com os empréstimos. Aumenta a *rentabilidade patrimonial* do capital em empreendimentos.

A criação de novos instrumentos e produtos financeiros influencia a percepção e o valor financeiro. *Inovações financeiras*, como derivativos, oferecem novas maneiras de gerenciar riscos, acessar investimentos ou otimizar estratégias financeiras.

A *regulação* e a *governança* também desempenham um papel na determinação do valor financeiro. A confiança nas instituições financeiras, a transparência e a conformidade regulatória impactam a percepção do valor de uma entidade ou ativo financeiro.

Essa teoria aqui esboçada é uma tentativa de *explorar o conceito de valor no contexto financeiro do capitalismo contemporâneo*. A complexidade e a dinâmica do sistema financeiro, onde todos os agentes econômicos são clientes e/ou participantes, fazem o valor financeiro ser variável, multifacetado e sujeito a uma variedade de influências interativas.

## *Capital Fictício versus Capital Produtivo: Falso Dilema*

O termo “capital fictício” é uma expressão mal utilizada por Karl Marx no Livro III de sua obra *O Capital* (1867) para descrever uma forma específica de capital. Pressupõe não estar diretamente vinculada à produção “real” (outro adjetivo deslocado) de mercadorias ou à criação de valor. Marx salientou essa categoria com a finalidade de destacar o papel-chave dos trabalhadores para o valor adicionado.

No entanto, destacou também esse valor só ser efetivado com a venda dos bens e serviços (“mercadorias”) no mercado. O *processo global de acumulação* envolve o de produção e circulação – e eu destacaria a circulação do capital não findar com as vendas.

“Capital fictício” refere-se, então, a formas de riqueza financeira *pós-venda* sem uma contrapartida direta na produção de bens e serviços ditos tangíveis. Essa finalidade inclui títulos de dívida pública ou direta de empresas não-financeiras, ações, derivativos financeiros e outros instrumentos financeiros. Esses ativos financeiros representam propriedade ou reivindicação sobre *riqueza*, mas não envolvem *a criação direta de valor*.

Alguns exemplos de “capital fictício” incluem ações especulativas no mercado financeiro, títulos de dívida pública sem lastro diretamente em ativos produtivos reais e outros instrumentos financeiros. Derivam seu valor de flutuações no mercado financeiro (*secundário*), em vez de serem vinculados a atividades produtivas dos trabalhadores.

A valorização do “capital fictício” costuma ocorrer devido a expectativas de valorização futura – comprar barato para vender caro –, em vez de ser por meio da criação real de valor através da produção de bens e serviços. “Comportamentos de manada” levam a bolhas especulativas, nos mercados de ativos, *descoladas dos fundamentos “reais”*.

Por isso, Marx destacou o “capital fictício” contribuir para crises financeiras no sistema capitalista. Acontecem porque o valor representado por esse capital pode ser volátil e desconectado das condições reais da produção.

O conceito de “capital fictício” foi associado por marxistas ao chamado de *capital financeiro*. Nessa *forma de capital-dinheiro*, a circulação de títulos representativos de riqueza e a especulação desempenham um papel significativo na determinação de seu valor pelos participantes do mercado, em contraste com o *capital industrial* diretamente envolvido na produção.

Embora o “capital fictício” tenha seu valor avaliado (e reavaliado continuamente) pelos participantes nos mercados financeiros, propiciando acumulação de estoque de riqueza pelos investidores, Marx alertou para a sua limitada conexão com a produção real, ou seja, o risco de descolamento diante dos fundamentos. Há possibilidade de crises financeiras, resultantes de contradições inerentes a esse tipo de capital, como reversões de expectativas predominantes, construídas antes por voláteis “opiniões de especialistas”.

A questão-chave diz respeito à *definição de valor*. Na linguagem coloquial, é o recebido como pagamento por bens ou serviços, trocados por dinheiro. Como *valor adicionado* se refere a *fluxo de renda*, enquanto como *valor financeiro* se refere ao apropriado e multiplicado em *estoque de riqueza*.

Em Marx, o valor refere-se à quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado em uma mercadoria durante o processo de produção. Essa ideia é fundamental para sua Teoria do Valor-Trabalho, onde o trabalho é a fonte única e fundamental de valor.

O *valor de uma mercadoria*, na argumentação marxista restrita, é determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Leva em conta as condições tecnológicas e organizacionais predominantes na sociedade.

O *valor adicionado* é uma medida econômica, divulgada na Contabilidade Nacional, representativa da diferença entre o valor total produzido por uma empresa e os custos dos insumos adquiridos de outras empresas. Matematicamente, é expresso como:

Valor Adicionado = Receitas Totais - Custos dos Insumos (ou Consumo Intermediário)

*Valor adicionado* se refere a uma medida contábil do valor criado em um processo produtivo específico, enquanto *o valor em Marx*, relacionado à Teoria do Valor-Trabalho, visa estritamente destacar o papel-chave do trabalho na criação de valor econômico.

Já *valor financeiro* deve ser entendida como a valoração financeira dos ativos ou formas de manutenção de *estoque de riqueza*. Em contexto mais macroeconômico, inclui o valor de ativos tangíveis e intangíveis, ações, títulos e outros instrumentos financeiros.

A *apropriação de valor financeiro* refere-se à captura ou posse de ativos financeiros por indivíduos ou entidades. Resulta de transações, investimentos ou outras atividades financeiras na *transformação de fluxos de renda recebidos em estoques ou saldos*.

O *valor financeiro* se multiplica de maneira associada a processos nos quais o capital financeiro é ampliado através de estratégias como alavancagem, investimentos lucrativos ou especulação. O capital financeiro é multiplicado quando gera retornos superiores ao investimento original.

O *valor financeiro* não se confunde com o conceito de valor em Marx, intrinsecamente ligado ao trabalho e à produção material. Ele representa uma forma de riqueza ou propriedade – e não o fluxo de valor adicionado. *Este é sua origem, mas não seu fim...*

Os marxistas críticos da “financeirização” argumentam, no capitalismo, *a geração de valor financeiro*, frequentemente, criar contradições – descolamento diante dos fundamentos produtivos – e contribuir para as crises econômicas. Na verdade, não a relacionam com o *ciclo de endividamento* (gerador de empregos e renda) e suas seguidas *fases oscilatórias*: normalização – alavancagem financeira – bolha – auge – depressão – desalavancagem financeira – política monetária ineficaz de “empurrar corda” – normalização.

Em resumo, o *valor em Marx* está intrinsecamente relacionado ao trabalho e à produção de mercadorias, enquanto o *valor adicionado* é uma medida de fluxo de renda. O *valor financeiro*, apropriado e multiplicado, refere-se ao estoque de riqueza e suas dinâmicas no contexto do sistema capitalista.

A teoria marxista da *rotação do capital* está inserida na análise do *ciclo de vida do capital*, parte integrante da obra *O Capital*. A rotação do capital refere-se ao processo pelo qual o capital circula através das diferentes fases do ciclo de produção, circulação e realização do valor.

Na Fase de Produção (P), o capital é inicialmente investido na produção de mercadorias (meios de produção e força de trabalho). Durante essa fase, o capital fixo (máquinas, fábricas) e o capital variável (salários para os trabalhadores) são empregados para criar mercadorias.

Na Fase de Circulação (C), as mercadorias produzidas são colocadas no mercado para venda. A mercadoria circula como capital mercantil, buscando ser trocada por dinheiro.

Na Fase de Realização (D), o objetivo final é a realização do valor em dinheiro (D), por meio da venda das mercadorias. O dinheiro obtido pode ser reinvestido para iniciar um novo ciclo de produção.

Marx destaca a importância do *tempo de rotação do capital*, ou seja, os marxistas deveriam analisar todo o período necessário para passar pelas *fases de produção, circulação e realização*. Reduzir o tempo de rotação é visto como uma maneira de aumentar a taxa de lucro pela elevação da produtividade. A rotação do capital influencia as taxas de lucro, pois a eficiência na rotação impacta a quantidade de *mais-valia* (e lucro), extraída por um capitalista durante certo período.

Diferentes setores da economia têm diferentes tempos de rotação do capital. Setores com um ciclo mais curto reinvestem mais rapidamente e, assim, acumulam capital mais rápido, mas não em volume similar a investimentos em longo prazo, como em energia.

O processo de *rotação do capital* contém contradições capazes de levar a crises no sistema. Por exemplo, quando há desajustes entre a produção e a demanda efetiva.

A teoria da *rotação do capital* é crucial para a compreensão da acumulação de capital ao longo do tempo. A eficiência na rotação é

vista como um fator determinante no sucesso econômico de um capitalista.

A análise da *rotação do capital* destaca a dinâmica intrínseca ao capitalismo, mostrando como o *capital está constantemente em movimento*, através de diferentes estágios, buscando expandir-se com alavancagem financeira e acumular mais valor.

Ao observar as contradições inerentes à *rotação do capital*, Marx identifica tendências possíveis de levar a *crises cíclicas* no sistema capitalista. Incluem a “financeirização”...

### Aspectos Financeiros de *O Capital*

O Livro III de *O Capital*, assim como o Livro II, foi publicado por Engels após a morte de Marx. No prefácio da edição de 1894, apresenta ao leitor as dificuldades com os manuscritos de Marx.

O material original lhe permitiu a edição sem maiores percalços apenas para as seções de número II (*Transformação do Lucro em Lucro Médio*), III (*Lei da Tendência da Queda da Taxa de Lucro*) e IV (*Transformação de Capital-Mercadoria e de Capital Monetário em Capital de Comércio de Mercadorias e de Dinheiro*). Na primeira seção, Engels teve a necessidade de escrever um capítulo completo, o IV, do qual constava, no texto deixado por Marx, apenas o título (*Efeito da Rotação sobre a Taxa de Lucro*).

Engels também relata a seção de mais dificuldade para sua edição foi a V (*Cisão do Lucro em Juros e Ganho Empresarial. O Capital portador de Juros.*), a qual, segundo ele mesmo, discute o assunto mais complexo do livro e, para os dias atuais, talvez o de maior importância. Hoje, seriam os *Aspectos Financeiros do Capital*. É o meu interesse aqui.

Rosa Luxemburgo (1871-1919), em sua resenha do segundo e do terceiro volumes de *O Capital*, editado com base em manuscritos elaborados de 1861 a 1878 (dezoito anos), afirma: “nos dois últimos volumes de *O Capital* não devemos buscar uma solução acabada e definitiva para todos os problemas mais importantes da Economia Política, mas, em parte, apenas a apresentação de tais problemas e indicações da direção na qual se deveria procurar a solução”. Ela os

considera indispensáveis para a *compreensão do sistema como um todo*.

No primeiro volume, Marx trata da principal questão da Economia Política: *de onde vem a riqueza, qual é a fonte do lucro?* Antes, os explicadores "científicos" relacionavam a riqueza capitalista por meio de uma série de razões justificadoras, mais ou menos plausíveis, e de astutas manipulações: como fruto do aumento sistemático do preço das mercadorias com o qual o empresário se "indenizava" pelo capital generosamente "cedido" por ele à produção; como remuneração pelo "risco" corrido por todo empresário; como salário pela "direção intelectual" da empresa; e assim por diante.

Em contrapartida, os socialistas anteriores a Marx explicavam a riqueza dos capitalistas como *pura trapaça*, como *roubo contra os trabalhadores*, provocado pela intervenção do dinheiro. Propunham aí diferentes planos utópicos, como acabar com a exploração por meio da *abolição do dinheiro!*

No primeiro livro de *O capital*, Marx aponta a verdadeira raiz do enriquecimento capitalista, como nasce o lucro e como este vai parar no bolso dos capitalistas. Explica isso por meio de dois fatos econômicos decisivos: o primeiro é a massa dos trabalhadores ser formada por proletários necessitados de vender sua força de trabalho como mercadoria, e o segundo é essa mercadoria força de trabalho possuir um grau tão alto de produtividade capaz de produzir, em certo tempo, um produto muito além do necessário para a própria manutenção.

O fruto criado pelo trabalho proletário caía no colo do capitalista, acumulando-se, de maneira mecânica, com a continuidade do *sistema de assalariamento*. Era uma troca perfeitamente legal, no sentido do Direito Penal, entre capitalista e trabalhador, desenvolvida segundo as mesmas leis de qualquer outra compra e venda de mercadorias: *dinheiro por força de trabalho*. A exploração só poderá acabar se for abolida a venda da força de trabalho, isto é, o *sistema do assalariamento*.

No entanto, o mundo capitalista não se resume ao *local de trabalho*: a fábrica, a mina extrativa ou a exploração agrícola moderna. Tampouco se resta sob a forma de mercadorias armazenadas.

O capitalista precisa de sua *riqueza em dinheiro sonante*, a fim de, juntamente com um “padrão de vida adequado a sua posição (ou *status social*)”, usá-lo para ampliar incessantemente seu capital. Para isso, precisa vender as mercadorias produzidas pelo trabalhador assalariado, conjuntamente com o *mais-valor* nelas encerrado.

O capitalista segue a mercadoria até a loja e com o dinheiro obtido vai desde seu escritório até a Bolsa. Vamos acompanhá-lo no segundo livro de *O Capital*.

No reino da troca de mercadorias, onde se passa o segundo capítulo da vida do capitalista, surgem algumas dificuldades. No mercado ao qual chega com suas mercadorias, domina a mais total *anarquia*, a chamada *livre concorrência*.

Ninguém se preocupa com o outro e ninguém se preocupa com o todo. No entanto, o capitalista sente depender dos outros, ou seja, da sociedade.

O capitalista só pode acumular riqueza produzindo mercadorias, ou seja, objetos úteis. Porém, ele deve produzir precisamente aqueles tipos e espécies de mercadorias dos quais a sociedade necessita – e na quantidade exata desejada por ela.

Desse caos de *tentativas e erros* tem de sair uma totalidade capaz de permitir tanto o negócio individual dos capitalistas e seu enriquecimento quanto a satisfação das necessidades e a subsistência de toda a sociedade.

Tem de ser possível, primeiro, o movimento cíclico permanente do capital individual, a possibilidade de produzir, vender, comprar e novamente produzir. Nesse ciclo, o capital passa continuamente *da forma dinheiro à forma mercadoria, e vice-versa*.

Para essas fases encaixar-se umas nas outras, é preciso haver uma *reserva de dinheiro* (ou ativos financeiros com liquidez) para aproveitar a conjuntura do mercado favorável à compra e para cobrir as despesas correntes da empresa. O dinheiro reflui de maneira paulatina, enquanto as mercadorias são vendidas, e deve ser de novo investido.

Os capitalistas individuais, na aparência, completamente independentes uns dos outros, formam de fato uma grande

irmandade na qual, por meio do *sistema de crédito*, ou seja, dos bancos, adiantam sempre uns aos outros o dinheiro necessário e tomam aquele disponível. Possibilitam, assim, a continuação ininterrupta da produção e da venda de mercadorias, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

*O crédito possibilita o modo de vida capitalista.* Desse modo, é condição para a criação de meios de produção, sustento da classe trabalhadora e enriquecimento progressivo da classe capitalista, ou seja, acumulação e emprego progressivos do capital social total.

Quando o lucro finalmente se converte em dinheiro, surge a grande questão: *como repartir o butim?* Muitos grupos diferentes apresentam sua reivindicação: o industrial, o comerciante, o latifundiário, o capitalista prestador de dinheiro, ou seja, o banqueiro. Na sociedade capitalista, *a repartição é tão anárquica quanto a produção.*

Em alguns ramos da produção, a fabricação e a venda das mercadorias se realizam muito rapidamente, e o capital retorna com acréscimo no mais curto prazo. Neles, os negócios sempre correm bem e os lucros estão garantidos. Em outros ramos, o capital fica preso na produção, durante anos, e só dá lucro depois de muito tempo.

Como, então, apenas pela via cega da troca de mercadorias, cada grupo de exploradores e cada indivíduo desse grupo conseguem, do ponto de vista da dominação do capital, uma porção “justa” da riqueza tirada da força de trabalho do proletariado? Marx responde sobre a *repartição do lucro* no terceiro livro de *O Capital*.

Rosa Luxemburgo usa uma metáfora. “O primeiro volume mostra o coração do organismo social, onde é criada a seiva vivificadora, enquanto o segundo e o terceiro volumes mostram a circulação do sangue e a alimentação do todo até as células”.

Saímos da fábrica, do profundo fosso social do trabalho, onde detectávamos a fonte da riqueza capitalista. Movemo-nos para superfície, no palco oficial da sociedade. O primeiro plano é ocupado por armazéns, bancos, bolsa de valores, operações financeiras, latifundiários em dificuldades, e seus interesses. O operário não representa aqui nenhum papel.

O segundo e o terceiro volumes de *O Capital* são tão necessários quanto o primeiro para o conhecimento minucioso do mecanismo da economia capitalista. Têm valor inestimável para equipar intelectualmente os trabalhadores para a luta prática.

Pela ótica microeconômica dos capitalistas, as crises acontecem sempre em um período no qual o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém realmente uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo. Ocorreria pelo *choque de custos salariais* sobre seus lucros – e não por *carência de demanda efetiva*.

Sem os capitalistas terem a menor ideia disso, sem nenhum acordo consciente entre eles, é como se compartilhassem em massa *a mais-valia total*, extraída de seus trabalhadores, e dividissem fraternalmente entre eles a colheita coletiva dessa exploração, de acordo com o volume do capital de cada qual. Os diversos capitalistas se comportam como meros acionistas de uma abrangente sociedade por ações, na qual os dividendos se repartem justamente, distinguindo entre si apenas pela grandeza do capital investido por cada um no empreendimento total, ou seja, pelo imaginário número de “ações” possuída por cada um.

Rosa Luxemburgo conclui: “se deve dizer adeus à ideia da *harmonia de interesses entre capital e trabalho*, latente no fundo de toda agitação sindical popular”. Seria menosprezada pela miopia dos empresários. Os trabalhadores devem renunciar a toda esperança de remendar suavemente *a anarquia econômica do capitalismo*.

## Circulação do Dinheiro

*Follow the money* (siga o dinheiro) visa entender uma sociedade regida pela impessoalidade do dinheiro. Por incrível que pareça, o trabalho assalariado, em uma relação contratual impessoal, onde se troca uma atividade laboral por dinheiro, foi uma *conquista social*.

Por milênios, na história da humanidade, predominou o regime de escravidão sob violência... desumana? Em outros séculos, a servidão predominou na Europa medieval como uma característica

central do *feudalismo*, um sistema social e econômico onde os servos não possuíam terra nem dinheiro.

Para a sobrevivência, essas pessoas eram obrigadas a trabalhar para os senhores feudais em troca de proteção e acesso a terras para cultivar e morar. Os servos eram obrigados a fornecer parte de sua produção em trabalho compulsório ou vender seus produtos para pagar taxas e impostos. A sociedade feudal era estratificada, com os senhores feudais no topo da hierarquia, seguidos pelos vassalos e cavaleiros, ficando os servos na base. Essa estrutura era caracterizada por obrigações e relações de lealdade mútua.

O fim da servidão foi influenciado por fatores como a ascensão do comércio, o crescimento das cidades, as mudanças na produção agrícola e as transformações políticas e sociais ocorridas ao longo dos séculos. O surgimento do capitalismo e a revolução industrial foram decisivos para a transformação das relações de trabalho e a abolição da servidão em muitos lugares.

O capitalismo passou a ser um progresso civilizatório a partir do avanço da cidadania por conquistas sociais de direitos. Inicialmente, o crescimento das fábricas e da indústria trouxe condições de trabalho extremamente difíceis para muitos trabalhadores, incluindo longas jornadas, baixos salários e falta de segurança no trabalho.

Em reação coletiva, no século XIX, houve o surgimento dos primeiros movimentos operários em lutas sindicais. Buscavam a regulamentação das condições de trabalho como a duração da jornada de trabalho, a proibição do trabalho infantil e a segurança nos locais de trabalho.

Durante as primeiras décadas do século XX, várias nações com democracia, pressionadas pelos eleitores, começaram a adotar legislação mais ampla em prol dos direitos trabalhistas. Isso incluía leis sobre salário mínimo e seguro-desemprego.

A formação de sindicatos foi a maneira de os trabalhadores se unirem para reivindicar seus direitos e negociar com os empregadores. Greves e manifestações frequentemente ocorriam como uma forma de pressionar por melhorias nas condições de trabalho.

Houve um impulso significativo para a criação de leis trabalhistas mais abrangentes e sistemas de proteção social em muitos países. Isso incluía a introdução de direitos como férias remuneradas, licença maternidade, direitos de seguridade social e a regulamentação das relações de trabalho.

Até os dias atuais, luta-se por uma crescente conscientização sobre a importância da igualdade de gênero e diversidade no local de trabalho. Essas lutas em busca de igualdade salarial resultam em legislações proibitivas de discriminação no emprego.

Outro grande avanço é *a conquista da cidadania financeira*, isto é, *o acesso popular a bancos e crédito*. Todos os trabalhadores demandam remunerações justas em dinheiro para poderem planejar a aplicação financeira de uma parcela da renda no sentido de obter reservas de segurança, comprar moradia, complementar a previdência e fazer um planejamento sucessório patrimonial.

A esquerda, unida em luta pelo igualitarismo social, não deveria ser “cristã medieval” com ojeriza pela cobrança de juros. Pelo contrário, deveria obter Educação Financeira para compreender o juro ser uma justa remuneração do custo de oportunidade de alguém transferir a um terceiro o uso de seu dinheiro para ele obter lucro.

Em lugar de praticar a eterna “denúncia do capitalismo”, deveria entender a evolução sistêmica para conduzir e transformar o sistema capitalista com progressivas conquistas sociais. A experiência do Socialismo Realmente Existente (SOREX) mostra o caminho não ser via uma súbita revolução, feita por uma vanguarda, pois gera regimes totalitários.

Um sistema complexo é dinâmico (variável ao longo do tempo) por ser emergente de interações entre seus diversos componentes. No caso do sistema capitalista financeiro, suas configurações periódicas podem ser vistas como resultantes das interconexões entre pelo menos cinco subsistemas constituídos por famílias, empresas não-financeiras, governos, bancos e o resto do mundo.

A metáfora de “dreno improdutivo” distorce o entendimento diante da circulação monetária ser o meio de efetuar essas interconexões. Os meios de pagamentos de salários, juros, aluguéis e recebimentos de lucros são feitos cada vez mais por *escrituração*

*digital*, ou seja, créditos para pagar débitos via ordens de transferência de depósitos à vista, antes feitas por cheques, agora por meio de PIX em tempo real.

Está visível a imprescindibilidade de bancos para coordenar os subsistemas de pagamentos, gestão do dinheiro e financiamentos. Cobrar juros de dívidas, seja privada, seja pública, não é “dreno” de recursos da atividade dita “real” por ser produtiva, como só o trabalho operário industrial adicionasse valor, vulgo “mais-valia” para os marxistas.

Os demais trabalhadores seriam “improdutivos” por se ocuparem da circulação de mercadorias (e do capital) ou de serviços caracterizados pelos encontros diretos dos produtores com seus consumidores como médico-paciente e professor-aluno?!

É equivocado falar em “setor financeiro” como fosse algo à parte prescindível, um “dreno” ou um vampiro sugador do sangue em circulação. Justamente, dinheiro escritural circulante no *sistema financeiro* registra tanto os fluxos de caixa, seja de entrada, seja de saída, quanto a acumulação de estoque de riqueza.

Uma *abordagem sistêmica financeira* faz a contraposição de estoques ou saldos (balanço patrimonial) aos fluxos de caixa (liquidez). Estes são gerados nas contas de resultado pela diferença entre as receitas esperadas e correntes (confirmadas ou efetivadas) e as despesas de custeio e financeiras contratadas legalmente.

Por definição, os valores da esperada entrada no fluxo de caixa são *previsões*. Caso não se confirmarem, para efetuar o pagamento devido, essa eventual frustração de caixa, inesperadamente, deixa o devedor sem dinheiro suficiente para pagar suas obrigações.

Caso ocorra uma diferença a menor entre suas entradas e saídas, o devedor precisará recorrer a outras fontes de dinheiro. Daí a importância de ter saldos acumulados (*reservas*), senão tomar empréstimos ou vender ativos de maneira forçada (*liquidação*).

Uma metáfora mais adequada, em vez de apenas falar em “dreno”, seria referir-se a um sistema de armazenamento de água ou *liquidez*. O *fluxo de entrada* seria a água (o dinheiro) para atender o *fluxo de saída* do sistema, enquanto o *estoque* seria a quantidade

total de água armazenada, ou seja, a disponibilidade liquidez ou caixa.

Para a modelagem da economia capitalista como emergente de componentes interativos de um sistema complexo financeiro é necessário garantir a consistência entre *fluxos* e *estoques*. Quando a *taxa de entrada* é equilibrada com a *taxa de saída*, o *estoque* permanece no nível planejado ao longo do tempo.

Se o fluxo de entrada exceder o fluxo de saída, o estoque aumentará. Isto, *em caso de mercadorias*, é um problema de sobrecarga, *em caso de dinheiro*, “nem louco o rasga”...

Se o fluxo de saída for superior ao fluxo de entrada, o estoque diminuirá, sinalizando a necessidade de encomendar mais produtos e/ou expandir a capacidade produtiva. Determina a necessidade de financiamento externo, seja à empresa, seja à economia, caso não tenha capacidade de autofinanciamento, dada a escassez de recursos financeiros disponíveis em caixa.

Por fim, para apresentar a realidade desse sistema no país, o Banco Central do Brasil divulgou, em outubro de 2022, as estatísticas da Matriz de Patrimônio Financeiro (MPF). No fim de 2021, o estoque de patrimônio financeiro bruto (*riqueza*) da economia brasileira, registrou em ativos totais e passivos totais (inclusive de não residentes) R\$ 67,4 trilhões, cerca de oito vezes o PIB (*fluxo de renda*) do país de R\$ 8,7 trilhões no ano.

Foram revelados os subsistemas institucionais *liquidamente emprestadores* da economia brasileira nos últimos quatro anos. Eram as famílias (3/4 do total concedido) e o resto do mundo (1/4). Em contrapartida, os *liquidamente tomadores* eram as empresas não financeiras (+/- 62%) e o governo (+/- 38%). O subsistema financeiro apresenta sempre posição consolidada quase equilibrada (diferença entre ativos e passivos com resíduo próximo de zero), devido à sua função de intermediação.

Observando *quem financia (drena) quem*, a MPF informa o subsistema institucional composto por empresas não financeiras ser financiado por todos os demais setores. O resto do mundo, expande seus investimentos em ações proprietárias e empréstimos a essas

empresas, assim como as famílias possuem ações e títulos de dívida direta delas.

## Capítulo 5. Autocríticas quanto à “Financeirização” e Outros Equívocos

### Autocrítica: A Gata contra a “Financeirização”

A *autocrítica* é difícil porque nem sempre conseguimos enfrentar nossa própria realidade. Devemos reconhecer os nossos erros e estarmos dispostos a combatê-los.

Mariana Mazzucato é musa de muitos desenvolvimentistas, inclusive minha. Infelizmente, em seu livro *O Valor de Tudo: Produção e Apropriação na Economia Global* (2018), ela não adverte aos leitores de fazer uma crítica dirigida à Economia de Mercado de Capitais, implantada nos Estados Unidos e na Inglaterra – e não a todo o sistema financeiro.

Em capítulo seguinte, ela abandona a *generalização crítica ao “setor” financeiro* e particulariza, ou melhor, nacionaliza seu ataque. Não é dirigido à Economia de Endividamento Público e/ou Bancário, muito antes pelo contrário...

Os sistemas financeiros foram organizados, historicamente, de três maneiras típicas. Os dois modelos mais institucionalizados foram a Economia de Mercado de Capitais, nos países anglo-saxões, e a Economia de Endividamento Público e/ou Bancário, nos demais países, exceto na Alemanha. Lá, o capital bancário se associou com o capital industrial, configurando o *capital financeiro privado*, embora o país tenha um grande banco público desenvolvimentista.

Cada sistema tem suas virtudes e defeitos. As implicações de suas diferenças têm efeitos significativos para cada economia. Os analistas devem as destacar porque a globalização neoliberal busca *impor o modelo norte-americano de mercado de ações a todo mundo*. Os desenvolvimentistas dos países em desenvolvimento, particularmente dos BRICS, reagem a essa tentativa. Mazzucato os apoia.

A Economia de Mercado de Capitais permite às empresas abertas a associados levantarem capital através da emissão de ações e títulos de dívida direta (debêntures), facilitando o financiamento

para investimentos e expansão. Oferece oportunidades para os investidores diversificarem seus portfólios, investindo em uma variedade de ativos.

Os preços dos ativos no mercado de capitais são geralmente determinados pela oferta e demanda, buscando refletir informações disponíveis e expectativas diversas, contribuindo para uma precificação predominante coletivamente e oscilante. Os investidores, ao comprarem, ações tornam-se proprietários parciais da empresa, possibilitando sua participação (muito) indireta nas decisões e arcando com o desempenho da empresa, seja para o bem (lucro), seja para o mal (prejuízo).

O mercado de capitais está sujeito a volatilidade significativa, resultando em flutuações rápidas nos preços dos ativos. Mazzucato destaca bem: os participantes do mercado tendem a estarem focados em *resultados de curto prazo*, levando a decisões e estratégias com meta em benefícios imediatos em detrimento de *considerações de longo prazo*.

Além disso, a *assimetria de informações* favorece os investidores mais bem informados, resultando em condições de mercado desiguais. Beneficia os dirigentes *com stock options*, porque as *opções por ações* são uma forma de circunstanciar o desempenho dos colaboradores, pois estão diretamente vinculadas ao sucesso da empresa junto aos acionistas.

Diferentemente, o *sistema de endividamento público e/ou bancário* fornece financiamento mais estável para governos e empresas, permitindo empréstimos em longo prazo. Os bancos desempenham um papel fundamental na implementação de políticas monetárias e de crédito, multiplicando a oferta de dinheiro na economia.

Um sistema bancário regulado contribui para a estabilidade financeira. Além de crédito, fornece serviços de depósitos e gestão de dinheiro e facilita transações comerciais com meios de pagamento digitais.

Não é problema o sistema bancário ser dominado por um pequeno número de bancos ("*big five*") ou "bancos grandes demais

para quebrar” – e levar o dinheiro de terceiros para o ralo. Facilita um controle sistêmico mais centralizado pelo Banco Central .

Evidentemente, a dependência excessiva dos clientes por endividamento leva a riscos financeiros significativos, especialmente se as taxas de juros aumentarem. Sistemas bancários estão sujeitos a crises financeiras, como “corridas bancárias” para a liquidez.

A Economia de Mercado de Capitais depende mais da emissão de títulos e ações nos mercados financeiros, enquanto a Economia de Endividamento Público e/ou Bancário envolve empréstimos de instituições financeiras ou emissão de títulos de dívida pública.

No mercado de capitais, os investidores se tornam acionistas, mas poucos participam, de fato, do controle das empresas. Em um sistema de endividamento, certo controle permanece nas mãos dos credores bancários e/ou da Autoridade Monetária.

A Economia de Mercado de Capitais envolve a transferência de riscos para os investidores, enquanto em sistemas de endividamento, os credores assumem só parte dos riscos. Na realidade, as economias modernas incorporam elementos de ambos os sistemas para criar um sistema financeiro mais diversificado e resiliente.

Mazzucato, enfim, reconhece: “a *financeirização da economia real* é, em alguns aspectos, um fenômeno mais extraordinário do que a expansão do próprio setor financeiro”. Porém, insiste em classificar as empresas como as manufatureiras e de serviços não financeiros como “setor produtivo”, criando valor de maneira inequívoca, em contraponto às finanças vistas apenas como *um custo do fazer negócios*.

Elas apenas contribuiriam para a criação de valor, em vez de criá-lo por si só. De modo equivocado, Mazzucato chama de “economia real” o setor produtivo e o resto, “fictício”.

As maiores companhias na vanguarda da inovação econômica são empresas de capital aberto. Outras são propriedades privadas, mas controladas por donos com mentalidade financeira, como *private equity* e capitalistas de risco. Por isso, é importante entender a amplitude gigantesca da *financeirização do setor produtivo*.

A *financeirização* afeta, profundamente, a maneira como as empresas se comportam. A maior evidência de como o *valor financeiro é capaz de prejudicar o valor econômico real* é encontrada em práticas disseminadas de recompra de ações por empresas de capital aberto nos Estados Unidos e no Reino Unido.

A *recompra de ações* é uma forma de transferir dinheiro de uma corporação para seus acionistas. Essas transações são como dinheiro pago na forma de *dividendos*. As recompras dão dinheiro somente àqueles com vontade de vender. Além disso, elas evitam as *penalidades tributárias*, impostas pelos governos sobre os dividendos, para forçar mais lucros serem reinvestidos.

No entanto, essa mudança de dividendos para recompras impulsiona a remuneração dos executivos, porque elas reduzem o número de ações, aumentando, automaticamente, o ganho por ação (*Earnings Per Share, EPS*). É uma das principais medidas do sucesso corporativo, usada para determinar até qual ponto as recompensas dos executivos ocupantes dos cargos mais altos serão exorbitantes.

As recompras eliminam tanto dinheiro quanto dividendos de fundos disponíveis para investimento. Comprometem a capacidade de uma empresa gerar retornos sustentáveis em longo prazo.

Se uma empresa pode obter um retorno maior em determinado momento ao colocar o capital para trabalhar financeiramente em vez de vender bens e serviços, diretamente, está agindo de modo racional e levando em conta o interesse do negócio. Ter a opção entre um uso financeiro ou produtivo do capital ajudaria a manter o (suposto) negócio principal em estado de alerta, pois ele tem de produzir retornos capazes de competirem com alternativas financeiras.

A insatisfação dos acionistas fez seu rendimento passar a ser visto como o principal objetivo das corporações. Um artigo de Milton Friedman, em 1970, deu lustro intelectual à ladainha “a responsabilidade social dos negócios é aumentar seus lucros” e gerou uma literatura acadêmica conhecida como “Teoria da Agência”. O único modo de empresas serem bem administradas seria mediante a maximização do “valor de seus acionistas”.

Enfatiza o “curto praxismo”, enquanto minimiza a visão em longo prazo e uma interpretação mais abrangente de quem deveria ser beneficiado pela empresa. Em nome da MSV (*maximizing shareholder value*), gerentes buscaram lucros onde fosse possível, abastecendo a globalização ao terceirizar a produção para lugares mais baratos.

Fundos de *Private Equity* é MSV turbinada. Buscam a compra e a revenda a um preço mais elevado dentro de poucos anos. É exatamente o oposto do “capital paciente” e da ideia de aumentar a produtividade para beneficiar a sociedade em longo prazo.

Um traço típico de empresas pertencentes a firmas de *Private Equity* é a proporção da dívida em relação aos ativos disparar. Contrasta com empresa de menor *alavancagem* (proporção de dívida em relação aos ativos) de propriedade de fundos mútuos.

Os interesses de gerentes e acionistas deveriam, segundo a Teoria da Agência, estar “alinhados”: se os gerentes fossem pagos com ações da empresa ou com opções sobre essas ações, eles estariam motivados a maximizar os interesses de todos os acionistas.

O espírito da MSV maximizou o curto-prazismo, entre outras estripulias gerenciais. Adotaram o “paraquedas dourado” (*golden parachute*), uma recompensa em dinheiro caso o CEO perca seu emprego, ou “pílulas de veneno” (*poison pills*), quando desencadeiam um evento como a venda de uma divisão corporativa valiosa para reduzir o valor da empresa quando ela se vê frente a uma tentativa de aquisição indesejada.

Reconhecer a natureza coletiva da criação de valor leva-nos da visão dos acionistas para a dos *stakeholders* (partes interessadas) da empresa. Enquanto a MSV resume-se a uma avaliação de medida única — o preço da ação —, um argumento oposto é as corporações se concentrarem na maximização do valor dos *stakeholders*: criando a maior quantidade de valor possível para todos os clientes, funcionários e seus produtos.

Diante de Milton Friedman e sua defesa veemente de o sucesso de uma empresa depender apenas da maximização do lucro (e distribuição aos acionistas), o ponto de vista dos *stakeholders* enfatiza os relacionamentos sociais entre gerentes e funcionários,

entre a empresa e a comunidade, a qualidade dos produtos fabricados etc. Esses relacionamentos dão à firma *tanto objetivos sociais quanto financeiros*.

Em contraste com a MSV e seu objetivo de maximizar os lucros em curto prazo e da marginalização do capital humano e de P&D, o valor dos *stakeholders* vê as pessoas não apenas como insumos, mas colaboradores fundamentais. Precisam ser estimulados. Investir nas pessoas é *um reconhecimento de os funcionários adicionarem valor*.

O “curto praxismo” distorce as finanças, tornando-as mais especulativas. A compreensão mais profunda de valor por parte dos investidores levaria a um tipo de finança bastante diferente: mais “paciente” e apoiadora dos investimentos de longo prazo necessários.

Em alguns países, isso é conseguido por meio dos bancos estatais, como o KfW, na Alemanha, e o BNDES, no Brasil. A maior parte dos países com bancos estatais tende a seguir o modelo de gestão corporativa do *stakeholder*.

### Valor Adicionado em lugar de apenas Valor Apropriado

A GCF (Grande Crise Financeira), iniciada em 2008, desencadeou uma miríade de *críticas ao sistema capitalista contemporâneo*:

1. é demasiadamente especulativo;
2. recompensa os “rentistas” em vez dos verdadeiros “criadores de riqueza”; e
3. permitiu o crescimento desenfreado do sistema financeiro, possibilitando as trocas de propriedades privadas de ativos fossem mais recompensadoras diante os investimentos em novos ativos físicos e à criação de empregos.

Os denunciadores da “financeirização” não se atentaram para a *fase cíclica de desalavancagem financeira*, após o ciclo de expansão com endividamento, quando se busca pagar as dívidas. As sobras de recursos são investidas no mercado financeiro para propiciar o autofinanciamento quando retomar a “normalização” e, depois, *novo*

*ciclo de alavancagem financeira*, orientado pelo planejamento estatal desenvolvimentista.

Os “reformistas”, sejam neoliberais, sejam desenvolvimentistas, se orientam por Economia Normativa – *o que deveria ser* – em lugar de Economia Positiva – o que, de fato, é. Pregam como saída da GCF cíclica receitas para reformas desse sistema “disfuncional”, entre as quais, incluem:

1. tornar o setor financeiro mais focado em investimentos de longo prazo;
2. mudar as estruturas de governança das corporações para elas se focarem menos nos preços das ações e nos retornos trimestrais;
3. intensificar a tributação de negócios especulativos rápidos;
4. restringir excessos nos pagamentos de executivos.

Mariana Mazzucato, em seu livro *O Valor de Tudo: Produção e Apropriação na Economia Global* (2018), argumentou tais críticas serem importantes, mas permanecerão incapazes de produzir uma reforma real do sistema econômico até se fundamentarem de maneira firme em *uma discussão sobre os processos pelos quais o valor econômico é criado*. Em outras palavras, enquanto não o lerem e a seguirem...

O valor passou de uma categoria no centro da Economia Política, ligada à dinâmica da produção (divisão do trabalho, custos de produção em transformação), a uma *categoria subjetiva* ligada às “preferências” dos agentes econômicos. Muitos males, como os salários reais estagnados, são interpretados na Economia Neoclássica em termos das “escolhas” feitas pelos agentes, por exemplo, entre trabalho e lazer.

O *empreendedorismo*, apresentado como o motor do capitalismo, é visto como resultado de tais escolhas individuais – e não de incentivos e oportunidades oferecidos pelo planejamento estatal. Não é visto como resultado de um esforço coletivo.

Mas “a grande sacada” de Mazzucato, redimindo-se de sua crítica à “financeirização”, é apontar para o fato de *o preço ter se*

*tornado o indicador de valor.* Caso determinado produto seja comprado e vendido no mercado, ele deve ter valor!

Desse modo, ao invés de *uma teoria do valor determinante do preço*, os economistas ortodoxos, simplesmente, invertem para *uma teoria do preço determinante do valor*. Uma *narrativa diferente* se impôs junto à opinião especializada, espalhando-se para a opinião pública. Com foco nos criadores de riqueza, nos investidores de risco e no empreendedorismo, essa narrativa se infiltrou no discurso político e público.

A ideia-chave passou a ser *o valor ser criado no setor privado e redistribuído pelo setor público*. Pesquisa recente da FPA (Fundação Perseu Abramo) do Partido dos Trabalhadores sobre "Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo" confirmou: muitos moradores da periferia empobrecida desejam ser empreendedores e utilizam como justificativa as ideias de não ter mais patrão, ter mais flexibilidade para gerir o próprio tempo, poder abrir o próprio negócio para trabalhar perto de casa, além da possibilidade de deixar patrimônio e herança para a família.

Entrevistados aspiram a ideia de tornarem-se empreendedores, citando inclusive negócios próprios já pensados em abrir, mas consideram essa uma realidade ainda distante: seja por falta de capital suficiente ou por não enxergarem como uma possibilidade real para sua classe social. Além disso, chamam a atenção para os riscos de se tornar empresário no "faça por si mesmo".

O empreendedorismo é muito valorizado: está associado a histórias de ascensão social bem-sucedidas e remete à liberdade de ser 'dono do seu próprio nariz' e não dever satisfações a ninguém! Muitos, diante do fracasso, assumem o discurso propagado pela elite e pelas classes médias apontando a burocracia e os altos impostos como empecilhos para o empreendedorismo.

Para oferecer uma mudança real, os desenvolvimentistas no governo devem ir além da solução de problemas isolados e desenvolver uma estrutura para permitir moldar *um novo tipo de economia, capaz de funcionar para o bem comum*. A mudança tem de ser profunda. Não é suficiente simplesmente redefinir o PIB para IDH ao incluir *indicadores de qualidade de vida*, abrangendo medidas de felicidade, e tampouco é suficiente *tributar a riqueza*.

O maior desafio é definir e medir a *contribuição coletiva na criação de riqueza*, de modo a extração de valor existente ser menos capaz de fazer-se passar por criação de novo valor. A ideia de o preço determinar o valor e de os mercados serem os melhores mecanismos, para determinar os preços, tem todo tipo de *consequências nefastas*. Em resumo, segundo a Mazzucato (2018), quatro dessas consequências se destacam.

Em primeiro lugar, essa narrativa estimula quem apenas *extrai valor* do sistema financeiro e de outros setores da economia. As questões cruciais — quais tipos de atividades adicionam, de fato, valor à economia e quais simplesmente extraem valor para os vendedores — nunca são feitas e a economia permanece estagnada.

Na verdade, a inovação subjacente e o desenvolvimento tecnológico em empresas está intimamente interligado a decisões tomadas por governos eleitos e a investimentos feitos por escolas, universidades, órgãos públicos e até mesmo instituições sem fins lucrativos. Os líderes empresariais não estão dizendo a verdade quando afirmam os acionistas serem os únicos capazes de aceitar *riscos reais*, merecendo, portanto, a maior parte dos ganhos obtidos com os negócios.

Em segundo lugar, o pensamento de *preço determinar o valor* estimula as empresas a colocarem mercados financeiros e acionistas sempre como prioridades, oferecendo o mínimo às outras partes interessadas. Desvaloriza e amedronta *criadores de valor reais e potenciais*, fora do setor empresarial privado. Não é fácil se sentir bem consigo mesmo quando você está sendo visto como “um entulho” e/ou parte do problema...

Os atores públicos são coagidos a imitar os privados, com seu interesse quase exclusivo em projetos de retorno rápido. Quando qualquer empresa privada ganha bilhões de dólares para acionistas e muitos milhões para altos executivos, você provavelmente não vai pensar esses ganhos virem em grande parte da *alavancagem do trabalho feito por outras entidades*, sejam elas agências governamentais, instituições sem fins lucrativos, ou conquistas alcançadas por organizações da sociedade civil, inclusive sindicatos.

Em terceiro lugar, essa narrativa de *O Mercado como Deus* confunde os legisladores. Apostam nos mecanismos do mercado,

enquanto políticas públicas seriam apenas uma questão de ajustes aqui e ali. O importante é ser visto como “simpático aos negócios”.

Reguladores acabam sendo pressionados pelas empresas, induzidos a endossar políticas capazes de tornar os incumbentes ainda mais ricos — aumentando lucros, mas sem efeito sobre o investimento. Por exemplo, reduzem o Imposto sobre Ganhos De Capital.

Em quarto lugar, a *confusão entre lucro e rentismo* aparece na forma como se mede o crescimento em si: o PIB. Se qualquer coisa com um preço é valor, então, a forma como a contabilidade nacional é feita não será capaz de *distinguir criação de valor de extração de valor* e, portanto, políticas voltadas para a criação de novo valor se confundem com a extração de valor existente. Trocas de propriedade privada não adicionam valor!

Para Mazzucato (2018), essa ideologia neoliberal de “maximização do valor para acionistas” pode levar à menor produção de “coisas” (mercadorias) e diminuir o PIB. No mundo das Finanças, ela acha se perder a distinção entre serviços financeiros capazes de atender à necessidade de crédito de longo prazo por parte das indústrias e serviços financeiros – na realidade, mercado de capitais – simplesmente alimentadores da ganância na compra de ativos existentes baratos para os vender mais caros.

Apenas por meio de um debate claro sobre o valor, as *atividades de rentismo*, em todos os setores, incluindo o público, têm possibilidade de ser identificadas de forma mais clara – e privadas de força política e ideológica. Afinal, *mercados são moldados pela sociedade*, como resultados de processos de agentes múltiplos em um contexto específico. São entidades profundamente enraizadas nas instituições sociais e políticas.

São *resultados de processos complexos*, de interações entre diferentes atores econômicos, incluindo o governo. Necessitam, atualmente, de uma *reorientação*.

## Economia Normativa: Esperança para Cumprir Missões

Mariana Mazzucato, enquanto escrevia o livro *Missão Economia: Um guia inovador para mudar o capitalismo* (São Paulo: Portfolio-Penguin; 2022), estava vivendo a pandemia do coronavírus (COVID 19). Era um laboratório diante dos enormes desafios para qualquer membro da sociedade em todo o mundo. Derrotar a pandemia exigiria grandes investimentos em bens e serviços físicos e sociais.

Essencialmente, era um teste decisivo à capacidade do Estado e à governança eficaz, tanto dentro de cada, como entre todos os países. A “governança” (ação governamental) seria fundamental para uma adaptação bem-sucedida sem o genocídio ocorrido, por exemplo, no Brasil sob Bolsonaro e Estados Unidos sob Trump.

As respostas a todas as questões-chaves dependiam da organização da economia capitalista vivenciada – e não da quantidade de capital-dinheiro dedicada aos problemas. Dependia de estruturas específicas, capacidades e do tipo de parcerias entre os setores público e privado. Era uma Economia Normativa sobre “o que deveria ser”.

Também requeria uma certa clarividência para imaginar um mundo diferente. Uma visão do tipo de crescimento desejado, mais as ferramentas correspondentes para o alcançar, ao criar uma outra direção para a economia capitalista. Mazzucato (2022) dedicou-se a pesquisar o necessário para essa nova direção.

Cita o exemplo do Vietnã. Este país teve a capacidade de mobilizar diferentes setores da sociedade (acadêmico, militar, setor privado, sociedade civil) em torno de um objetivo comum e de utilizar estrategicamente a contratação de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) na saúde para “acumular” soluções inovadoras, isto é, usar os gastos do governo para aumentar o investimento público-privado.

Em contraponto, um credo neoliberal de gestão pública, durante aquela crise sanitária nos governos brasileiro e norte-americano, menosprezava a capacidade do Estado de agir eficazmente e promovia apenas a privatização. Encorajava a externalização da pressuposta capacidade absoluta do setor privado para governamental, em uma insistência constante, mas equivocada,

adotando medidas estáticas de eficiência, deixando seus governos com menos opções.

Uma lição fundamental foi, em crises como a da epidemia, a intervenção governamental só é eficaz se o Estado tiver a competência correspondente para agir. Para enfrentar os desafios contemporâneos, precisamos de uma abordagem muito diferente das parcerias público-privadas assumidas até agora, o que exige repensar completamente a função de um Governo e das competências e capacidades necessitadas.

Mas, mais importante ainda, depende do tipo de capitalismo desejado de se reconstruir, de como regular as relações entre os setores público e privado e de como articular regras, relações e investimentos para todos poderem prosperar e os limites do planeta serem respeitados.

Em síntese, Mazzucato pretende transformar o Governo a partir de dentro e fortalecer os seus sistemas – saúde, educação, transportes ou ambiente –, enquanto redireciona a economia. Para voltarmos ao bom caminho temos de nos interrogar novamente sobre qual papel o Governo deve desempenhar na economia e, conseqüentemente, sobre os instrumentos, estruturas e competências necessitados.

Os desafios são urgentes. A vida das pessoas e a saúde do planeta dependem de enfrentá-las.

Ela terminou este livro durante um momento decisivo na história da humanidade. A população mundial enfrentava uma das piores epidemias de saúde dos tempos modernos, os protestos contra a desigualdade racial surgiam em todo o mundo e a ameaça das alterações climáticas já se confirmava. Achava ser evidente não podermos continuar a adiar fazer as coisas de forma diferente e necessitarmos encontrar um objetivo comum.

Este livro colocou sobre a mesa *a ideia de missão* para resolver os problemas “perversos” enfrentados hoje. Mazzucato (2022) argumentou: só poderemos enfrentar os grandes desafios se *reimaginarmos o governo como um pré-requisito para a reestruturação do capitalismo* de uma forma inclusiva, sustentável e orientada para a inovação.

Antes de tudo, isto significa reinventar o Governo para o século XXI. Significa equipá-lo com as ferramentas, a organização e a cultura necessárias para conduzir uma abordagem voltada para a missão.

Significa também colocar o propósito no centro da governança corporativa e adotar uma perspectiva muito ampla e baseada nas partes interessadas em toda a economia. Implica mudar a relação entre os setores público e privado, e entre estes e a sociedade civil, para trabalharem simbioticamente em prol de um objetivo comum.

A razão pela qual devemos enfatizar o repensar do Governo é simples: só ele tem capacidade para realizar uma transformação na escala necessária. A relação entre os atores econômicos e a sociedade civil é o exemplo mais profundo de quais são os nossos problemas.

Podemos começar por reconhecer os mercados capitalistas serem o resultado de como cada ator do sistema é organizado e governado e a forma como os diferentes membros se relacionam entre si. Isto aplica-se aos setores público e privado e a outros, como organizações sem fins lucrativos. Nenhum tipo de comportamento de mercado é inevitável.

Ignorar o longo prazo em favor do curto, como tantas empresas fazem hoje, é o produto de uma determinada organização de mercado. Não é inevitável as burocracias governamentais serem tão lentas quando se trata de reagir a desafios como as plataformas digitais ou as alterações climáticas.

Na realidade, ambos são resultados de uma Teoria de Agência com a gerência visando apenas beneficiar os acionistas. Necessita ser ultrapassada com novas ações e estruturas de governança a serem escolhidas dentro das organizações, bem como as relações jurídicas e institucionais entre elas. Tudo se resume ao *design* dentro e entre organizações.

Sem dúvida, o capitalismo está em crise. Imaginemos hoje o propósito colaborativo fosse construir um capitalismo mais inclusivo e sustentável: produção e consumo verdes, redução da desigualdade, maior realização pessoal, cuidados de saúde resilientes e

envelhecimento saudável, e mobilidade sustentável e acesso digital para todos.

Para fazer isto com sucesso, os governos devem investir em capacidades internas; construir a competência e a confiança necessárias para pensar com ousadia, estabelecer parcerias com empresas e a sociedade civil, catalisar novas formas de colaboração entre sectores e implementar instrumentos capazes de recompensarem os atores dispostos a enfrentar dificuldades.

A tarefa não é escolher vencedores ou conceder ajudas, subsídios e garantias incondicionais, mas sim escolher aqueles dispostos a assumir as missões. Visam criar mercados e não corrigir os seus fracassos. Consistem em imaginar novas áreas de exploração. Trata-se de assumir riscos, não apenas de evitá-los.

Como foi enfatizado ao longo do livro de Mazzucato, *é essencial não fingir as missões sociais serem iguais às tecnológicas*. Quando se trata de desafios mais difíceis, é essencial enfrentá-los está ligado ao apoio dos sistemas de governança subjacentes.

É fundamental compreender as *missões* não como projetos isolados, mas como processos intersectoriais e de baixo para cima, e aproveitar os sistemas existente , entre outros, *os sistemas de inovação*.

Os governos não podem realizar missões sozinhos. Para realizá-los, eles devem trabalhar em conjunto com Sociedades com Propósitos Específicos (SPEs). Isto exige a abordagem de um dos maiores dilemas do capitalismo moderno: reestruturar as empresas para os lucros privados serem reinvestidos na economia produtiva, em vez de serem utilizados para objetivos de financeirização em curto prazo.

Cabe colocar em prática a Teoria do Valor dos *stakeholders*. Envolve a criação de uma forma mais simbiótica de parceria e colaboração entre diferentes setores, seja na saúde, na energia ou nas plataformas digitais.

Fazer o capitalismo de forma diferente exige reimaginar todo o potencial de um sector público motivado por propósitos públicos, definindo democraticamente objetivos claros para a sociedade

cumprir através de investimento conjunto e inovação. Estas considerações exigem a superação da dicotomia comum entre aqueles defensores da eterna austeridade (cortes nas despesas públicas) e aqueles com o contra-argumento de as altas taxas de juro e a baixa demanda efetiva contrapõem-se aos investimentos.

As políticas orientadas para cada missão requerem a imaginação criativa necessária para *decidir onde e como investir, independentemente do ciclo económico*.

### Consultoria: Grande Trapaça

Mariana Mazzucato e Rosie Collington publicaram *The Big Con: How the Consulting Industry Weakens Our Businesses, Infantilizes Our Governments and Warps Our Economies* (New York: Penguin Press; 2023). O livro começou com uma série de perguntas: por qual razão tantos governos terceirizam atividades críticas para empresas de consultoria? Por qual razão o mercado de serviços de consultoria cresceu tanto nas últimas décadas – e globalmente? O que fazem os consultores e qual papel a indústria de consultoria desempenha na economia em geral? Por qual razão tantos graduados bem-intencionados e inteligentes optam por trabalhar para essas empresas? E o que isso pode nos dizer sobre o capitalismo contemporâneo?

As coautoras esperam este livro não apenas iniciar uma conversa sobre os problemas de como nossos governos e empresas são administrados hoje, mas também fornecer algumas ferramentas e inspiração para a criação de propósitos públicos dentro deles no futuro. Paradoxalmente, Mariana fundou o Instituto de Inovação e Propósito Público (IIPP) na *University College London* há cinco anos com a ambição de fortalecer o mandato e a capacidade do setor público, dando consultoria recentemente até ao governo brasileiro. Rosie ingressou no IIPP como aluna de doutorado de Mariana em 2020.

Mariana escreve, há tempos, sobre a teoria e a prática de um setor público mais ambicioso, empreendedor e *orientado para a missão*, impulsionado pelo valor e propósito público. Juntou seu interesse à investigação anterior de Rosie sobre o que acontece

quando infraestruturas e competências críticas são externalizadas a terceiros.

Muitos governos deixaram de investir nas suas próprias capacidades e capacidades e, por temerem o fracasso, não assumem riscos. A *má governança*, tanto nas empresas como no Estado, ao longo do último meio século, fez a visão de curto prazo ofuscar os investimentos necessários para o progresso.

Um grupo de intervenientes aproveitou a onda dessa forma de capitalismo e do esgotamento subjacente de capacidades, ganhando enormes somas de dinheiro no processo: *a indústria da consultoria*. Empresas de consultoria, como McKinsey, Boston Consulting Group (BCG) e Bain & Company (referidas como as “Três Grandes” consultorias de estratégia) e PwC, Deloitte, KPMG e EY (as “Quatro Grandes” consultorias de contabilidades), são contratadas por governos, empresas e outras organizações para executar diferentes tipos de tarefas em seu nome.

Quando as empresas contratam consultorias, as tarefas lhes atribuídas estão por vezes relacionadas com *a estratégia corporativa*, por vezes com *a gestão e execução de um projeto específico* e por vezes com *uma capacidade específica*, como TI ou planeamento financeiro. Os governos contratam frequentemente consultoria para ajudar a desempenhar funções críticas, desde o desenvolvimento de estratégias de adaptação climática à implementação de programas de vacinação e ao comissionamento de serviços de bem-estar.

As Três Grandes e as Quatro Grandes também já foram contratadas para ajudar a projetar cidades inteligentes, desenvolver estratégias nacionais de emissão zero de carbono, propor reformas educacionais, aconselhar exércitos, gerenciar a construção de hospitais, redigir códigos de ética médica, redigir legislação tributária, supervisionar a privatização de empresas estatais, gerir fusões entre empresas farmacêuticas e governar a infraestrutura digital de inúmeras organizações. Os contratos de consultoria abrangem *cadeias de valor e setores*, em diversos países e continentes, afetando todos os níveis da sociedade.

Este livro de Mazzucato & Collington mostra por qual razão o crescimento dos contratos de consultoria, o modelo de negócios das grandes consultorias, os conflitos de interesses subjacentes e a falta

de transparência são extremamente importantes. Destaca a visão particular da economia criadora de disfunções nos governos e nas empresas em todo o mundo.

Descreve o truque de confiança realizado pela indústria da consultoria em contratos com governos inertes e omissos e empresas apenas maximizadoras do valor dos acionistas. Estes contratos permitem à indústria de consultoria obter rendimentos muito superiores ao valor real proporcionado, ou seja, à sua contribuição para a criação de valor novo.

Estas rendas não derivam da propriedade de ativos escassos e valiosos de conhecimento, mas da capacidade de criar *uma impressão de valor*. As práticas de consultoria e os imensos recursos e redes das grandes consultorias ajudam a *inspirar confiança* no valor de uma consultoria e da profissão de consultoria.

Embora a consultoria seja uma profissão antiga, a *Big Con* cresceu a partir das décadas de 1980 e 1990, na sequência de reformas levadas a cabo tanto pela direita “neoliberal” como pelos progressistas da “Terceira Via”. Estavam em ambos os lados do espectro político.

As empresas eram cada vez mais geridas no interesse de curto prazo dos seus acionistas. Os setores públicos foram transformados sob o credo da *Nova Gestão Pública* – uma agenda política em busca de fazer os governos funcionarem mais como empresas e resultante em quebra de confiança nas capacidades dos funcionários públicos.

A *Big Con* prospera com base nessas suas disfuncionalidades, desde a alavancagem financeira ao setor empresarial especulativo em curto prazo até o sector público avesso ao risco. O aconselhamento e a capacidade de consultoria seriam produtivos caso viessem de fora, de atores capazes com conhecimento genuíno criador de valor.

A indústria de consultoria, sempre em expansão, alimenta-se das fraquezas das nossas economias, esvaziando os clientes no processo, em vez de os ajudar. Isso mais tarde apenas cria mais oportunidades para acumulação de suas rendas. A diferença entre as recompensas obtidas (grandes) e os riscos reais assumidos (pequenos) torna as rendas obtidas ainda maiores.

São frequentes as notícias de mais um caso de corrupção, conflito de interesses ou acidente evitável envolvendo uma consultoria global. Os numerosos contratos das consultorias, as suas reivindicações de conhecimentos especializados, os seus incentivos financeiros e a influência concedidas às grandes consultorias sobre áreas importantes do governo e das empresas não costumam ser examinados como sintomas de problemas estruturais mais profundos na forma como organizamos o nosso sistema capitalista.

A *história da consultoria moderna* é, no fim das contas, a *história do capitalismo moderno*: todas as tendências foram exploradas pela *Big Con*. No *governo*, as grandes consultorias promoveram e lucraram com as tendências de privatização, reforma de gestão, financiamento privado, terceirização de serviços públicos, digitalização e austeridade. Nos *negócios*, ajudaram a consolidar novos modelos e formas de gestão empresarial apenas com foco no aumento da *maximização do valor para os acionistas*, em todo o mundo, a partir de década de 1980. Estas políticas não foram idealizadas por consultorias, mas elas ajudaram a divulgá-las e moldá-las e, em última análise, utilizaram-nas para extrair valor para si.

Fornecem aos governos e às empresas estruturas de modo a oferecer *um véu de compromisso sem necessidade de ação*, por exemplo, através da criação e promoção de ferramentas ESG. Em princípio, a sigla em inglês para “ambiental, social e governança”, seria uma abordagem para avaliar até qual ponto uma corporação trabalha em prol de objetivos sociais capazes de ir além da função de maximizar os lucros para os acionistas.

Virou, na prática, mero *greenwashing* (“banho verde”) para a apropriação apenas das virtudes ambientalistas por parte de organizações, mediante o uso de técnicas de marketing e relações públicas. As consultorias moldaram e lucraram com uma suposta resposta à crise climática impulsionada pelo mercado.

Quanto mais os governos e as empresas terceirizam, menos sabem como fazer, fazendo com as organizações fiquem mentalmente vazias, presas no tempo e incapazes de evoluir. Com consultores envolvidos em todos os momentos, muitas vezes há

muito pouco “aprender fazendo”. Os clientes das consultorias tornam-se “infantilizados”...

Uma entidade governamental ao contratar todos os serviços pelos quais é responsável pela prestação pode conseguir reduzir custos em curto prazo, mas acabará por lhe custar mais, devido à *perda de conhecimento sobre como prestar esses serviços*. Deixa de saber como adaptar o conjunto de capacidades dentro de si para atender às necessidades em constante mudança dos cidadãos.

No setor público, os custos incorridos são muitas vezes muito mais elevados em comparação a caso o governo tivesse investido na capacidade de realizar o trabalho e aprendido como melhorar os processos ao longo do caminho.

Este livro *The Big Con* não apenas oferece uma crítica, mas também fornece soluções concretas para o impasse atual. Examina a história da indústria de consultoria, contextualiza o seu crescimento dentro de transformações mais amplas do capitalismo e examina as justificativas para a sua utilização generalizada entre gestores governamentais, líderes empresariais e acadêmicos. É um tema relevante e inédito.

### Indústria de Consultoria: Tá Tudo Dominado!

A análise de Mariana Mazzucato e Rosie Collington do setor de consultoria, no livro *The Big Con: How the Consulting Industry Weakens Our Businesses, Infantilizes Our Governments and Warps Our Economies* (New York: Penguin Press; 2023), pinta um quadro sombrio da situação atual. O subtítulo indica: a indústria de consultoria – através de funções como legitimadores de decisões controversas dos contratantes – enfraquece os nossos negócios, infantiliza os nossos governos e distorce as nossas economias.

Não só isso. Prejudica a inovação, o desenvolvimento de capacidades e a aprendizagem, mina a responsabilização democrática e ofusca as consequências das ações políticas e corporativas.

No fim, todos os cidadãos pagam o preço pela falta de investimento e aprendizagem interna: fundos públicos e outros recursos são desperdiçados, as decisões no governo e nas empresas

são tomadas com impunidade e pouca transparência, e as nossas sociedades são privadas do seu dinamismo. A *Big Con* coloca-nos em perigo.

Organizações e indivíduos com conhecimento e capacidade genuínos podem ser uma fonte valiosa de aconselhamento, mas devem permitir “consultar” ou aconselhar à margem, de uma forma transparente de modo a trazer conhecimento e experiência reais. Não devem ser responsáveis por tudo, inclusive as decisões estratégicas.

Globalmente, a indústria de consultoria é dominada por grandes empresas multinacionais, a maioria das quais com sede nos Estados Unidos ou no norte da Europa. Eles incluem as Quatro Grandes (PwC, Deloitte, KPMG e EY) e os Três Grandes (McKinsey, BCG e Bain & Company). Incluem também as com oferta principalmente de serviços de gestão dentro de uma área específica, como TI, por exemplo, CGI Group e IBM, ou terceirização de serviços públicos, como Serco e Sodexo.

As Três Grandes consultorias de gestão podem contar com a sua força de trabalho na casa das dezenas de milhares. Em todo o mundo existem também dezenas de milhares de pequenas e médias empresas, por vezes referidas como “consultorias boutique”, bem como organizações sem fins lucrativos prestadoras de serviços de consultoria.

No citado livro, as coautoras se concentram na Economia Política das grandes consultorias multinacionais e nas suas relações com governos, empresas e outras organizações. Essas empresas fornecem uma gama de serviços, desde aconselhamento e gerenciamento estratégico até implementação e terceirização de projetos.

Embora existam diferenças importantes entre elas e até em qual ponto se concentram em diferentes tipos de serviços de consultoria, estão, no entanto, relacionadas pela dinâmica comum. Levou ao crescimento em escala e âmbito dos contratos de consultoria. Estão unidas na necessidade de continuidade e expansão desses contratos.

A maioria destas empresas divide os serviços de consultoria de gestão oferecidos em diferentes categorias, com base na área do

projeto, na indústria ou – no caso de consultorias de TI – na tecnologia envolvida. Por exemplo, a Capgemini oferece serviços nas áreas de negócios de “Finanças e Contabilidade”, “Cadeia de Suprimentos”, “Operações de Funcionários”, “Operações de Clientes” e “Automação Inteligente”.

A McKinsey oferece serviços em “funções”, incluindo “Fusões e Aquisições”, “Operações”, “Organização”, “Estratégia e Governança Corporativa” e “Transformação”. Os grupos de descritas como a “geração terceirizada” de empresas de consultoria (ou “consultoria terceirizada”) concentram-se na gestão de grandes contratos em diferentes áreas do setor público. A Serco, por exemplo, divide as suas ofertas pelos “setores-chave do mercado” de “Defesa”, “Saúde”, “Justiça”, “Imigração”, “Transportes” e “Serviços ao Cidadão”.

Existem muitos indivíduos, empresas e outras organizações fornecedoras de aconselhamento especializado ou serviços não incluídos na definição da indústria de consultoria, porque não têm os recursos para extrair rendas através da *Big Con*. A maioria das empresas de contabilidades não faz parte do setor de consultoria. Não é o caso das citadas quatro grandes empresas de contabilidade: elas obtêm mais de 40% das suas receitas através de *contratos de consultoria de gestão* – ganham mais nisto diante os serviços de auditoria ou garantia dos balanços.

As grandes consultorias operam de acordo com hierarquias rígidas, e dentro delas existem diferentes tipos de consultores, dependendo da área de negócio. Nos escalões mais baixos estão os funcionários recrutados como licenciados, por vezes após um estágio ou programa de formação de verão, referidos como “Analistas”, “Associados” ou “Consultores”. Fazem pesquisas e apresentações de slides, conforme instruído por um membro mais experiente da equipe.

No degrau seguinte estão os funcionários com conclusão do programa de pós-graduação da consultoria ou um mestrado em Administração de Empresas (MBA) em uma escola de negócios. São Consultores Sênior, “Consultores” ou “Líder de Projeto”. Podem ter mais destaque em tarefas voltadas para o cliente, como entrevistar executivos ou apresentar atualizações como “executores” de uma equipe de projeto.

Além deles estão os Gestores, normalmente responsáveis pela coordenação da equipe de consultores dedicada ao envolvimento com o cliente, mas também podem ser considerados especialistas em uma determinada área de gestão ou indústria. Normalmente, são apenas estes Gestores e pessoas do nível seguinte – Sócios ou Diretores – possuidores e utilizadores de conhecimentos setoriais ou conhecimentos técnicos, muitas vezes como resultado de longas carreiras em uma indústria.

Sócios ou Diretores são aqueles consultores bem-sucedidos em subir na hierarquia através de uma longa carreira dentro da empresa ou foram recrutados em um setor específico. As pessoas mais seniores dentro de uma consultoria de gestão são os Diretores, geralmente indivíduos com longas carreiras de consultoria e, em grande parte, responsáveis pela negociação de vendas e pela gestão do relacionamento com as partes interessadas.

É impossível avaliar com precisão o mercado global de serviços de consultoria. Poucas organizações do setor público e empresas multinacionais têm mandatos concedidos pelos governos, no caso das primeiras, ou pelos acionistas, no caso das últimas, para documentar com precisão os gastos em consultoria. Muitas das maiores consultoras também têm estruturas empresariais sem precisarem de divulgar quanto ganham, quais são os seus lucros, ou mesmo onde no mundo ganham o seu dinheiro.

As Quatro Grandes e as Três Grandes operam todas como parcerias constituídas ou outras formas de sociedades privadas limitadas. Portanto, desfrutam de *níveis de opacidade* negados a muitas das suas empresas multinacionais clientes. No entanto, todas as estimativas do valor da indústria de consultoria a nível mundial sugerem o mercado ter disparado nas últimas décadas de receitas globais de US\$ 100 bilhões , em 1999, para US\$ 900 bilhões, em 2021.

As maiores consultorias multinacionais são realmente muito grandes. Em 2021, a Deloitte era a *terceira maior empresa privada dos Estados Unidos*, seguida de perto pela PwC na quarta posição, seguida pela EY na sexta posição. A McKinsey e o Boston Consulting Group classificaram-se entre as cinquenta primeiras, ultrapassando

as empresas de biotecnologia, gigantes dos seguros e titãs do entretenimento.

A Accenture obteve receitas de 17,3 bilhões de dólares com serviços de consultoria em 2019. Foi a quadragésima maior empresa do mundo em 2021 em capitalização de mercado, ficando acima de gigantes globais como Royal Dutch Shell, Boeing e Eli Lilly.

Estas empresas prestam serviços em todo o mundo e têm escritórios na maioria dos países, empregando centenas de milhares de pessoas. As Quatro Grandes têm escritórios em mais de 130 países e empregam um total de cerca de 400 mil pessoas.

Um estudo sugere: 96% das receitas de consultoria provêm da América do Norte e da Europa, e 70% dos honorários de consultoria em todo o mundo são gerados por apenas cinco países – Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França e Alemanha. Os honorários dos consultores de gestão nos países em desenvolvimento tendem a ser muito mais baixos diante dos praticados nos mercados de consultoria do Norte rico.

Alguns países, como o Japão, têm-se centrado historicamente no desenvolvimento de conhecimentos especializados, investindo internamente no pessoal existente ou recorrendo a conhecimentos de outras organizações externas, como universidades ou sindicatos. É um caso exemplar do importante a ser feito em longo prazo.

Em muitos países em desenvolvimento, a procura de consultoria de gestão multinacional também nem sempre foi impulsionada pelos governos e empresas nacionais, mas sim por organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Pressionam os governos endividados para contratarem consultores (ex-colegas muitas vezes) para desenvolver e implementar as reformas econômicas orientadas para o mercado como uma condição dos seus empréstimos.

Nos últimos trinta anos, a economia orientada para o mercado dominou as sociedades em todo o mundo. Seria tolice, segundo Mazzucato e Collington (2023), “culpar as consultorias por todos os problemas criados pelo capitalismo avançado, desde a financeirização das nossas economias e o esvaziamento das organizações públicas, até ao agravamento da desigualdade e da crise climática”.

No entanto, “a indústria de consultoria moldou-a e beneficiou simultaneamente dela, surfando nas ondas das tendências subjacentes. As enormes rendas acumuladas não correspondem nem ao valor da sua contribuição global nem à distribuição dos riscos”.

## Desconfiança diante das Grandes Consultorias

Mariana Mazzucato e Rosie Collington, no livro *The Big Con: How the Consulting Industry Weakens Our Businesses, Infantilizes Our Governments and Warps Our Economies* (New York: Penguin Press; 2023), diagnosticam a *Big Con* estar impedindo governos e empresas desenvolverem as capacidades necessitadas para transformar as nossas economias para o bem comum e acelerar a transição verde. Esta é uma questão crítica para a *democracia*, bem como para a *inovação* – a capacidade das organizações para responder às necessidades e desejos dos cidadãos.

As maiores consultorias mundiais incentivam a tomada de decisões nos negócios prejudiciais à criação de valor através de investimentos em longo prazo em capacidades produtivas. Visam facilitar a extração de valor em curto prazo para os acionistas.

As organizações do sector público, em particular, enfrentam desafios para superar a *Big Con*. As pressões financeiras resultantes dos cortes orçamentais e dos programas de austeridade significam que a capacidade do sector público é muitas vezes limitada.

Os governos eleitos democraticamente são os principais intervenientes, com a escala de recursos e a legitimidade necessárias para moldar as economias e resolver os grandes problemas económicos e sociais. Moldar não significa eles deverem fazer tudo.

Mas devem aprender a investir internamente, ajudar a coordenar outros intervenientes e atrair o investimento empresarial, tomando medidas ousadas em nível local, regional e nacional. Devem inovar em sistemas e infraestruturas e, em última análise, implementar os programas democraticamente obrigatórios pelos votos recebidos.

As coautoras concluíram o livro *The Big Con* com quatro propostas para libertar as organizações, tanto nos setores público

como privado, de uma dependência excessiva da indústria de consultoria e promover interações criadoras de valor em toda a economia. As duas primeiras destinam-se aos governos, abordando a questão fundamental de como as organizações do setor público podem ser criadoras de valor na economia, e não apenas extratores de valor desperdiçadores e ineficientes ou fixadores de mercado, e por qual razão isso requer a reconstrução das suas capacidades organizacionais internas.

As outras propostas destinam-se a orientar as operações das organizações empresariais e governamentais, abordando a forma como podem garantir suas parcerias promoverem a aprendizagem e serem verdadeiramente criadoras de valor. Indicam por qual razão é fundamental impor transparência sobre os interesses dos clientes das consultorias.

Primeira proposta: *uma nova visão, narrativa e missão para a função pública*. Para acontecer a reconstrução de capacidades nas organizações do setor público, deve implementar processos e investimentos para lhe permitir aprender e adaptar-se. Isto é essencial para o desenvolvimento daquilo rotulado pela Mazzucato como o “Estado Empreendedor”: uma rede de instituições públicas dinâmicas com co-investimento ao longo de toda a cadeia de inovação, partilhando riscos no processo de criação de valor.

A pandemia revelou “funções governamentais essenciais”, entre as quais, incluíam:

- adaptar-se e aprender diante de informações incompletas, às vezes conflitantes, e de incertezas radicais;
- alinhar os serviços públicos e as necessidades dos cidadãos;
- governar sistemas e capacidades de produção resilientes para promover colaborações simbióticas público-privadas e explorar a inovação cidadã;
- capacidade para governar dados e infraestruturas digitais, incluindo lidar com a “infodemia”, equilibrando ao mesmo tempo a proteção dos direitos humanos; e

- aprendizagem e coordenação inter e intragovernamental, inclusive em diferentes níveis de governo, por exemplo, federal e local, interministerial e internacional.

Contudo, para os governos criarem valor desta forma, é também fundamental as organizações do sector público terem o poder de assumir riscos. As consultorias são frequentemente utilizadas por governos (bem como por empresas) como “bodes expiatórios” de modo a evitar a culpa pelas falhas.

Em termos práticos, reconhecer *o Estado como criador de valor* – e como tomador de riscos – exige os decisores políticos e os meios de comunicação social evoluírem as narrativas neoliberais utilizadas ao descrever o papel do governo na economia. Serão fundamentais para novo consenso na sociedade capaz de entender o setor público como um ator crítico para o desenvolvimento das nossas economias.

Governos são produtores também. Para serem inovadores, é necessário assumir riscos.

Segunda proposta: *investir na capacidade interna e na criação de capacidades*. É fundamental garantir as carreiras no setor público atraírem indivíduos competentes, curiosos e orientados para um propósito. Os funcionários do setor público, em muitos países, não têm acesso a formação valiosa nem oportunidades para desenvolver as suas competências e conhecimentos, assumindo novos desafios.

Especialmente nas organizações do setor público operando com um orçamento limitado, as interações e parcerias com outras organizações em toda a economia são um meio fundamental para desenvolver suas capacidades. Caso seja necessária a contratação de terceiros, devem ser serviços definidos com clareza e antecedência para atender às demandas de capacidade.

Terceira proposta: *incorporar a aprendizagem – e um ponto final – nas avaliações de contratos*. Nos processos de contratação existentes, o valor é muitas vezes visto em termos transacionais: a capacidade ou o conhecimento especializado são fornecidos em troca de dinheiro. Mas quando os acordos de partilha de conhecimentos são incluídos nos termos de referência com os contratantes, os contratos públicos e outras formas de parceria também podem ser uma fonte de aprendizagem.

Devido à natureza inerentemente incerta da inovação, nem sempre é possível afirmar desde o início o possível de o contratante aprender com a aquisição ou quais novos conhecimentos surgirão de uma parceria. A forma como um contrato é avaliado pode, no entanto, ajudar uma organização a identificar as lições aprendidas e encorajar processos de reflexão e “codificação” de modo a garantir essas lições se tornarem um recurso para o futuro.

Em vez de avaliar projetos usando análises de custo-benefício, o sucesso também pode ser entendido com base em como a organização e o ecossistema no qual ela existe beneficiam, ao longo do tempo futuro, em múltiplas partes da organização e da economia em geral.

Quarta proposta: *transparência obrigatória e divulgação de conflitos de interesses*. Nas sociedades democráticas, é importante tanto as organizações empresariais como as governamentais — e os seus funcionários — conhecerem os interesses conflitantes de outra organização quando celebra um contrato com elas. Isto é para serem abordados e mitigados – se for possível.

O cliente também pode avaliar o risco de um conflito de interesses prejudicar o potencial de criação de valor ser tão grande a ponto de não vale a pena envolver-se com uma determinada organização ou grupo de organizações. Isto mesmo aparentemente serem capazes de fornecer o desejado.

Da forma como está, não existem regras obrigatórias para as empresas de consultoria divulgar informações sobre para quem trabalham. O conhecimento sobre interesses conflitantes é fundamental para clientes em busca de tomar decisões informadas sobre qual empresa contratar um serviço.

Ao longo deste livro aprendemos: as grandes consultorias muitas vezes prestam serviços aos governos *pro bono* ou por uma taxa muito abaixo das taxas de mercado, porque isso levará a contratos lucrativos no futuro, seja do órgão contratante do setor público, seja de clientes do setor privado, capazes de valorizar o acesso proporcionado pelo trabalho para o governo. Quando os contratos são subvalorizados, é impossível avaliar a influência das consultorias no setor público.

Mas em vez de recorrer ao mercado para determinar o licitante com a proposta mais baixa, os clientes do setor público devem calcular antecipadamente um valor econômico adequado para o contrato, de modo a que não seja possível ter em conta o *lowballing* nas decisões de contratação. É uma tática de persuasão na qual um item é inicialmente oferecido a um preço mais baixo diante do esperado, a fim de fazer o comprador se comprometer. Então, o preço aumenta repentinamente, ou seja, é “jogar sujo”.

Em última análise, porque não existe aconselhamento gratuito – os contratos *pro bono* normalmente acarretam custos de responsabilização e imparcialidade em longo prazo – os processos de contratação também precisam de encorajar os organismos do setor público a rejeitar ofertas de “almoço grátis”.

## Capítulo 6. Críticas sem Autocríticas Neoliberais

### Consultoria da Mazzucato ao Governo Brasileiro

A política industrial voltou a ser um tópico importante nas discussões de vários países, incluindo o Brasil do atual governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O relatório "*Crescimento sustentável e inclusivo orientado pela inovação: Desafios e oportunidades para o Brasil*", da ítalo-americano-britânica Mariana Mazzucato, apresenta propostas para lidar com o assunto no caso brasileiro.

Nesse documento encaminhado ao governo, ao qual o Valor (19/01/24) teve acesso e resumiu, a economista desenvolvimentista afirma ser preciso mirar em resultados de *políticas bem concebidas para enfrentar desafios específicos* e não em percentuais preestabelecidos de indicadores macroeconômicos. Esta seria a chave para o crescimento econômico sustentável e igualitário.

Fundadora e diretora do Instituto para Inovação e Propósito Público (IIPP) da *University College London* (UCL), com a qual o Ministério da Gestão iniciou uma parceria de um ano em julho de 2023, Mazzucato afirma o setor de compras governamentais — se bem redesenhado — se tornará uma das principais ferramentas catalisadoras de novos investimentos em antigas e novas cadeias produtivas. Nesse contexto, a nova estratégia de política industrial, anunciada no dia 22 de janeiro de 2024 pelo governo, focaliza *a transição energética e o combate à mudança do clima e às desigualdades*.

A parceira da UCL com o governo brasileiro tem apoio da Fundação *Open Society* e não é a única. Colômbia, Barbados e Reino Unido têm programas semelhantes.

Com percentual estimado entre 12% e 15% do PIB, o setor de compras do governo é grande o suficiente, em sua visão, para *incentivar novas cadeias produtivas, atrair investimentos e gerar empregos*. Isso porque teria a capacidade de transformar esses desafios em demandas de escala e oportunidades de negócios.

Mas isso só será possível se houver coordenação e um grande engajamento nacional — da sociedade civil inclusive — orientado por “missões” específicas a serem cumpridas. Esta talvez seja a maior dificuldade em um país polarizado entre democratas e neofascistas, inclusive entre economistas social-desenvolvimentistas e neoliberais.

*O renascimento da política industrial*, entretanto, é um ponto de atenção para muitos neoliberais, principalmente tendo em vista experiências negativas do passado sob o ponto de vista deles, exclusivamente fiscalista. Eles preferem nada fazer como no período 2019-2022! Ou pior, como desde 1980, com o intervalo de 2003-2014.

Pesquisadores do FGV-IBRE (pior ainda são os professores da EPGE-FGV) sempre alertam: “para seguir com a estratégia, as autoridades brasileiras precisam se ater às particularidades do país, mapear erros e acertos históricos e se concentrar na governança, no desenho e na sustentabilidade fiscal das medidas”. Essa é a ladainha de sempre os neoliberais imobilistas – e acrílicos durante a gestão centralizada em Paulo Guedes, um ex-aluno.

Em reportagem recente do Valor, mencionaram *a substituição de importações*, já usada no Brasil e outros países na fase de industrialização nascente, como *uma política malsucedida!* Ora, por qual razão o Brasil está no BRICS?! Imaginem sem ela... Há questionamentos, ainda na mesma crítica, sobre o desejo do governo Lula de incentivar a indústria naval e a indústria de semicondutores.

“É necessário catalisar investimentos públicos e privados em áreas capazes de gerarem *inovação, formação de capital humano e treinamento da força de trabalho*, além do paciente financiamento de longo prazo — o que inclui a ajuda para as pequenas empresas inovadoras ganharem escala”, contrapõe Mazzucato. “O objetivo-chave não é o crescimento pelo crescimento, mas o crescimento direcionado para a construção de uma economia inclusiva e sustentável.”

A economista desenvolvimentista sugere preservar o indicador clássico dívida/PIB, mas recomenda *menos foco no numerador e mais atenção ao denominador* dessa relação fracionária. Tudo isso exigiria uma mudança de mentalidade e reformas nas ferramentas há muito não recicladas no governo brasileiro.

Ela cita o *segredo do sucesso* do arriscado projeto Apollo, desenvolvido pela NASA na década de 1960, para levar os EUA à dianteira da corrida à Lua em 1969, em plena Guerra Fria, quase oito anos depois de os soviéticos terem mandado seu primeiro astronauta ao espaço. Ao estabelecer a missão de chegar à Lua, a NASA propiciou o ambiente para a criação dos múltiplos meios capazes de tornarem o objetivo alcançável.

“*Missões* têm efeito multiplicador — a partir do qual um investimento público inicial leva a um impacto ampliado sobre o PIB ao *catalisar o investimento privado e inovação*. Por exemplo, cada US\$ 1 investido na missão Apollo gerou de US\$ 5 a US\$ 7 em efeitos colaterais positivos para a economia, dada a variedade de soluções criadas para resolver os problemas de modo a enviar o homem à Lua. Foi preciso inovar não apenas no setor aeroespacial, mas em nutrição, materiais, equipamentos eletrônicos, computadores e outros segmentos, o que acabou levando à *invenção de produtos totalmente novos*: desde telefones celulares com câmeras a fórmulas para bebês e materiais de isolamento para residências.”

O projeto mudou a forma do governo John Kennedy de encarar esse desafio de grande envergadura. Ele é o foco do seu livro “*Missão Economia: Um Guia Inovador Para Mudar O Capitalismo*” (Portfolio Penguin, 2022), onde propõe a rediscussão do atual modelo capitalista para o qual sugere um enfoque mais humano. Na publicação, afirma o capitalismo estar em crise. “A boa notícia é podermos fazer melhor”, escreve.

Há tempos, Mazzucato insiste em *o crescimento econômico passar por uma forma mais humana de pensar o capitalismo*. Não se trata de abandoná-lo, mas de enxergá-lo a partir de outra “estética”.

Para a economista, não basta uma visão ousada de *o que fazer*, mas de *como fazê-lo*. Esta é uma das suas tarefas na parceria firmada entre a UCL e o Ministério da Gestão: ajudar o governo e seus diferentes ministérios “a identificar oportunidades de *coordenação estratégica* e de *remodelagem de ferramentas-chave, instituições e recursos* para permitir a melhor implementação da agenda do governo brasileiro, em particular quanto ao *desenho das políticas de compras governamentais, empresas estatais e transformação digital*”.

Nesse relatório, o primeiro da agenda de trabalho, Mazzucato afirma o governo brasileiro ter várias iniciativas possíveis de ajudá-lo a cumprir as missões que se atribuiu. Entre eles estão o plano de transformação ecológica do Ministério da Fazenda, o Programa de Aceleração do Crescimento e seu orçamento de R\$ 1,7 trilhão e a estratégia industrial discutida no âmbito do CNDI. O problema está no fato dessas iniciativas estarem dispersas entre os ministérios.

Um dos pilares das recomendações de Mazzucato no documento entregue ao governo está na importância do papel do Estado. Não pode limitar-se a consertar os mesmos problemas de sempre.

“Essa visão não permite os governos terem capacidade de enfrentar esses desafios ou de catalisar o crescimento e construir economias resilientes”, diz. Ela insiste na necessidade de o governo repensar *como fazer parcerias com os setores empresariais* para causar efeitos significativos em suas comunidades. A ideia, repetida no Fórum Econômico Mundial de Davos em 2022, foi incluída por seu fundador, Klaus Schwab, no livro “*A Grande Narrativa*”.

Para os economistas neoliberais sempre com palanque na “grande” (sic) imprensa brasileira sem pluralismo, no entanto, políticas industriais mal concebidas ou mal executadas têm efeitos opostos aos desejados e prejudicam o crescimento “espontâneo” (sic) de O Mercado ao provocar aumento dos déficits fiscais e das dívidas públicas.

Isso teria acontecido no governo petista de Dilma Rousseff, por exemplo, e seria uma das razões para a crise de 2014-2016. Os idiotas – sem consciência do malfeito à sua reputação e aos outros – brigam contra os números, entre os quais, a menor taxa de desemprego atingida em 2013-2014!

“Os governos estão aceitando cada vez mais seu papel na formulação de como suas indústrias devem se desenvolver. *O Brasil precisa de uma estratégia industrial para não ficar para trás*. E tão importante quanto ter uma é a maneira como ela é desenhada”, contra-argumenta novamente Mazzucato.

Em sua avaliação, um *enfoque orientado por missões* pode transformar os desafios relacionados a biodiversidade, desmatamento, insegurança alimentar, hiato digital e crises de saúde

em *oportunidades de negócios* e caminhos para novos investimentos que catalisem e direcionem recursos entre setores exatamente para a solução desses problemas.

Mazzucato alerta a formatação bem-sucedida dos mercados depender da *capacidade do Estado de desempenhar funções de políticas centrais*, desde a provisão de serviços públicos ao desenho e implementação de novas políticas. “No meu mais recente livro, ‘*The Big Con: How the Consulting Industry Weakens Our Businesses, Infantilizes Our Governments and Warps Our Economies*’ [ainda sem tradução no Brasil], eu mostro como a terceirização dessas funções centrais do governo esvaziou essa capacidade”, diz.

Ela defende se combater essa tendência com *investimentos em reformas no capital humano do setor público e no interesse dos funcionários*. Eles seriam uma espécie de fio da meada das políticas públicas e a garantia de institucionalização da visão desenhada para o país sustentar o crescimento em um prazo mais longo.

Seu relatório ainda recomenda *um novo pacto social* a partir do qual a relação entre setores público e privado tenha como base objetivos comuns, *coinvestimento em inovação, talentos e compartilhamento de riscos e recompensas*. Tudo para propiciar a colaboração entre eles ter como foco *uma nova “economia voltada para o bem comum”*.

A resolução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) publicada em julho de 2023 já listava *as seis “missões” a serem perseguidas pelo Brasil*. Elas são:

1. desenvolvimento de cadeias sustentáveis,
2. recursos digitalizados para a agroindústria,
3. resiliência do complexo econômico industrial do sistema de saúde para reduzir as vulnerabilidades do SUS,
4. expandir o acesso da população à bioeconomia,
5. descarbonização e transição energética, e
6. segurança para garantir recursos a futuras gerações.

O relatório sugere metas para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Entre elas:

1. o aumento da participação do setor agroindustrial no PIB para 50%, com a mecanização de 70% da agricultura familiar e o fornecimento de pelo menos 95% do mercado com maquinário e equipamentos nacionais produzidos de maneira sustentável;
2. a ampliação da produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e materiais médicos e tecnologias de saúde para 70% das necessidades nacionais;
3. a redução de 20% do tempo gasto pelos cidadãos entre o trabalho e suas casas;
4. transformação digital de 90% das indústrias brasileiras, para garantir sua parcela na produção nacional triplicar nos segmentos de novas tecnologias.

A ideia é o país reverter um *ciclo de desindustrialização* sem perder de vista o combate à mudança do clima e as desigualdades. Mazzucato sabe: a tarefa certamente não será simples em um país onde os recursos são alvo de arrastadas batalhas orçamentárias entre ministérios, unidades da federação e partidos políticos.

“Uma estratégia industrial orientada por missões exige o envolvimento de todo o governo. Isso significa pensar *o orçamento necessário para se produzir as grandes conquistas*, relacionadas às missões em áreas como saúde, clima e digitalização, mais em lugar de pensar apenas em orçamentos em nível ministerial.”

Em seu livro, Mazzucato cita estudos com proposições para “colocar a vida no centro da economia e não a economia no centro da vida”.

A missão só poderá ser cumprida com o envolvimento do grande público. Para isso, sugere uma grande estratégia de comunicação de modo a simplificar a mensagem para o cidadão comum se ver refletido nos objetivos do governo. A missão de criar “cadeias agroindustriais digitais e sustentáveis para alimentos, nutrição e segurança energética” poderia ser apenas “todo brasileiro terá acesso diariamente a três refeições saudáveis e sustentáveis”.

## Nova Estratégia Industrial Brasileira

*Missões* são mais bem-sucedidas quando são claras e inspiradoras, e tocam diretamente em questões a respeito das quais as pessoas se importam, afirma Mariana Mazzucato em artigo de opinião (Valor, 22/01/24) no dia do lançamento da *Nova Estratégia Industrial Brasileira*.

Essa nova estratégia industrial do Brasil sinaliza uma “mudança de maré” com potencial para colocar o país em um rumo de desenvolvimento econômico definido por um crescimento direcionado de modo a ser *sustentável, inclusivo e resiliente*.

A estratégia se dá em um contexto de um retorno das políticas industriais em diversas partes do mundo. Governos cada vez mais estão assumindo seu *papel na definição da forma como suas indústrias evoluem*.

Desde os investimentos de mais de US\$ 2 trilhões dos Estados Unidos em uma “estratégia industrial americana moderna”, em parte como resposta ao desenvolvimento industrial chinês guiado pelo Estado, até os investimentos de quase € 2 trilhões da União Europeia, a corrida pela nova etapa de desenvolvimento começou. No entanto, qual é o tipo dessa corrida, ultrapassada há muito *a fase de indústria nascente?*

Para assegurar a população e o planeta se beneficiarem, tais estratégias precisam ter como alvo solucionar desafios sociais fundamentais, desde os relacionados ao aquecimento climático, à saúde e ao bem-estar até os ligados à digitalização. Todos eles exigem a mobilização de investimentos públicos e privados em torno *a missões concretas*.

Elas devem ser firmemente dirigidas pelo governo, embora isso também exija inovação e investimentos em todos os setores da economia. Da mesma forma como a missão da viagem à Lua não exigiu apenas a inovação aeroespacial, mas também em nutrição, materiais, eletrônica e software, *qualquer missão relacionada ao clima exigirá investimentos em áreas diversas*, como as de alimentos, de construção, de transporte e de fontes de energia renovável.

Em vez disso, muitos países estão retornando a *velhas formas de estratégia industrial*, cujo foco é promover setores e tecnologias individuais, ou tratar o crescimento como se fosse a própria missão.

Uma abordagem orientada por missões é sustentada por uma visão holística ou sistêmica com a compreensão do papel do Estado na formação de uma economia. Desde logo, *ex ante*, isto é, nas decisões deve ser sustentável e pré-distributiva.

Isso contrasta com a ideia mais tradicional. Esta relega o papel do Estado a *corrigir falhas de mercado* e a *adotar uma colcha de retalhos de políticas isoladas*, nas quais se buscam objetivos econômicos separadamente dos ambientais e sociais. Hoje, exige-se *transdisciplinaridade!*

A estratégia industrial do Brasil orientada por missões, na qual Mazzucato disse ter sido uma honra de colaborar com informações, inclusive em seu relatório recente, almeja fazer os objetivos sociais, ambientais e econômicos estarem alinhados. Destaca o potencial de *transformar desafios* – como fome, mudanças climáticas e crises de saúde – em *oportunidades de negócios* e em *canais de investimento*.

Tal abordagem sistêmica e transdisciplinar tem potencial para gerar um *efeito multiplicador*, com cada real investido pelo governo trazendo um impacto amplificado no Produto Interno Bruto (PIB). A missão Apollo para levar um homem à Lua e trazê-lo de volta gerou, para cada dólar investido, um retorno de US\$ 5 a US\$ 7 em impactos econômicos, graças aos muitos problemas necessitados de ser solucionados terem desencadeado *inovações*, como telefones com câmera, cobertores aluminizados, fórmulas infantis e *softwares*.

A estratégia do Brasil orientada por missões poderia ajudar a *estimular o investimento das empresas em inovação*. No Brasil, situado distante das CGV (Cadeias Globais de Valor, na verdade, regionais) é historicamente baixo, para enfrentar problemas estruturais como a dependência em relação à agricultura e aos recursos naturais, contribuindo para a produção subir degraus na cadeia de valor e para, por exemplo, catalisar um ecossistema mais competitivo em torno aos serviços digitais.

Este, por sua vez poderia sustentar cadeias de abastecimento mais verdes. A própria Amazônia pode transformar-se em uma

oportunidade estratégica, por exemplo, por meio de uma missão de combate às mudanças climáticas e ao desmatamento. É necessário aproveitar a biodiversidade da região e envolver os mais diferentes setores, como agricultura, biotecnologia, saúde, água e turismo.

A jornada está apenas no início. Para essa abordagem ter sucesso, *a colaboração interministerial e intersetorial será crucial*. A estratégia industrial não pode ser apenas de responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio.

Todos os ministérios precisam estar engajados na conquista de objetivos comuns, alinhando as prioridades do governo. Por exemplo, cada ministério deve repensar a forma como usa seu *processo de compras públicas*.

A *estratégia industrial do Brasil* foi elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), integrado por 20 ministros e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Logo quando a estratégia for implementada, será importante dobrar os esforços em prol de uma abordagem de inclusão de todo o governo.

De forma importante, essa estratégia exigirá uma agenda paralela de transformação do Estado. Isso significa investir na capacidade do serviço público, em vez de encolhê-lo ou desmantelá-lo, como outros governos golpistas e neoliberais, fizeram em nome da austeridade, ou de terceirizar funções essenciais para grandes firmas de consultoria, enfraquecendo a capacidade dos governos de enfrentar desafios complexos. Mazzucato mostra isso no seu último livro, *“The Big Con”* (2023).

Os governos precisam ter capacidades dinâmicas, incluindo, por exemplo, a habilidade de trabalhar efetivamente entre ministérios, de estruturar uma governança digital sólida e de criar parcerias público-privadas para maximizar o valor público. Eles também precisam de instituições como as empresas estatais orientadas por missões.

A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), a FINEP e o BNDES, por exemplo, podem ser aproveitados como veículos para colocar em prática a estratégia industrial do governo e para estruturar e canalizar o financiamento à pesquisa e desenvolvimento, à inovação e ao desenvolvimento

empresarial, em apoio a suas missões. Soma-se à EMBRAPA na agroindústria.

De forma vital, o *processo de compras públicas*, no Brasil representando cerca de 12% a 15% do PIB, pode se tornar uma *alavanca estratégica*, desenvolvendo mercados internos de modo a oferecer novas oportunidades para as empresas, inclusive as pequenas e médias, e criando demanda para produtos cruciais para resolver grandes problemas. Todos os ministérios podem ver as compras públicas como uma oportunidade para estimular a inovação, por exemplo, para melhorar os serviços públicos e a infraestrutura, desde os transportes até à forma como as escolas são construídas.

*Inovação* é esperada por parte de empresas dispostas a trabalhar com o governo na transformação. O governo do Brasil está posicionando *o uso estratégico das compras públicas* como um motor central de sua estratégia industrial, inclusive por meio de seu Novo Programa de Aceleração do Crescimento.

Somada a disposições concedentes de preferência às empresas brasileiras, a abordagem do Brasil para as compras públicas poderia exigir condições do setor privado para permitir o acesso a contratos públicos, com o objetivo de maximizar o seu valor público. Por exemplo, Mazzucato cita condições relacionadas a:

1. o alinhamento com as missões do governo;
2. o acesso e à acessibilidade em termos de custo;
3. o compartilhamento de lucros e de direitos de propriedade intelectual; e
4. o reinvestimento em atividades produtivas, como pesquisa e desenvolvimento e formação de trabalhadores, em vez de em atividades improdutivas, como recompras de ações.

O recém-retomado *Complexo Econômico-Industrial da Saúde* (CEIS) do Brasil é um bom exemplo da mentalidade orientada por missões do governo como um todo necessária para o sucesso da estratégia industrial do Brasil. O CEIS transforma os desafios da saúde em oportunidades de inovação e investimento.

Em parte, por meio do uso das compras públicas e das Parcerias de Desenvolvimento Produtivo, *condicionam o acesso ao mercado interno a acordos de transferência de tecnologia*. O CEIS expandiu o acesso a produtos de saúde estratégicos, como as vacinas contra a covid-19, ao mesmo tempo fortalecendo a capacidade do Brasil para desenvolver e fabricar esses produtos e reduzir preços.

A estratégia industrial brasileira também estará bem servida por uma abordagem ponderada quando se refere ao *envolvimento dos cidadãos*, para estimular a confiança e adesão. O CNDI inclui 21 representantes da sociedade civil, provenientes de organizações industriais e trabalhistas, e tem se engajado com muitos outros, o que é um bom começo.

As missões, porém, são mais bem-sucedidas quando são claras e inspiradoras, e tocam diretamente em questões a respeito das quais as pessoas se importam - por exemplo, sua saúde, o acesso a alimentos nutritivos e as mudanças climáticas.

Em suma, segundo Mazzucato (Valor, 22/01/24), o Brasil está no caminho certo para demonstrar ao mundo o necessário para *levar a sustentabilidade e a inclusão ao cerne da estratégia industrial*. Para fazer isso, contudo, terá de *evitar a tentação de moderar a capacidade transformacional do Estado* e manter um grande foco na promoção de um serviço público confiante, capaz e coordenado.

Deve assegurar, ao mesmo tempo, as vozes daqueles antes abandonados estarem à mesa para ajudar a definir um novo rumo radical para o crescimento econômico. Chega de *laissez-faire* ineficaz!

## Detalhamento da Nova Política Industrial

A nova política industrial do governo social-desenvolvimentista brasileiro, anunciada no dia 22/01/24, prevê cerca de R\$ 300 bilhões em aportes até 2026, via financiamento, subsídios e participação acionária em projetos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice, Geraldo Alckmin, disseram o valor ser suficiente para modernizar o parque fabril. Empresários presentes na solenidade viram apenas “um bom começo”.

As medidas foram alvo de críticas e elogios. Economistas desenvolvimentistas disseram ser um bom ponto de partida para incentivar setores da economia nacional. Economistas neoliberais, adeptos do eterno "*laissez-faire*", criticaram a repetição de fórmulas antigas porque elas não teriam funcionaram em gestões anteriores do Partido dos Trabalhadores. *Eles reciclaram o anacrônico anticomunismo com o persistente antipetismo...*

Sempre priorizando o "livre-mercado" sem interferência estatal, paradoxalmente, criticam o governo por conceder prioridade a conteúdo nacional em compras públicas. Alegam esse fator ter o risco de afastar o país das cadeias globais de produção. Ora, as transnacionais não desejariam explorar um relativamente grande mercado interno?

Diante da tradicional reação conservadora, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, negou o governo estar retomando a *política de campeões nacionais* dos primeiros governos do PT. "Não vamos escolher parceiros", disse.

O mercado financeiro reagiu com cautela ao anúncio. O dólar subiu e a bolsa fechou em baixa... por um dia e devido a fatores internacionais.

Os neoliberais questionam também se haverá ou não *uso do dinheiro público para subsidiar parte da nova política*. Isso colocaria em xeque as sagradas regras fiscais.

Mercadante sinalizou: a parte do BNDES será financiada a partir de *funding* próprio. Dos R\$ 300 bilhões previstos, R\$ 271 bilhões são financiamentos, R\$ 21 bilhões são créditos não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões em aportes diretos nas empresas, para compra de ações.

Batizado de "Mais Produção", o plano foi dividido em quatro eixos: *Inovação, Exportação, Produtividade e Descarbonização*. A maior parte dos recursos, cerca de R\$ 250 bilhões, será disponibilizada pelo BNDES, ficando o restante sob a gestão da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (EMBRAPII).

*As políticas de incremento da produtividade industrial* receberão a maior parte dos recursos: R\$ 182 bilhões. O pacote prevê linhas de

crédito do BNDES com taxas a partir de 5,5% ao ano. Também estão contemplados um programa de expansão de banda larga e outro para digitalização de 90 mil pequenas e médias empresas industriais.

O eixo de *Inovação* terá R\$ 66 bilhões. Nesse caso, as linhas cobrarão a TR (Taxa Referencial).

Segundo Alckmin, o instrumento “equaciona” a questão do financiamento à inovação na indústria. A questão do *financiamento para pesquisa e inovação* está bem equacionada, porque é TR, sem passar de 5% ao ano. Viabiliza a alavancagem financeira do setor.

Alckmin, também no comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ressaltou o eixo de inovação ter também uma parte de recursos da Finep sem serem reembolsáveis, ou seja, *aportes a fundo perdido*.

A *política de subsídios ao setor produtivo*, sobretudo por meio do BNDES, foi alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU), durante o golpismo contra as gestões anteriores do PT. Apesar disso, o governo segue defendendo a medida, tida como essencial para garantir a competitividade da indústria. Há diversas experiências internacionais no mesmo sentido. *Não há prioridade com neutralidade!*

O *apoio à exportação* ficou com R\$ 40 bilhões. As linhas do BNDES pré e pós-embarque de bens serão remuneradas pela TLP (Taxa de Longo Prazo), pela Selic e taxas ligadas ao Tesouro dos EUA.

Mercadante aproveitou a ocasião para pedir autorização do Congresso para a instituição voltar a *financiar serviços no exterior*, operação encerrada após o golpismo da Lava-Jato. “O Brasil perdeu muito da engenharia nacional e, sem exportar o serviço, não terá competitividade de escala apenas no âmbito interno”, disse.

Por fim, o *eixo de descarbonização* terá R\$ 12 bilhões em recursos do Fundo Clima sob gestão do BNDES. Os projetos industriais enquadrados nessa categoria terão acesso a linhas de financiamento com taxas a partir de 6,15% ao ano. Também está previsto *um fundo para investimento em minerais críticos*, caso do lítio (“petróleo branco”), usado na produção de baterias de veículos

elétricos. O banco deve ter participação acionária nesses projetos, tidos como *estratégicos para o país*.

## Neoliberais sem Autocrítica

*Ladainha* é uma falação fastidiosa por estar sempre repisando as mesmas ideias. É uma enumeração longa e cansativa de dogmas com repetição monótona e tediosa de queixas e recriminações, no caso do neoliberalismo, contra o Estado. *É um lenga-lenga...*

A pregação do *credo neoliberal*, todos os dias no jornalismo econômico brasileiro, não sofre variação nem demonstra novidade há quatro décadas. É maçante, enfadonho, *monótono* por ter um único tom.

Confira os **10 Mandamentos** dessa prece litúrgica, estruturada na forma de curtas invocações a O Mercado como Deus – *onipresente*, mas inconsistentemente *onipotente* e *onisciente*, pois se anuncia o futuro perde o poder de o alterar.

1. *Livre Mercado e Desregulamentação*: neoliberalis pregam a crença no livre mercado como a força eficiente (e suficiente) na alocação de recursos e desregulamentar tudo para o mercado funcionar sem intervenções estatais.
2. *Menor Intervenção Estatal na Economia*: advogam por um papel limitado do Estado na economia, argumentando as intervenções criarem distorções no funcionamento de O Mercado.
3. *Privatização de Empresas Estatais*: propõem transferir a propriedade e a gestão para o setor privado, alegando isso promover a eficiência e a competitividade.
4. *Redução dos Gastos Públicos*: especialmente em áreas como assistência social, saúde e educação, a fim de promover a responsabilidade fiscal e equilibrar o orçamento público.
5. *Crença na Autorregulação dos Mercados*: porque a competição naturalmente ajusta os preços e incentiva a eficiência – uma “palavrinha-mágica” repetitiva.

6. *Foco na Estabilidade Monetária*: priorizam a estabilidade dos preços e a política monetária de controle da demanda agregada como o meio de evitar a inflação.
7. *Livre Comércio e Globalização*: são favoráveis ao livre comércio internacional e à globalização, novamente, por promover a eficiência econômica e o crescimento.
8. *Teoria dos Bens Públicos*: defendem apenas alguns bens (como defesa nacional, justiça e aplicação da lei) serem apropriados para fornecimento público, enquanto outros são mais eficientemente entregues pelo setor privado.
9. *Meritocracia e Desigualdade Aceitável*: defendem uma sociedade baseada em méritos, onde o sucesso individual, desde “a sorte do berço”, é recompensado e a desigualdade é vista como um resultado natural do funcionamento de O Mercado.
10. *Crítica às Políticas de Bem-Estar Social*: políticas de bem-estar social extensivas podem criar incentivos perversos e desincentivar a busca de trabalho.

No filme “*Casablanca*”, lançado em 1942, quando o protagonista Rick atira em um oficial nazista e o capitão francês está ao seu lado, na chegada de seus policiais, simplesmente diz: – “Mataram o major, prendam os suspeitos de sempre”.

A referência “os suspeitos de sempre” se tornou um clichê em todo mundo. No Brasil, sempre quando acontece algo na política econômica a ponto de chamar atenção da opinião pública, exigindo um *debate público plural* para esclarecimentos dos diversos pontos de vista existentes entre economistas de Escolas de Pensamento antagônicas, a primeira reação da “grande” (sic) imprensa brasileira é sempre essa: entrevistar só “os suspeitos de sempre”. Dá palanque apenas para os economistas neoliberais se manifestarem contra “o governo do PT”.

Normalmente, as *denúncias vazias (e repetitivas)* pregam aquela ladainha monótona de priorizar o ajuste fiscal, para evitar uma dívida pública ou uma inflação potencial. É repetida *ad nauseam*, cotidianamente, no jornalismo econômico brasileiro.

Sem imaginação, neoliberais brigam contra os números! Há uma inflação inercial sob controle há 20 anos (exceto em 2015 e 2021), uma relação dívida pública / PIB estável – e uma *economia estagnada* na Era do Neoliberalismo desde 1980!

Na verdade, a única prioridade dos apoiadores da gente rica é evitar a “eutanasia dos rentistas”, quando a taxa de inflação supera a taxa de juros prefixada, e o aumento da carga tributária progressiva. Imposto sobre Grande Fortuna nem se discute.

Por exemplo, sobre o plano industrial, anunciado pelo governo no dia 22/01/24, foi visto com temor por “especialistas” (jornalistas escondem assim suas fontes de sempre) ou entre “economistas” (outra ocultação para não queimar a reputação profissional junto a colegas) de a política ser “mais do mesmo”. Tudo de novo já teria sido visto em gestões petistas passadas, impondo um custo fiscal elevado.

Os críticos sequer analisaram a nova política industrial (NPI) e já se colocaram *contra* em nome de uma visão do passado, ideológica e preconceituosa, adotada *a priori* por eles. Sem estudar, por exemplo, os livros recentes da Mariana Mazzucato, dizem apenas o lugar-comum dos ignorantes de tudo novo: “é mais do mesmo”. *Não li, mas sou contra!*

O jornalismo econômico brasileiro é, praticamente, uma sucursal ou porta-voz exclusivo dos economistas da FGV-RJ, da PUC-Rio e, mais recentemente, do INSPER. Curiosamente, não consultam ninguém das cinco primeiras colocadas no Ranking de Cursos de Graduação (RUF 2023) em Economia: USP, UNICAMP, UFMG, FGV-SP, UFRJ. A FGV-RJ só vem depois em 6º. lugar, acima da PUC-Rio em 11º. e do INSPER em 14º.

Para desqualificar logo o anunciado, dizem a NPI não ter *metas concretas e objetivas*, inclusive *metas intermediárias*. Leia-se: falta números fantasiosos típicos de suas consultorias.

Em uma platitude atemporal, acusam-na de ser focado muito nos meios e pouco nos fins. As seis *missões* estabelecidas no plano com *metas, desafios, áreas prioritárias e ações* foram:

1. cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais,

2. complexo econômico industrial da saúde,
3. infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade,
4. transformação digital da indústria,
5. bioeconomia, descarbonização e transição energética, e
6. tecnologia para a soberania e a defesa nacionais.

São criticadas por ainda estarem “genéricas”!

Desde logo, os neoliberais afirmam: a volta do “conteúdo local” seria “péssima” por definir uma proporção de investimentos nacionais a ser aplicados na produção de certo bem ou serviço. A alegação deles é “países com indústria eficiente importarem muito”, sem salientar uma diferença crucial: *com crescimento é normal se importar mais* – e não vice-versa, ou seja, importação não gera crescimento.

Se é conteúdo local, na visão neoliberal, o *contribuinte* sempre paga, se é barreira comercial, o *consumidor* paga. É o pensamento “Tico-e-Teco” (2 *neurônio sem S*)...

Acusam: “as políticas industriais adotadas no passado petista tiveram alto custo fiscal e foram ineficientes, gerando má alocação de recursos”. Desde logo, não analisam as circunstâncias políticas sabotadoras da continuidade do PAC no governo Dilma II. Tampouco observam, entre outros sucessos, o MCMV, a evolução da mobilidade urbana e o sucesso do plano de investimento da PETROBRAS no pré-sal. A economia brasileira está se tornando uma grande exportadora de petróleo!

Pior na ladainha neoliberal é *a queixa de sempre*: “as contas públicas estão no vermelho, o impacto do mau uso dos recursos públicos gera efeitos ainda mais negativos na economia”. Apontam os juros reais elevados e o não crescimento do investimento privado por conta de o governo não ter superávit primário!

A inflação inercial brasileira se relaciona com déficit primário?! O juro arbitrado pelo Banco Central do Brasil vem de pressão da demanda agregada causada pelo governo?!

A priori, dizem ter “muita dificuldade de acreditar” o plano ser capaz de funcionar e exercer efeitos positivos à frente. “É mais do mesmo” a política industrial ou a crítica?

“A gente precisaria fazer o contrário, ter uma contenção de gastos”, afirma o “çábiu” (sic). Morre de saudades da famigerada Lei do Teto, mantenedora da estagnação. Não enxerga o possível efeito do crescimento da renda nacional sobre a arrecadação fiscal.

Sem análise do possível dinamismo, mantém um *raciocínio estático*, tipo “cobertor curto”. “Se esses empréstimos do plano industrial forem concedidos com taxas de juros abaixo de mercado, o Tesouro terá de bancar uma *conta de equalização de juros* no Orçamento, aumentando a despesa da União. Comprimirá os demais gastos e gerará pressão sobre a meta de resultado primário”.

“Para conceder os subsídios, o governo tem de tirar dinheiro do contribuinte com maior carga tributária”. Ora, o BNDES não captará de investimentos em LCD (Letras de Crédito para o Desenvolvimento)? *Empréstimos criam depósitos!*

Outro neoliberal critica a priori o programa anunciado pelo governo por não combater, segundo sua sapiência, o principal problema da indústria de transformação do país: *a baixa produtividade*. Deveria rever seus conceitos. A produtividade só aumentará com a retomada do crescimento industrial em longo prazo, acompanhado de inovações.

É preciso “desenhar” para ele: produtividade = PIB/N, isto é, produção pelo número de trabalhadores ocupados. Serviços urbanos têm baixa produtividade e indústria avançada em tecnologia tem alta produtividade. Sem o setor industrial, o Brasil não fará a passagem de um país de renda média para um país de renda alta. É simples assim...

## Financiamento da Nova Política Industrial

Apesar de a nova política industrial do governo, lançada no dia 22/01/24, despertar receios entre economistas fiscalistas com o uso de recursos públicos para financiar investimentos, os desembolsos previstos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) nessa iniciativa estão, em sua maioria, dentro da programação orçamentária da instituição para os próximos anos. “Não haverá aporte do Tesouro diretamente no BNDES [para suportar a política industrial]”, disse ao Valor (24/01/24) José Luis Gordon, diretor de desenvolvimento produtivo, inovação e comércio exterior do banco.

Dos R\$ 300 bilhões a serem aplicados até 2026 na nova política industrial, R\$ 250 bilhões (83% do total) devem sair do BNDES. O número inclui empréstimos a taxas de mercado, subsídios implícitos para inovação a custo de Taxa Referencial (TR) e aplicações de capital em fundos de investimento (*Private Equity*). Dentro do total, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) também terá participação, inclusive apoiando projetos não reembolsáveis (ver quadro abaixo).

## De onde vem o dinheiro

Plano mais produção, em R\$ bilhões

Ação	Valor	Participação %	Eixos	Fonte
Financiamento com taxas de mercado	193	64,3	Produtividade exportações	FAT e captações BNDES
Financiamento com subsídio financeiro - BNDES	58	19,4	Inovação e digitalização descarbonização	FAT, Fust, Funttel e Fundo Clima
Financiamento com subsídio financeiro - Finep	20	6,7	Inovação	FNDCT
Recursos não reembolsáveis - BNDES	1	0,3	Inovação	FNDCT
Recursos não reembolsáveis - Finep	20	6,7	Inovação	FNDCT
Fundos de investimento (renda variável)	8	3,0	Inovação descarbonização	Recursos próprios do BNDES e investidores privados
<b>Total</b>	<b>300</b>	<b>100</b>		

Fonte: BNDES

No caso do BNDES, o custo dos empréstimos se vincula à Taxa de Longo Prazo (TLP), mas os empréstimos também poderão estar indexados ao dólar no caso de captações externas ou via Fundo Clima (“*green bonds*”). Haverá ainda subsídios via TR para *inovação*.

O banco também aposta em poder captar, no futuro, recursos para emprestar, inclusive à indústria, via Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD), dependente de aprovação do Congresso, como LCI e LCA, títulos financiadores, respectivamente, dos setores imobiliário e agropecuário. Quando eu estava como VP da Caixa, minha equipe conseguiu a isenção fiscal para os investidores Pessoas Físicas de LCI, tornando-o um título competitivo. O Banco do Brasil copiou a demanda depois. Agora, é a vez do BNDES.

Uma das razões é o BNDES financiar com prazos longos e os projetos financiados demorarem a amadurecer. O orçamento do banco precisará de mais recursos em 2025 ou 2026, inclusive para financiar a indústria, mas isso é algo dependente do crescimento da retroalimentação da economia.

No fim de dezembro de 2023, o diretor financeiro do banco, Alexandre Abreu, previu em 2024 o banco desembolsar entre R\$ 130 bilhões e R\$ 160 bilhões, acima dos R\$ 115 bilhões a R\$ 120 bilhões do ano passado. O número oficial será conhecido quando o BNDES divulgar o balanço do quarto trimestre, em março do ano corrente.

O objetivo da atual gestão do BNDES, sob o comando de Aloizio Mercadante, é fazer o banco voltar a crescer, mas de forma gradual. A meta é chegar a 2026 com o banco tendo um peso na economia equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O percentual corresponderia a um desembolso de cerca de R\$ 200 bilhões por ano.

Hoje, o BNDES não tem recursos (“*funding*”) para sustentar esse ímpeto. O disponível dá para garantir participação de cerca de 1,3% no PIB. Mas, se aprovar a LCD, poderá ganhar fôlego para captar e emprestar mais, embora haja dúvidas no mercado sobre a capacidade desse título de levantar dinheiro em escala para financiar, por exemplo, projetos de infraestrutura em prazos longos, de cinco ou dez anos. Ora, vejam o LCI/LCA.

Gordon, o diretor de desenvolvimento produtivo do BNDES, disse: o programa anunciado pelo governo, chamado de “Mais Produção”, é uma forma de mostrar ao setor produtivo a disponibilidade de recursos para os próximos anos, algo semelhante ao que acontece na agricultura. “É o Plano Safra da indústria”, comparou.

A iniciativa foi dividida em quatro eixos: *inovação, exportação, produtividade e descarbonização*. Na exportação, o banco espera voltar a financiar serviços e quer criar uma agência dedicada à exportação, o BNDES-EXIM, um pleito entre idas e vindas já com quase 20 anos.

Dos R\$ 300 bilhões anunciados, R\$ 271 bilhões estão previstos para serem concedidos em operações de crédito. Há ainda R\$ 21

bilhões em linhas não reembolsáveis e R\$ 8 bilhões em aporte de capital.

Esse dinheiro não será usado para comprar mais ações de empresas, mas para estruturar Fundos de investimento nos quais o BNDES entra como âncora e traz o mercado junto. A conta dos R\$ 300 bilhões considera também R\$ 77,5 bilhões ou 26% foram aprovados em 2023, a maior parte pelo BNDES, mas também pela FINEP. Pretende-se fazer o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) aderirem ao programa.

O Mais Produção é importante para a economia crescer e ter ganhos de produtividade. Sem citar quais exatamente, o jornalismo econômico brasileiro afirma genericamente: "há estudos mostrando, porém, as iniciativas anteriores, em outras gestões do PT, não foram capazes de aumentar a produtividade da economia mesmo com o BNDES injetando dinheiro subsidiado aos bilhões, em setores específicos com a alcunha de os 'campeões nacionais'."

O jornalismo irresponsável cita o nome da escolha de determinados setores com apoio do Estado em outra versão de política industrial, mas não diz nada sobre empresas brasileiras bem-sucedidas por isso, como é o caso da JBS.

Ela se tornou uma multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos. Com sede na cidade de São Paulo, a Companhia está presente em mais de 20 países com mais de 270 mil colaboradores.

Houve sim ganhos de produtividade. Não vai conseguir se financiar a produção de máquinas e equipamentos, inclusive os agrícolas, no país sem o BNDES.

Entre economistas ortodoxos, argumenta-se o alto grau de subsídio do BNDES, no passado, ter empurrou para fora os bancos privados na concessão de crédito às empresas. Eles nunca financiaram em longo prazo devido à inflação!

O segmento privado no mercado de capitais só voltou ao jogo depois de o BNDES ser "sucateado", de 2016 a 2022, período quando foi instituído a TLP como principal taxa de referência dos empréstimos. O receio dos derrotados na eleição de 2022 é agora,

com a nova política industrial, está em os vistos por eles como “erros do passado” se repetir. *Perdeu, mané!*

O diretor do BNDES diz: “Estamos alinhados com as previsões orçamentárias do governo, o BNDES está alinhado com política do ministro Haddad [Fernando Haddad, da Fazenda]. O banco não vai usar recursos do Tesouro”. Mas apesar das projeções do banco indicarem um número limitado de subsídios nos empréstimos da nova política industrial, O Mercado se preocupa... ‘tadinho, o *laissez-faire* saiu de cena...

O governo social-desenvolvimentista está tirando do papel novos projetos para gerar crescimento. Mas a política econômica está associada à restrição fiscal do Executivo, daí os críticos neoliberais denunciam está sendo ressuscitadas alternativas financeiras criativas para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) cumprir sua missão socioeconômica. Sem rigor analítico, dizem ser nos moldes vistos no passado.

Essa é a percepção de economistas neoliberais críticos retrógrados da instituição invejada no mundo sem equivalente a ela (exceto na Alemanha e nos BRICS). O plano da NIB (Nova Indústria Brasil) reforçou essa leitura conservadora, costumeira na “grande” (sic) imprensa brasileira, e tacanha em favor da inércia governamental como se observou de 2016 a 2022.

O BNDES vai gerenciar R\$ 250 bilhões em projetos focados em produtividade, inovação, digitalização e descarbonização na indústria nacional. Boa parte de recursos vem de fundos existentes. Eles já se preveem subsídio e repasses não reembolsáveis (sem expectativa de retorno) em parcela das liberações.

**Fluxo do Novo Indústria Brasil**  
Entenda de onde vem e qual é o destino previsto para os R\$ 300 bilhões do plano

Recursos, em R\$ bilhões	De onde vem	Para onde vai
Financiamentos com taxas da mercado	193 FAT* e captações do do BNDES	Exportações e projetos que promovam produtividade
Financiamentos com subsídio financeiro do BNDES	58 FAT, Fust, Funtel e Fundo Clima*	Projetos voltados a inovação, digitalização e descarbonização
Financiamentos com subsídio financeiro do Finep	20 FNDCT*	Inovação
Fundo perdido pelo Finep	10 FNDIT*	Inovação
Fundos de investimento de renda variável	8 Recursos próprios do BNDES e investidores privados	Fundos de ações dedicados a inovação e descarbonização
Fundo perdido pelo BNDES	1 FNDIT*	Inovação

O diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do banco, economista Nelson Barbosa, ministro do Planejamento e da Fazenda no governo de Dilma Rousseff, afirma não existir “volta ao passado”.

“Na NIB, por exemplo, 64% dos recursos são financiamentos com taxa de mercado”, afirma Barbosa (FSP, 27/01/24). Ele refuta a análise de o banco ter engatado uma volta ao passado, rumo aos subsídios, uma nova versão da “política de campeões nacionais” e projetos sem metas —crítica repetida incessantemente pelos neoliberais, após o anúncio de a instituição bancar R\$ 250 bilhões no plano Nova Indústria Brasil.

“A maior parte do planejado agora é com *taxa de mercado*. O sem taxa direcionada é bem específico: *Fundo Clima e inovação*”, afirma. “Quem diz o plano não ter meta e prazo é *quem não leu e não gostou*.”

Barbosa confirma: o PT identificou os problemas de programas anteriores, fez correções e autocrítica, apesar de alguns, por “viés ideológico”, não admitirem as mudanças. Apoiavam o governo golpista de Temer e a aliança neoliberalismo-neofascismo do governo anterior.

“Houve excessos. Mas esses excessos foram eliminados, diga-se de passagem, ainda no governo da presidente Dilma. O PSI [Programa de Sustentação do Investimento, criado em 2009 para estimular a produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação] acabou em 2015, quando eu estava no Ministério do Planejamento, e o Joaquim Levy, na Fazenda”, afirma Nelson Barbosa.

*A autocrítica é o esporte preferido da esquerda. A gente já está na fase da autocrítica à autocrítica. Pode ser não ter ocorrido a autocrítica desejado por alguns neoliberais. Seria abraçar suas teses!*

Isso pode criar uma frustração para quem apoiou o projeto passado, usado no golpe de 2016 – e dado errado nas urnas em 2022. Não se pode resolver esse problema para os derrotados eleitoralmente.

Erros do passado já foram reconhecidos e consertados dentro do próprio governo do PT. Agora, para ideólogos de direita, não há

autocrítica suficiente. Isso é mais um problema psicológico de quem cobra a autocrítica em vez da proposta do governo em si.

É muito difícil você convencer alguém de alguma coisa quando o emprego dela depende de ela não entender o que você está explicando. Tem uma parte das críticas nada mais além disso: *o viés ideológico*. No caso de críticas válidas, ouve-se e aperfeiçoa-se.

Entre os sinais capazes de denotar a volta de riscos, na avaliação de economistas neoliberais, estão as mudanças em taxas de financiamento e fontes de recursos.

Nos últimos seis anos, o BNDES foi obrigado a usar a TLP (Taxa de Longo Prazo), taxa de juro de mercado, sem subsídio. Com a volta do governo social-desenvolvimentista, começaram as flexibilizações, porque sem a taxa de retorno alavancada não se atrai investidores, inclusive globais, para investimento com retorno em longo prazo.

Um exemplo é a proposta do projeto de lei 6.235. Além da TLP original, prevê taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e amplia o uso da Selic. Esta é uma taxa de referência para a captação em CDI.

O texto ainda abre caminho para o CMN (Conselho Monetário Nacional) altere a metodologia de cálculo das taxas prefixadas.

O BNDES argumenta não haver risco de perdas para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), fonte de financiamentos. A mudança vai favorecer o tomador para investir nas metas do plano.

“O FAT vai receber a mesma remuneração, mas vai haver um benefício para o cliente”, afirma o diretor Financeiro e de Crédito Digital para MPMEs (Micro, Pequenas e Médias Empresas) do BNDES, Alexandre Abreu.

“Depósitos especiais ou disponibilidade já são remunerados pela Selic, mas é preciso fazer um *hedge* [proteção], o que eleva o custo final em 0,2%. Com a mudança, o custo vai cair”, diz Abreu.

O economista Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper e colunista da Folha, um “suspeito de sempre” como neoliberal e antipetista assumido, prefere cautela em relação às alterações em curso no banco.

Confira a leviandade do argumento dele: “os valores dos subsídios são baixos, mas políticas equivocadas começaram de pouquinho, mas depois engordam”.

A principal fonte de preocupação, monitorada por todos fiscalista, ainda não deu sinal de problemas: a relação com o Tesouro Nacional.

Os governos anteriores do PT emitiram títulos de dívida pública a taxa de mercado, transferiram para o banco público porque ele não tinha fonte de captação de *funding* no mercado para sua atuação anticíclica, após a GCF 2008. Ele emprestava a uma taxa menor diante da captada.

De 2008 a 2014, essas transferências geraram um passivo avaliado em R\$ 532 bilhões em valores superestimados no governo golpista pós-2016, quando iniciaram as negociações para a devolução.

“É um dinheiro muito grande para o legado baixo deixado. Não houve aumento da produtividade no Brasil”, afirma o economista Pedro Cavalcanti Ferreira (EPGE-FGV), contumaz anticomunista/antipetista, demonstrando desconhecimento nas áreas de desenvolvimento e crescimento. Ignora produtividade depender de crescimento!

Ferreira relembra, mais uma vez, a narrativa golpista, usada em todos seus artigos há mais de 10 anos, contra a chamada Nova Matriz Macroeconômica e a política de “campeões nacionais” do BNDES. Ela elegeu setores exportadores e até empresas para virarem multinacionais de origem brasileira para receber o grosso dos recursos e favorecer o superávit obtido no balanço comercial brasileiro. Para o neoliberal, importa apenas ter gerado inúmeras distorções na “livre-competição” (sic).

Para ele, a indústria naval não se sustenta sem subsídio. Quando perdeu, fechou. As empresas de carne não precisavam do dinheiro, e o BNDES ajudou a criar oligopólio no setor. Grupos brasileiros globais, aptos a emissões, preferiram os financiamentos baratos do banco público em vez dos caríssimos da banca privada brasileira ou do raquítico mercado de capitais brasileiro.

“O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, tem dados para alegar, apesar de a política dos campeões nacionais não ter dado certo, o banco não teve prejuízo, mas não é verdade. O dinheiro usado veio de impostos, Tesouro e FAT. Toda a sociedade brasileira pagou por isso e perdeu”, diz Ferreira iludindo como sempre a opinião pública.

O que reforça a desconfiança no destino do BNDES é o comportamento do próprio governo do Partido dos Trabalhadores. Tem sinalizado ímpeto intervencionista, avalia uma histórica antipetista, Cristina Schmidt, consultora e professora da FGV (FSP, 28/01/24).

Para a provável bolsonarista, “o governo petista pressionou por uma cadeira na Vale, uma empresa de mercado, para o ex-ministro Guido Mantega. Atua para ter voz de comando na Eletrobras, já privatizada. Com a Petrobras, retoma as obras da refinaria Abreu e Lima, símbolo de dinheiro malgasto e corrupção”.

A antipetista ainda diz sem pudor: “Não é segredo para ninguém: governo do PT acredita em o Estado resolver o problema do setor privado melhor até diante do próprio setor privado, e até hoje não apresentou uma avaliação de custo-benefício das políticas intervencionistas adotado no passado, deram errado e nos levaram a uma das maiores recessões da história”, afirma ela sem fazer uma avaliação do exportado pelos “campeões nacionais”, entre os quais a Petrobras, a Vale, a JBS e todo o agronegócio beneficiados pelo BNDES.

Sem apresentar nenhum embasamento analítico profundo, denuncia: “É nítido: já estão inchando o BNDES, e há risco de a gente entrar no *'recordar é viver'* de políticas públicas erradas.” Lamentável.

O diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luiz Gordon, sente a instituição está sendo vítima de análises precipitadas. Cita como exemplo a redução de *spreads* (diferença da taxa de captação do banco com a de concessão do financiamento), por decisão comercial. Foi, erroneamente, interpretada como redução de juros, como ocorreu com a linha de exportação e com o Fundo da Marinha Mercante.

“A redução de *spread* da linha de embarques, em um ano, superou o resultado dos últimos quatro anos somados e elevou a diversificação, beneficiando a exportação de setores como saúde, máquinas e equipamentos, ônibus”, afirma Gordon.

“Na linha naval, é o mesmo. Redução de *spread*, não dos juros, para um setor sofrendo uma pressão internacional gigante, sujeito a multas se não adotar combustível sustentável, o que vai encarecer a operação.”

## 5 MEDIDAS CONSIDERADAS ARRISCADAS ENVOLVENDO O BNDES

### 1. ALTERAÇÕES NOS INDEXADORES DOS EMPRÉSTIMOS DO BNDES, PREVISTAS NO PL 6.235

#### **Medidas:**

Além da TLP (Taxa de Longo Prazo) original, será possível aplicar taxas prefixadas, de três ou cinco anos, e também utilizar a Selic

O texto ainda abre caminho para que o CMN altere a metodologia de cálculo das taxas prefixadas

#### **Problemas apontados pelos neoliberais:**

Há risco de descasamento entre a remuneração que o BNDES paga ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o custo de financiamento do Tesouro. O FAT faz parte das contas do Tesouro.

O financiamento com Selic pressupõe subsídio, porque a taxa não é usada no mercado privado.

A lei permite alteração na estrutura de cálculo das taxas pelo CMN, o que pode afetar a credibilidade dos indicadores.

#### **Contraponto do BNDES:**

O BNDES não vai emprestar a várias taxas e remunerar o FAT somente por uma taxa. O banco busca mais flexibilidade para adequar a taxa de captação à taxa de empréstimo.

Se o cliente quiser taxa fixa, o BNDES remunerará o FAT à taxa fixa, e, se cliente quiser Selic, remunerará o FAT à Selic. Isso já acontece desde 1995 em financiamentos para exportações. O BNDES remunera o FAT pela variação cambial acrescida da SOFR (que substituiu a Libor).

## 2. APLICAÇÃO DA TR

### **Medida:**

Está autorizado o uso em até R\$ 5 bilhões por ano de financiamentos voltados a projetos de inovação, com a possibilidade de o CMN aumentar o valor sujeito a financiamento

### **Problemas apontados pelos neoliberais:**

Tem subsídio, com transferência de risco para o FAT, e falta de clareza sobre o que seja "inovação".

### **Contraponto do BNDES:**

É um subsídio implícito aprovado pelo Congresso em 2023 com o limite de até 1,5% do estoque do FAT. O limite pode ser ampliado pelo CMN, mas o BNDES não está pleiteando aumento e o valor divulgado na política industrial segue o limite estabelecido na lei.

Os critérios definidores de o que é inovação estão em resolução do CMN, e o banco não financia 100% dos projetos com TR.

Há limite por operação e tomador, e o programa incluirá prestação de contas e cálculo de custo e benefício.

## 3. CRIAÇÃO DA LCD

### *Medidas:*

A LCD (Letra de Crédito de Desenvolvimento) vai permitir p BNDES vá a mercado captar R\$ 10 bilhões por ano.

### **Problemas apontados pelos neoliberais:**

O CMN pode autorizar aumento do valor das emissões, transformando o BNDES em concorrente do Tesouro ou de instituições privadas, elevando os juros de mercado.

O *pool* de poupança para ser emprestado não muda. Se entra um novo produto, com vantagens (isenção fiscal) para roubar clientes dos outros tomadores, o crédito fica mais caro para os demais.

A LCD concederá isenção tributária e, segundo a exposição de motivos do PL, custará quase R\$ 1 bilhão no próximo ano. Esse dinheiro deixa de entrar no Tesouro.

### **Contraponto do BNDES:**

A LCD é uma proposta para dar ao BNDES fontes próprias de recursos e depender menos do FAT e outros fundos, operando como Caixa e BB. Não tem subsídio.

O que for captado será emprestado usando a taxa de captação como referência. A emissão pode ser de até R\$ 10 bilhões por ano. Está previsto o Tesouro vai rolar neste ano cerca de R\$ 1,3 trilhão, valor incomparável

A LCD vai criar o mesmo tipo de concorrência que uma LCI da Caixa e uma LCA do BB. Quando foram criadas, houve essa crítica, e, 15 anos depois, são fontes importantes para complementar poupança imobiliária e recursos da agricultura. O estoque hoje de LCA e LCI é de R\$ 840 bilhões.

## 4. FINANCIAMENTO DO FUNDO CLIMA

### **Medidas:**

Gerido pelo BNDES, mas com emissões do Tesouro por meio dos chamados *green bonds* (títulos verdes).

### **Problemas apontados pelos neoliberais:**

Não tem limite e é mantido pelo Tesouro.

Fundo Clima faz empréstimos com taxas subsidiadas, por volta de 6% ao ano.

Tesouro toma recursos no mercado, a taxas mais altas, e coloca o dinheiro no Fundo Clima. Fará empréstimo subsidiado.

### **Contraponto do BNDES:**

É um fundo temporário, com finalidade específica e tem limite anual de capitalização fixado na lei orçamentária.

Toda emissão do Tesouro é prevista na LOA (Lei do Orçamento Anual), e sua alocação também.

No ano passado, o Tesouro tinha espaço autorizado pelo Congresso para emitir títulos internacionais, e dentro desse espaço emitiu US\$ 2 bilhões como *sustainable bonds*.

A LOA de 2024 autorizou a alocação no Fundo Clima. Se o governo quiser aumentar, o Congresso precisará aprovar.

A proposta do Ministério da Fazenda é o fundo remunerar o Tesouro a 6,15% ao ano, a taxa média de captação no primeiro semestre de 2023. As empresas poderão acessar os recursos por essa taxa mais um *spread*. A estimativa é de uma taxa de até 10% ao ano para o tomador final

## 5. CRIAÇÃO DO FNDIT (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO)

### **Medidas:**

Previsto na MP 1.205/2023, ao instituir o programa automotivo Mover.

O fundo receberá recursos de empresas do setor, será gerido pelo BNDES e vinculado ao Conselho Gesto do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços)

### **Problemas apontados pelos neoliberais:**

Transferência indireta de recursos do Tesouro para o BNDES.

Pela proposta, a indústria automotiva vai receber, dentro do Mover, benefício tributário (isenção de imposto) e se não quiser investir em Ciência e Tecnologia deve fazer contribuições para o fundo, furando o Orçamento e driblando a ultrapassada LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Há, também, a possibilidade de o fundo receber recursos de "outras fontes". Tanto pode ser do Tesouro, ou alguma forma

“criativa”, como o Tesouro emprestar para uma estatal, e ela depositar no fundo.

Em geral, fundo privado é uma forma de driblar o Orçamento, e, cedo ou tarde, pesa na dívida pública.

### **Contraponto do BNDES:**

É um fundo financeiro, não fiscal, e sua sistemática já é utilizada em outros programas, não apenas para empresas automotivas, mas em setores como informática, energia, petróleo e telecomunicações.

Em síntese, os neoliberais abominam a alternância democrática com um governo social-desenvolvimentista eleito. Sentem saudades do governo golpista (2016-2018) e do governo da aliança neoliberal-neofascista (2019-2022), quando um dos seus pares adotava a inoperância do clássico “*laissez-faire*”, ou seja, deixar livre O Mercado para nada fazer no sentido de superar a estagnação da economia brasileira e a consequente pobreza de grande parte de sua população.

## Considerações Finais: Estratégia de Combate à Pobreza

O *modelo de substituição de importações* foi uma estratégia econômica adotada por vários países em desenvolvimento, durante o século XX, especialmente nas décadas de 1940 a 1970. O foco principal era promover a industrialização interna, substituindo a produção de bens antes importados por uma produção nacional, visando reduzir a dependência de bens estrangeiros e impulsionar a economia interna.

Houve a implementação de políticas protecionistas, como tarifas e barreiras comerciais, para desencorajar a importação de produtos manufaturados estrangeiros e promover a compra de bens produzidos localmente. Envolveu uma forte intervenção do Estado na economia, incluindo o controle de setores estratégicos e o direcionamento de investimentos para indústrias consideradas prioritárias para o desenvolvimento.

Era esperado o oferecimento de subsídios e incentivos fiscais, para as indústrias nacionais se instalarem em regiões subdesenvolvidas ou Zonas Francas, sem viabilidade industrial em caso contrário. Buscava torná-las competitivas em relação aos produtos importados.

Também foram acompanhados de investimentos públicos significativos em infraestrutura, como energia, transporte e comunicações, para apoiar o crescimento industrial e melhorar a eficiência econômica. Em alguns casos, o Estado assumia o controle direto de empresas-chave ou setores estratégicos, criando empresas estatais como parte da estratégia de desenvolvimento.

Apesar de, inicialmente, ter trazido alguns resultados positivos, como o crescimento econômico e a diversificação industrial, o *modelo de substituição de importações* ultrapassou a fase de industrialização nascente. Passou a sofrer ineficiências, burocracia, dívidas externas crescentes e crises de crescimento durante o regime de alta inflação.

Nas últimas décadas, muitos países ocidentais passaram a adotar políticas econômicas mais orientadas para o livre mercado e a

abertura comercial. Os asiáticos se especializaram em uma industrialização para explorar o comércio internacional.

A ênfase no desenvolvimento da educação e na acumulação do capital humano (capacidade pessoal de ganho), anteriormente, era para atender às necessidades da crescente base industrial e tecnológica. Entretanto, com o fim do nacional-desenvolvimentismo de direita, no regime ditatorial militar, e o advento do neoliberalismo, no regime democrático, *as prioridades estatais foram alteradas para as políticas de assistência social*, inclusive a Saúde e a Educação Pública, aliadas à Previdência Social para a grande *geração baby-boom* em fase de aposentadoria.

As Finanças Públicas com a permanente cobrança de ajuste fiscal (vulgo “austericídio”), sem aumento da carga tributária, por parte dos neoliberais, foram colocadas no centro do debate midiático econômico. A *pauta estratégica social-desenvolvimentista*, no Brasil, passou a ser combatida pela aliança neofascismo-neoliberalismo.

A globalização econômica e as cadeias globais de valor têm desempenhado um papel significativo na reconfiguração da divisão internacional do trabalho e do comércio entre continentes. A Ásia tornou-se um epicentro crucial para a produção e exportação de bens manufaturados. Países como China, Japão e Coreia do Sul têm papéis proeminentes nas cadeias de suprimentos globais, abrangendo setores como eletrônicos, automóveis, fora têxteis e outros bens de consumo de menor valor.

Tradicionalmente, os Estados Unidos era uma potência econômica com forte ênfase em serviços, tecnologia e indústrias avançadas. O Canadá também contribuía para setores como recursos naturais e manufatura. Hoje, o Ocidente se dedica a serviços urbanos, inclusive com tecnologia avançada na área de digitalização da comunicação.

A Europa é caracterizada por uma economia diversificada, mas sem energia, a não ser importada. Alguns países, como Alemanha e França, são centrais em setores industriais de alta tecnologia. A União Europeia (UE) permitiu uma maior integração econômica entre os países membros.

América do Sul, África e Oceania são regiões vistas como fornecedoras de matérias-primas e recursos naturais para as cadeias de produção global. A América do Sul, por exemplo, é um importante exportador de *commodities* como minerais, petróleo e produtos agrícolas.

Embora essas tendências forneçam uma visão geral, a dinâmica da divisão internacional do trabalho está sempre evoluindo, devido a fatores como avanços tecnológicos, mudanças nas políticas comerciais, flutuações econômicas e eventos geopolíticos. Além disso, as Cadeias Globais de Valor chegam a atravessar continentes, com diferentes estágios de produção ocorrendo em diferentes regiões do mundo, embora poucas envolvam os países abaixo da linha do Equador.

A posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho tem sido historicamente influenciada por fatores como *recursos naturais abundantes, estrutura produtiva, políticas econômicas e dinâmicas globais*. Porém, a análise da posição de uma economia na divisão internacional do trabalho é sujeita a mudanças em caso de reorientação estratégica de um governo eleito com grande hegemonia no Congresso Nacional. Não parece ser aqui o caso atual...

Alguns aspectos relevantes para entender a posição atual e as estratégias futuras da economia brasileira incluem o fato de o Brasil ser rico em recursos naturais, como agricultura, mineração e energia. Esses setores desempenham um papel crucial na economia brasileira e na sua inserção global, ou seja, não devem ser colocados de lado.

O setor agroindustrial brasileiro, com ênfase em *commodities* agrícolas e indústria de alimentos, desempenha um papel significativo nas exportações do país. O Brasil é um grande exportador de produtos como soja, carne e açúcar, entre outros, inclusive sob forma de produtos semimanufaturados.

Embora o Brasil tenha uma indústria diversificada, há desafios, como a falta de competitividade internacional em alguns setores manufatureiros. Estratégias para fortalecer a indústria e aumentar a produtividade são consideradas importantes.

No país habita a sétima maior população mundial. Caso houvesse *uma firme política de assistência social*, capaz de fazer a inclusão no mercado consumidor de toda a população economicamente ocupada (mais de 100 milhões pessoas), no fim de 2023, apenas com um rendimento médio de R\$ 3 mil (ou uma renda familiar superior a US\$ 600) seria bastante atraente para a *instalação condicionada* de indústria de bens de consumo.

Se o país não detém a tecnologia dessas indústrias, necessita condicionar a instalação aqui, para a *exploração do potencial quinto maior mercado consumidor do mundo*, à transferência ou cópia dela. Para tanto, necessita *seguir o modelo chinês ou coreano* com prioridade na formação de quadros técnicos no exterior, dado o atraso científico-tecnológico do país. Educação, ciência e tecnologia são palavras-chaves.

O *setor de serviços* contribui hoje com o maior valor adicionado na economia brasileira, incluindo áreas como tecnologia da informação, serviços financeiros, administração pública, educação, saúde, segurança, transportes e turismo, inclusive hotéis, bares e restaurantes. Ocupa a maior parte da população brasileira, embora sua produtividade seja por definição muito baixa: “de um produtor para um consumidor”.

Portanto, o Brasil enfrenta *questões estruturais*, como as relacionadas à infraestrutura, burocracia, complexidade tributária e educação. Impactam a competitividade e a capacidade de atrair investimentos, mas *seus trunfos são população e recursos naturais*.

Em relação ao futuro estratégico da economia brasileira, na divisão internacional do trabalho, algumas considerações incluem a necessidade de diversificar a base econômica, promovendo inovação e investindo em setores de maior valor agregado. Juntamente com abertura externa controlada, fortalecerá a inserção do Brasil em algumas Cadeias Globais De Valor.

Evidentemente, somente práticas sustentáveis na exploração de recursos naturais e na produção agrícola atrairão investidores e consumidores conscientes. Melhorar a infraestrutura é crucial para aumentar a eficiência logística e reduzir os custos operacionais, capaz de tornar os produtos brasileiros mais competitivos globalmente.

Investir em educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico é fundamental para impulsionar a inovação. Só assim aumentará a competitividade em setores de alta tecnologia.

O futuro estratégico da economia brasileira dependerá da capacidade do país em abordar essas considerações e *adaptar-se às mudanças nas dinâmicas globais*. Políticas econômicas, reformas estruturais e iniciativas para promover a competitividade serão fatores-chave na determinação do papel do Brasil na atual divisão internacional do trabalho. Será possível sair da posição de “fazenda ou supermercado do mundo”?

## Fontes de Referência

ESOPO. *Fábulas Completas*. Tradução Maria Celeste C. Dezotti. São Paulo: Cosac Naify; 2013. 564 páginas. 89 ilustrações.

GIDDENS, Anthony e SUTTON, Philip W. *Conceitos Essenciais da Sociologia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2015.

MARX, Karl. Edição de Friedrich Engels. *O Capital: Crítica Da Economia Política - Livro II: O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. Edição de Friedrich Engels. *O Capital: Crítica da Economia Política - Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZUCATO, Mariana. *O Valor de Tudo: Produção e Apropriação na Economia Global*. São Paulo: Portfolio-Penguin; 29 outubro 2020.

MAZZUCATO, Mariana e SERRA, Afonso Celso da Cunha. *Missão Economia: Um guia inovador para mudar o capitalismo*. São Paulo: Portfolio-Penguin; 18 maio 2022.

MAZZUCATO, Mariana e COLLINGTON, Rosie. *The Big Con: How the Consulting Industry Weakens Our Businesses, Infantilizes Our Governments and Warps Our Economies*. New York: Penguin Press; 2023.

NUNES, Rodrigo. *Do Transe À Vertigem – Ensaio Sobre Bolsonarismo e Um Mundo em Transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Rodrigo. *Nem Vertical Nem Horizontal: Uma Teoria da Organização Política*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

OXFAM. *Desigualdade S.A.*. Davos: Nota Metodológica – [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org), janeiro de 2024.

SPE-MINFAZ. *Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira*. Brasília-DF: Secretaria de Política econômica do Ministério da Fazenda, 2023.

## Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Economia Brasileira Contemporânea* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Conhecimento é Dívida* – jan 2024

Fernando Nogueira da Costa – *Armadilha do Identitarismo: Uma Resenha* – dez 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Brasil Urbano: Estratégia de Sobrevivência em Serviços* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Economia e Política Argentina* – nov 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Análise de Complexidade via Consistência entre Fluxos e Estoques* – out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Macroeconomistas Comparados: Keynes X Kalecki* out 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Keynes, Filósofo Social* set 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Financistas Comparados: Hyman Minsky e Ray Dalio*. setembro 2023.

Fernando Nogueira da Costa – *Aprendizagem Humana com Aprendizagem de Máquina para Abordagem Sistêmica Financeira*. julho 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Finanças*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Capitalismo Financeiro Tardio*. maio 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Ciclos Históricos Longas Ondas e Tendências Demográficas*. mar 2023

Fernando Nogueira da Costa – *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2023

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de Clara E. Mattei. *A Ordem do Capital*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Escrituração do Patrimônio Financeiro*. nov 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fatos e Dados contra Mentiras Eleitoreiras*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Livro Negro do Desumano*. out 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Rede de Apoio e Enriquecimento* set 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Von Mises e Ciclo de Crédito*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Efeito Rede em Sistema de Contabilidade de Riqueza*. agosto 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Cartalismo e Finanças Funcionais*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Complexidade e a Arte da Política Pública*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – Tradução de *Grande Reversão Demográfica*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Tempo e Dinheiro em Compras e Vendas a Prazo*. julho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Bancos: Financiamento e Missão Social*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Inflação e Transmissão da Política de Juros*. junho 2022

Fernando Nogueira da Costa – *La Banca Brasileira – Sistema Bancário Complexo*. maio 2022.

Fernando Nogueira da Costa - *Liberalismo X Esquerdismo*. abril 2022

Fernando Costa. *O Banqueiro Comunista*. Versão Livro. março 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Diagnóstico do Estado Atual da Economia Brasileira*. fev 2020.

Fernando Nogueira da Costa – *Regras ou Arbítrio na Fixação da Taxa de Juros – Padrões e Ruídos*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Fontes e Usos de Dados – Renda – Despesas – Dívida – Aplicações*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Economia como Componente de Sistema Complexo Adaptativo*. fev 2022

Fernando Nogueira da Costa – *Dívida Pública e Dívida Social*. jan 2022

Fernando Nogueira da Costa – *The Economist – Seis Grandes Ideias*. dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Economia da Complexidade Comportamental Institucional e da Felicidade* – dez 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Segredo do Negócio Capitalista* - nov 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* - out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos do Livro de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia* segundo Schumpeter. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Tradução e Resumo da História de Wall Street*. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Breve História Comparativa de Bancos de Negócios*. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções*. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições* – 2a. Edição fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira* 2a. Edição Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

*A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

## Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018). Disponibiliza em seu blog cerca de cem livros digitais de sua autoria ou de traduções. Escreveu muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Fórum 21 e A Terra é Redonda.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 10 milhões visitas.